CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

# O TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS DE EMPREENDEDORISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: OS DESAFIOS DO ENSINO DE FILOSOFIA NO NOVO ENSINO MÉDIO

Halline Chiappini

Proposta de Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Filosofia e Ensino.

Orientadora

Prof. Dra. Maria Cristina Giorgi

Coorientador:

Prof. Dr. Maicon Jeferson da Costa Azevedo

Rio de Janeiro

Maio/ 2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

C532 Chiappini, Halline
O trabalho docente nas escolas de empreendedorismo do estado do Rio de Janeiro: os desafios do ensino de filosofia no Novo ensino médio / Halline Chiappini – 2024.
111f : il. (algumas color.) + anexo , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2024.
Bibliografia : f. 103-111
Orientadora: Maria Cristina Giorgi
Co-Orientador: Maicon Jeferson da Costa Azevedo

1. Filosofia – Estudo e ensino. 2. Currículo. 3. Empreendedorismo. 4. Base Nacional Comum Curricular. I. Giorgi, Maria Cristina (Orient.). II. Azevedo, Maicon Jeferson da Costa (Co-orient.). III. Título.

CDD 107

Elaborada pelo bibliotecário Leandro Mota de Menezes – CRB/7 nº 5281

O TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS DE EMPREENDEDORISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: OS DESAFIOS DO ENSINO DE FILOSOFIA NO NOVO ENSINO MÉDIO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia e Ensino do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Halline Chiappini

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Professora Dra. Maria Cristina Giorgi (CEFET/RJ) (orientadora).

_____

Professor Dr. Maicon Jeferson da Costa Azevedo (CEFET/RJ) (coorientador).

_____

Professor Dr. Fabio Sampaio de Almeida.

_____

Professor Dr. Rodrigo Cerqueira do Nascimento Borba.

Rio de Janeiro

Maio/ 2024

**Dedicatória:**

Para minha amada filha Sofia, aos meus pais amados José e Jocely e ao meu amado irmão Antônio.

## AGRADECIMENTOS

À orientadora e amiga, Prof.ª Drª. Maria Cristina Giorgi, pela competência e respeito com que conduziu este processo, do alvorecer da ideia até a sua síntese, seu carinho e apoio.

Ao meu coorientador e amigo Prof. Dr. Maicon Jeferson da Costa Azevedo, sua paciência, competência, respeito que teve com o processo dessa dissertação.

Aos Professores Dr. Fabio Sampaio de Almeida e Dr. Maria Del Carmem Fátima González Daher pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação.

Ao Professor Dr. Rodrigo Cerqueira do Nascimento Borga por aceitar fazer parte da banca da minha defesa.

À minha querida família e em especial à minha querida filha, Sofia, que acompanhou a minha trajetória.

Ao CEFET.

O Amor é uma força que transforma o destino.

**André Luiz.**

## RESUMO

O TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS DE EMPREENDEDORISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: OS DESAFIOS DO ENSINO DE FILOSOFIA NO NOVO ENSINO MÉDIO

A presente pesquisa tem por finalidade discutir sobre o trabalho do professor de Filosofia nas escolas de Empreendedorismo do Estado do Rio de Janeiro no Novo Ensino Médio, nessa segunda década do século XXI. Tendo como objetivo analisar a diminuição da carga horária das disciplinas de Ciências Humanas no Ensino Médio, especialmente de Filosofia, que passou a constar apenas no primeiro ano, o redirecionamento do trabalho docente com cursos ofertados aos professores da SEEDUC-RJ, adaptando-o ao Novo Ensino Médio e ao ensino de empreendedorismo. Além de analisar o currículo de empreendedorismo, o qual condiciona o educando a aceitar a precarização do trabalho, a expropriação dos direitos trabalhistas e ao pejotismo. Evidenciando como o ensino de empreendedorismo e a BNCC estão em conformidade com a Reforma Trabalhista de dois mil e dezessete, contemplando um currículo de educação compatível com as novas competências do novo modelo de empregado, que garante uma força de trabalho adaptada às transformações neoliberais do capitalismo internacional, um trabalhador sem direitos e sem segurança de um trabalho registrado, ou seja, aquele que trabalha por CNPJ. Esta pesquisa se fundamenta na análise de reflexões bibliográficas, na BNCC, na Reforma do Ensino Médio das escolas do estado do Rio de Janeiro, na Reforma Trabalhista, na minha experiência como professora de Ciências Humanas na SEEDUC-RJ e nos diálogos com meus orientadores.



Palavras-chave: BNCC, Currículo, Empreendedorismo, Filosofia e Pejotismo.

**RESUMEN**

EL TRABAJO DOCENTES EM LAS ESCUELAS DE RÍO DE JANEIRO:
LOS DESAFÍOS DE LA ENSEÑANZA DE FILOSOFÍA EM LA NUEVA ESCUOLA SEUNDARIA

La presente investigación tiene como objetivo discutir el trabajo del profesor de Filosofía em las escuelas de Empreendimento del Estadio de Río de Janeiro en la Nueva Escuela Secundaria en esta segunda década del siglo XXI. Com el objetivo de analizar la diminuición de la carga horária de las disciplinas de Ciencias Humanas em la Escuola Secudária especialmente de Filosofía, donde solo aparece em el primer año, la redirección del trabajo docente a la Nueva Escuela Secundaria y a la enseñanza del impreendimiento. Además de analizar el currículum de empreendimeinto, que condiciona al alumno a aceptar la precarización del trabajo, la expropiación de los derechos laborales y el pejotismo. Evidenciando como la enseñanza del empreendimento y la BNCC cumplen com la Reforma Laboral de dois mil e diecisiete, contemplando um plan de estúdios de ducación compatible com las nuevas competências del nuevo modelo de empleado que garantiza uma fuerza de trabajo adaptada a las transformaciones neoliberales del capitalismo internacional, um trabajador sin derechos y sin seguridade de um trabajo registrado, que trabaja por CNPJ. Esta investigación se basa em el análisis de reflexiones bibliográficas em la BNCC, em la Reforma de la Escuela Secundaria de las escuelas del Estado de Río de Janeiro, em la Reforma Laboral, em mi experiência como profesora de Ciências Humanas em SEEDUC-RJ y em diálogos com mis assessores.

Palabras clave: BNCC, Curriculo, Empreendimiento, Filosofía y Pejotismo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

**Figura 1:** Disciplinas.....32
**Figura 2:** Tabela BNCC .....33
**Figura 3:** Matriz Curricular Ensino Médio-SEEDUC antes do NEM .....40
**Figura 4:** Matriz Curricular Administração 2022 .....41
**Figura 5:** Matriz Curricular FIC 2022 e Matriz Curricular com Ênfase em Línguas.....42
**Figura 6:** Matriz Curricular do Curso Normal .....43
**Figura 7:** Matriz Curricular Cívico-Militar .....44
**Figura 8:** Matriz Curricular Empreendedorismo .....45
**Figura 9:** SEEDUC: Quadro de Horário do 1º ano do Ensino Médio Formação Geral .....47
**Figura 10:** SEEDUC-Quadro de Horário do 2º ano do Ensino Médio Formação Geral.....48
**Figura 11:** SEEDUC- Curso de Especialização da BNCC e do Novo Ensino Médio...49
**Figura 12:** Plataforma Saberes Docentes- UERJ- SEEDUC .....50
**Figura 13:** TERMO DE COMPROMISSO – SEEDUC –UERJ .....52
**Figura 14:** Estação Empreender UFF- SEEDUC .....57
**Figura 15:** Módulo 1 e 2 da do curso de extensão da estação empreender.....59
**Figura 16:** FOREMP .....61
**Figura 17:** Termo de Compromisso UFF.....62
**Figura 18:** I Seminário Internacional de Educação para o Empreendedorismo no Ensino Médio .....63
**Figura 19:** Atividades e Avaliações com Google Forms .....72
**Figura 20**: Eixos para auxiliar na construção do Plano de Curso .....78

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

BANESTADO: Banco do estado do Pará

BANERJ: Banco do estado do Rio de Janeiro

BANESPA: Banco do Estado do de São Paulo S/A

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CIEP: Centro Integrado de Educação Pública

CNE: Conselho Nacional de Educação

EAD: Educação a Distância

EMBRAER: Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A

FIC: Formação Inicial e Continuada

FMI: Fundo Monetário Internacional

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação

OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

SEAF: Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas

SEEDUC: Secretaria Estadual de Educação

TDICs: Tecnologias Digitais da Informação e Comunicações

TELEBRÁS: Telecomunicações Brasileiras S/A

TELEMIG: Telecomunicações de Minas Gerais S/A

TELESP: Telecomunicações de São Paulo S/A

TELERJ: Telecomunicações do Rio de Janeiro S/A

## LISTA DE TABELA

Tabela 1: 1º BIMESTRE.....80
Tabela 2: 2º BIMESTRE.....81
Tabela 3: 3º BIMESTRE.....81
Tabela 4: 4º BIMESTRE.....82

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO: .....14**

**1 O PROCESSO DE ALINHAMENTO DO TRABALHO DOCENTE COM A BNCC.....23**

1.1CONTEXTUALIZANDO FATOS E FONTES DE PESQUISA.....23

1.2 UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A REFORMA E OS REFORMADORES DA EDUCAÇÃO.....27

**2 A ESQUEMATIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS.....30**

2.1 OS INTINERÁRIOS FORMATIVOS E AS RESTRINÇÕES DE MATÉRIAS.....34

2.2 A FLEXIBILIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS NAS MATRIZES CURRICULARES ATUAIS DA SEEDUC.....40

**3 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O PROFESSOR DE FILOSOFIA.....47**

3.1 CAPACITAÇÕES DE PROFESSORES DA SEEDUC NA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS .....49

3.2 O ENSINO EMPREENDEDOR NO ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO RIO DEJANEIRO.....55

3.3 A FORMAÇÃO EM EMPREENDEDORISMO DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO.....57

3.4 EXPERIÊNCIA O EMPREEDEDORISMO E COM A BNCC EM SALA DE AULA.....67

3.4.1 Atividades realizadas pelo GOOGLE FORMS.....70

**4 PRODUTO EDUCACIONAL.....76**

**5 PROJETO DE SOCIEDADE .....85**

5.1 DESCRIMINALIZAÇÃO DO PEJOTISMO.....92

**6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....98**

**7 REFERÊNCIAS.....103**

**8 ANEXOS.....112**

## INTRODUÇÃO

A Reforma do Ensino Médio brasileiro do ano de dois mil e dezessete modificou muito o trabalho do professor de Ciências Humanas, principalmente de Filosofia, das escolas estaduais do Rio de Janeiro a partir do ano de dois mil e vinte e dois, em especial as escolas de currículo Empreendedor. Contemplando os interesses políticos e econômicos de multinacionais, devido às disputas ideológicas na formação da estrutura da Educação Básica, pois atribuiu à flexibilização curricular no ensino na atuação dos professores da rede.

O Novo Ensino Médio organiza as disciplinas por áreas de conhecimento. O conteúdo das disciplinas está sendo trabalhado de forma interdisciplinar. Além de incluir novas disciplinas, como Projeto de Vida, Mundo do Trabalho, Cultura e Tecnologias Digitais e Iniciação Científica. As modificações não estão apenas nas disciplinas, mas também na carga horária e com itinerários formativos conforme o currículo. Essa mudança já está concluída neste ano de dois mil e vinte e quatro.

Dentro desta atual conjuntura, o professor deve considerar, dentro de seu plano, o currículo do curso, a carga horária, o ano conforme a elaboração dos currículos da escola em que está trabalhando, seja ela pública ou privada.

Apesar de o professor de Filosofia relacionar sua disciplina à existência do ser, aos valores morais, o processo da elaboração das aulas de Filosofia sofreu modificações com o NEM. Segundo Kneller:

> "A filosofia educacional depende da filosofia formal porque quase todos os grandes problemas da educação são, no fundo, problemas filosóficos. Não podemos criticar os ideais e as diretrizes educacionais existentes, nem sugerir novos, sem atentar a problemas filosóficos de ordem geral, tais como a natureza da vida boa, que é um dos alvos da educação; a natureza do próprio homem, porque é o homem que estamos educando; a natureza da sociedade, porque a educação é um processo social; e a natureza da realidade suprema, que todo conhecimento procura penetrar […]. O filósofo educacional pode estabelecer tais teorias deduzindo-as da filosofia formal e aplicando-as à educação. (p. 82)".

A renovação das práticas dos professores de Filosofia e de Ciências Humanas na SEEDUC-RJ ocorreu devido à necessidade do governo em adequar o Ensino Médio aos conceitos de mercado neoliberalista. Atualmente, essa renovação ocorreu com a

imposição das matrizes curriculares, diminuição da carga horária de Filosofia, com os cursos de capacitação, a introdução de tecnologia.

Ao desenvolver essa pesquisa, juntamente com meus orientadores, foi muito importante trazer a minha experiência como professora das disciplinas de Ciências Humanas na SEEDUC-RJ desde dois mil e dez, adicionando com as percepções que tive no processo de implementação do NEM, principalmente na matriz de Empreendedorismo na minha unidade de lotação, o CIEP 208- Alceu Amoroso Lima, em Jardim Primavera-Duque de Caxias, ou seja, no mesmo bairro da minha residência.

Deste modo fomos construindo e consolidando essa pesquisa, por experienciar os processos de readaptação dos professores de Filosofia e da forma como os cursos eram ofertados pela SEEDUC-RJ para moldar as novas aulas, estando às mesmas conforme o modelo de mercado atual no curso de empreendedorismo. Considerando também a minha trajetória acadêmica e trabalhos de conclusão de curso, para costurar as minhas experiências com o processo de construção dessa pesquisa.

Em dois mil e dois, quando iniciei minha graduação em Licenciatura em História, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias, mais conhecida como FEUDUC (Fundação Educacional de Duque de Caxias), escolhi essa formação por ser uma das disciplinas que mais gostava de todo Ensino Básico, e optei pela profissão de professora por realmente ter um carinho muito grande por lecionar. Apesar de já ter trabalhado em empresa, a Toyota, que se localizava em Vila Isabel-RJ, nunca me senti bem em outro espaço que não fosse a sala de aula.

Em dois mil e cinco terminei a graduação, tendo o meu primeiro trabalho de conclusão, uma monografia de bairro e realizada em grupo, sobre o bairro de Campos Elísios[1], na qual eu e o meu grupo escrevemos sobre as características do bairro, o qual era considerado um bairro dormitório, onde as pessoas que aqui viviam trabalhavam na cidade do Rio de Janeiro, também sobre a instalação da PETROBRÁS e como as características do bairro e os outras localidades no entorno foram se modificando após a chegada de novos trabalhadores para a instalação da mesma, e posteriormente a sua explosão nos anos setenta.

[1]Monografia de bairro era uma pesquisa utilizada como requisito parcial para o curso de Licenciatura em História para a FEUDUC. Os alunos se dividiam em grupo, se uniam de acordo com o bairro de sua residência, realizávamos tudo em conjunto a seleção de pesquisas anteriores para termos uma base da produção da pesquisa, das entrevistas com os moradores mais antigos do bairro, assim como a transcrição de cada entrevista e a escrita do próprio trabalho. Meu grupo, na época teve como o orientador o Prof. Me Antônio Augusto Braz.

Em dois mil e seis, me matriculei na pós-graduação em Geografia do Brasil, na mesma instituição, na qual a minha monografia foi sobre "Classe, Estado e Industrialização: As novas bases do protagonismo sindical do ABC Paulista no final do século XX"[2], a qual teve como objetivo analisar sobre o conceito de classe, a atuação do Estado e a importância do setor industrial no Brasil para contextualizar a reestruturação da base dos sindicatos no Brasil.

Já em janeiro de dois mil e dez, realizei o concurso para a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, ingressando como Professora DOC-I de História em dezesseis de junho de dois mil e dez. A minha alocação foi para o Município de Bom Jardim -RJ, por ser um lugar de concentração da Família Chiappini. Após o meu ingresso na SEEDUC-RJ, também me habilitei em Geografia, Filosofia, Sociologia e Projeto Definido, só que sete meses depois, em onze de janeiro de dois mil e onze, houve um desastre climático na região serrana do Rio de Janeiro, no qual também perdi parentes. E, como a minha residência sempre foi em Duque de Caxias, fui transferida e voltei para casa.

Em dois mil e treze, ingressei na pós-graduação em História do Brasil Contemporâneo, na Universidade Estácio de Sá, na qual o meu TCC foi sobre "O impacto da crise do petróleo no setor automotivo brasileiro na segunda metade do século XX,"[3] uma pesquisa em que procurei analisar sobre a crise petrolífera no Brasil no final dos anos setenta e seus desdobramentos políticos e econômicos nos anos posteriores. Logo após o término desta pós-graduação, em agosto de dois mil e quinze, nasceu a minha amada filha Sofia. Já em dois mil e dezessete, também ingressei na pós-graduação em Ciências Políticas, também na Universidade Estácio de Sá, na qual o meu TCC teve o título de "AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR AUTOMOTIVO DA INDÚSTRIA 4.0"[4].

[2]Esta pesquisa já foi realizada de forma individual, tive como orientador o Prof. Me Evandro Cirylo Marques.

[3]Também conhecido como o 2º choque do petróleo e como essa crise influenciou o processo e desenvolvimento da economia e da política do país em torno da industrialização, principalmente nas empresas multinacionais automotivas e as atividades sindicais ocorridas principalmente no ABC Paulista desde o fim da década de 70, com as suas características, sua forma de concentração e transformação do trabalho dentro das indústrias e da estrutura sindical, época fui orientada pela Prof.ª Ma. Talita Veloso Cerveira.

[4]A Quarta Revolução Industrial se refere ao reconhecimento de tecnologias à era da manufatura avançada, a criação de novos negócios, produtos e serviços. Baseada nos termos de valor da produção, causando importantes impactos para as relações trabalhistas, na legislação do trabalho, asseguradas pela Reforma trabalhista de 2017, o qual deve se alinhar com conjuntura social e tecnológica. Neste período fui orientada pelo Prof. Me Emerson Ferreira da Rocha.

Neste TCC, pesquisei e escrevi sobre algumas das importantes mudanças do mundo do trabalho e a influência dos avanços tecnológicos neste início do século XXI no Brasil. Uma vez que a inovação tecnológica demandou novas formas de produzir e consequentemente de trabalhar, transformando as profissões, provocando renovações e diversificando o emprego, a educação e gerando modificações nas relações entre empregador e trabalhador, além de acompanhar as modificações da Reforma Trabalhista desse respectivo ano (a conclusão do trabalho ocorreu em dois mil e dezenove). Só que, em março de dois mil e vinte, todos assistimos à pandemia da COVID 19 modificar as formas de viver, trabalhar, produzir e de estudar. A SEEDUC-RJ ofertou um curso rápido para os profissionais da educação se adequarem à nova forma de trabalhar, através do ensino online, dentro dos requisitos da própria secretaria, claro. Mas foi em maio de dois mil e vinte e um que realmente me assustei com a maneira como o sistema iria modificar muito a minha vida, o meu trabalho e os estudos, não só os meus, mas de todos os meus colegas de profissão. A SEEDUC-RJ já estava comunicando sobre a implementação da BNCC. Então comecei a pesquisar sobre o assunto e de que forma a secretaria iria implementar, uma vez que venho pesquisando sobre a legislação e as relações trabalhistas desde a graduação. E percebi como o ensino empreendedor tinha pontos de comunicação com a reforma trabalhista do respectivo ano.

Confesso que fiquei arrasada, pois entendi que a minha saída do Colégio Estadual Hélio Rangel aconteceria mais cedo ou mais tarde, o colégio teria, e tem atualmente, a implementação do FIC (Formação Inicial Continuada) e com a diminuição da carga horária de ciências humanas me tornaria professora excedente, eu não teria mais como permanecer na escola que sempre gostei, por sua boa equipe de trabalho, bons amigos, bons alunos. Hoje só existe uma saudade profunda deste tempo. Só que escolhi não prolongar a minha dor, a minha saída do Colégio Hélio Rangel. Pensando em estar sempre perto da minha amada filha Sofia, e não arriscar ser alocada num colégio longe de casa. A SEEDUC-RJ realizou a minha transferência para o CIEP 208 - Alceu Amoroso Lima, para permanecer perto da minha filha. E no dia dois de julho de 2021, assumi o cargo de Coordenadora Pedagógica, no meio da pandemia. Uma vez que, em 2014-2015, também já havia trabalhado na função de Coordenadora Pedagógica no Colégio Marinheiro João Candido, da coordenadoria DIESP para alunos privados de liberdade, na Penitenciária Vieira Ferreira Neto, na Cadeia Hélio Gomes e na Colônia Agrícola Marco Aurélio Vergas Tavares de Mattos. E em junho de dois mil e quinze, a SEEDUC-RJ me transferiu para perto de casa, no Colégio Estadual Hélio Rangel, como professora.

Logo ingressei no CIEP 208, o qual possui o Ensino Médio em Empreendedorismo. E, por estar com a minha matrícula neste CIEP, a SEEDUC-RJ ofertou o curso de extensão da Estação Empreender[5] e a pós-graduação em Gestão de Ensino e Empreendedorismo[6] pela UFF, assim como para todas as unidades de educação com o ensino empreendedor. Entretanto, meu TCC esteve num formato de Produto Tecnológico Educacional, com o título de "Avaliação do Ensino De Empreendedorismo Para Estudantes do Ensino Médio" e tinha como análise de pesquisa a aplicação da avaliação de empreendedorismo, tendo como componente curricular Modelagem de Negócio E Validação De Modelo De Negócio, para que os alunos fossem avaliados a partir do conhecimento teórico, da criatividade e do desenvolvimento nas atividades propostas, em que o processo ensino aprendizagem estava estruturado no aluno-empreendedor. E desta maneira tive acesso à implementação do ensino empreendedor no estado do Rio de Janeiro pela secretaria de educação. Então tive conhecimento desse currículo e percebi o quanto este ensino estava em concordância com o projeto político e social da descriminalização do pejotismo[7], implementada no governo Temer através da reforma trabalhista, esta situação me condicionou a pesquisar sobre o assunto, estruturado no Novo Ensino Médio, na BNCC, no Ensino de Empreendedorismo e na Legislação trabalhista.

Portanto, me inscrevi no processo seletivo do CEFET-RJ e fui aprovada em outubro de dois mil e vinte e um para o Mestrado Profissional em Filosofia e Ensino, e tive a alegria de ter como minha orientadora a Prof. Dra. Maria Cristina Giorgi e meu coorientador Prof. Dr. Maicon Jeferson da Costa Azevedo, os quais acolheram e apoiaram a minha pesquisa, pelo que só tenho a agradecer, com o título do meu pré-projeto OS DESAFIOS DO ENSINO DE FILOSOFIA NO NOVO ENSINO MÉDIO[8], no qual procurei pesquisar e fazer uma breve análise sobre os principais impactos da reforma educacional do ensino básico de dois mil e dezessete sobre o trabalho docente.

[5]O Curso de Extensão de a Estação Empreender foi ofertado em parceria entre a SEEDUC-RJ e a UFF, contando com dois módulos, o primeiro sobre Design e Ofícios Artesanais na Educação e o segundo sobre As Ferramentas Digitais na Educação, tive como professora a Dra. Cristina Lopes Cavallo.

[6]Também conhecido como Curso de Especialização FOREMP, o qual se realizou de forma semipresencial, com encontros aos sábados, com oito módulos, tive como orientador o Prof. Dr. Robson Moreira Cunha. A elaboração do Produto Tecnológico Educacional foi utilizada como uma ferramenta de suporte para a construção de um projeto de modelo de negócio em sala de aula.

[7]É quando o empregador exige que seu empregado crie um CNPJ, ou seja, se torne uma pessoa jurídica, para prestar serviços sem exigir os direitos e as garantias de um trabalhador devidamente registrado

[8]O Novo Ensino Médio e o ensino empreendedor condicionam a nova forma do trabalho docente.

Além dos prejuízos da perda do tempo das disciplinas de humanas, em especial de Filosofia, juntamente com a implementação do ensino empreendedor e como esse ensino está alinhado à reforma trabalhista, também do respectivo ano.

Já em março de dois mil e vinte e dois, a SEEDUC também ofertou a pós-graduação na BNCC e no Novo Ensino Médio[9], uma pós-graduação totalmente virtual, curso voltado para a BNCC do Ensino Médio no Rio de Janeiro. O título do meu TCC foi AVALIAÇÃO DO ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS PELO GOOGLE FORMS, no qual escrevi sobre como a Base Nacional Comum Curricular assegurou a implementação da flexibilização curricular no ensino devido ao avanço tecnológico e digital.

Portanto, os cursos se complementaram com a minha pesquisa voltada para as novas relações trabalhistas e as modificações curriculares do ensino pela BNCC. Também sempre vinha em meus pensamentos como a educação empreendedora é passada aos alunos, relacionando-a com o momento específico da Reforma Trabalhista, e se desta forma o educando pode ter uma ferramenta a mais para perceber a realidade em que ele está inserido.

Pautada nesse pensamento, é fácil ratificar como a política neoliberal tenta controlar e manipular a formação do sujeito enquanto cidadão. No entanto, continuei a pensar como "a ideia de que antes se refletia sobre classes sociais, onde uma tinha posição de dominante e a outra de dominado, mas começou a ser modificada dentro da estrutura educacional, uma vez que a escola também traz conhecimento à classe trabalhadora".

Então, entendi melhor que a ideia de classe começou a ser desmantelada no início da segunda metade do século XX. Ao assistir pressões políticas e econômicas da Inglaterra, dos Estados Unidos e até mesmo no Chile de despolitizar a vida e as relações sociais, juntamente com o desmonte da proteção social, o que acarretou a subjugação da liberdade do indivíduo, a liberdade sim do indivíduo visto como ferramenta não do trabalho, mas como ferramenta do sistema de mercado Internacional.

Esse contexto foi se esclarecendo melhor para mim, ou seja, a desconfiguração da ideia de classe trabalhadora por toda a segunda metade do século XX.

[9]O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS foi ofertado exclusivamente para os professores da SEEDUC. Tive como orientadora a Prof.ª Dr. Maria Aparecida da Silva Cabral.

E como ao longo desse início de século XXI foi se enraizando na mente e no coração das pessoas a se perceberem como indivíduos autônomos e únicos responsáveis por sua própria superação em meio a uma sucessão de crises geradas por conflitos de Estados, por propagandas, onde esses mesmos indivíduos desconhecem a política, a economia e a ideologia do Neoliberalismo que utiliza a inseguridade como proteção de mercado e lucro apenas para as classes dominantes.

Estudando essa ideologia que se infiltrou dentro do sistema educacional brasileiro e foi sendo implementada com o currículo de empreendedorismo para na rede estadual de educação do Rio de Janeiro na segunda década do século XXI e agrupando as disciplinas por áreas de conhecimento, resultou na diminuição do tempo de execução, aumentando o tempo apenas em disciplinas que fortalecem a formação do perfil do sujeito idealizado pelo mercado neoliberal.

Reflito que colocar os currículos educacionais à disposição das manobras de controle sobre a classe trabalhadora faz com que essa mesma classe se identifique como um indivíduo único, permitindo pontuar que a ideologia de inadequação ao mercado e a crítica sobre essa ideologia imposta à sociedade, sejam ferramentas de fortalecimento do sistema neoliberal.

Portanto, não aceitar esse modelo de padronização do individualismo passado para as escolas, o qual cria uma falsa consciência de indivíduo, não é uma opção, é uma necessidade social, pois impedir que os educandos percebam os interesses de sua própria classe, isso eu considero um crime, e ainda insisto em debater em sala de aula os pontos do fracasso da autovalorização, porque o neoliberalismo sucumbe às relações sociais e desumaniza os cidadãos. Uma vez que a escola é um espaço de preparo para a cidadania, é possível perguntar, “mas o que é ser cidadão? O que é estar inserido numa sociedade? Como é manter as relações sociais e trabalhistas num espaço ocupado por seres humanos?” E que seres humanos não são ferramentas de reposição. A partir do momento que pagamos impostos, por que o mercado é visto como uma ferramenta para que o governo não precise investir em políticas públicas de segurança financeira para seus cidadãos com essa política empreendedora?

Questões que me levam a refletir sobre o atual momento da educação, questões que levo para dentro de sala de aula, discuto com os alunos e colegas de profissão, reflito com eles, e ouço sobre o que eles esperam e sobre o que eles percebem a partir de questões que nos movimentam, tanto com os alunos, quanto com profissionais da educação, mães e pais, e cidadãos, para trabalhar e como trabalhar dentro dos espaços educacionais,

pontos que me auxiliaram a conduzir essa pesquisa, dialogar com meus orientadores e a refletir mais sobre o currículo escolar, o direcionamento da verba conforme o currículo da escola, e o projeto de cidadania conforme os moldes do mercado nacional e internacional neoliberalista.

Refletindo e estudando a partir de artigos e outros autores, como descrevo melhor no segundo capítulo dessa pesquisa, e assim, analiso e escrevo que o objetivo desse trabalho, de forma resumida, de como está sendo a implementação do Novo Ensino Médio de 2017, acompanhada pelo Ensino de Empreendedorismo no Estado do Rio de Janeiro, atualmente, e que se encontra conforme a Reforma Trabalhista também de 2017, formando um novo modelo de empregado, e consequentemente a descriminalização do pejotismo. Além de também analisar sobre alguns impactos da BNCC, como diminuição da carga horária das disciplinas de Ciências Humanas, principalmente com a disciplina de Filosofia, pois aluno está tendo que absorver esse modelo atual de ensino, mas não o compreender, por isso a diminuição das aulas de Filosofia. Partindo dessa diminuição da carga horária das disciplinas, comparamos alguns outros currículos de Ensino Médio da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Desenvolvendo assim a pesquisa. Ao considerar a reforma do Ensino Médio com o ensino de empreendedorismo veio também à questão da forma que o professor de Filosofia tem que adequar seus conhecimentos ao novo modelo de trabalho discente na SEEDUC-RJ, partindo da introdução de novas disciplinas e cursos de capacitação oferecidos pela própria secretaria.

Nessa conjuntura, essa pesquisa se justifica através da imposição da BNCC, a um novo formato de educação apropriado para o novo modelo de professor, do aluno que deverá ter características do novo modelo de trabalhador, adaptado às novas regras da Reforma Trabalhista de dois mil e dezessete, às novas tecnologias, sendo autônomo, no sentido de não ter mais direitos trabalhistas e apenas receber por produção.

Tendo como objetivo geral o registro do atual trabalho do professor de Filosofia na SEEDUC-RJ, com a implementação do Novo Ensino Médio, juntamente com o currículo de Empreendedorismo, partindo das minhas experiências em sala de aula e sentindo na pele a diluição das disciplinas obrigatórias em áreas de conhecimento, a diminuição da carga horária das mesmas e a introdução de novas disciplinas. E como objetivos específicos, os cursos para os professores para se adaptarem à nova realidade e o currículo de empreendedorismo, o qual direciona a precarização do trabalhador através do pejotismo.

No primeiro capítulo, “O PROCESSO DE ALINHAMENTO DO TRABALHO DOCENTE COM A BNCC”, procuramos pontuar sobre a construção desta pesquisa associada à minha experiência como professora das disciplinas de Ciências Humanas na SEEDUC, a implementação do Novo Ensino Médio, os cursos de pós-graduações ofertados pela secretaria de educação, o ensino empreendedor e as novas relações trabalhistas.

No segundo capítulo, “A ESQUEMATIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS**”** foi possível desenvolvermos algumas reflexões sobre a estrutura das disciplinas nas áreas de conhecimento, como Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além de analisar os itinerários formativos mostrando através das matrizes curriculares como eram foram feitas nos anos do Ensino Médio, principalmente o currículo empreendedor.

No terceiro capítulo, “UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE ALGUNS DESAFIOS DO ENSINO DE FILOSOFIA COM A BNCC”, neste capítulo, foi possível apresentarmos alguns fatos e seus impactos sobre a disciplina de Filosofia no Novo Ensino Médio.

No quarto capítulo, “PRODUTO EDUCACIONAL” procurei utilizar um recurso, o mapa conceitual, como ferramenta para auxiliar a organizar informações e facilitar a composição do plano de curso de Projeto de Vida no curso de Ensino Médio Empreendedor na SEEDUC-RJ.

No quinto capítulo, “PROJETO DE SOCIEDADE”, onde procuro refletir sobre a influência do capitalismo neoliberal e o progresso tecnológico do final do século XX e início do século XXI sobre a política, a econômica, a sociedade e a legislação brasileira.

Ao escrever sobre o ensino empreendedor, também procuramos apresentar algumas características do trabalho do professor, as quais possuem novas especificações, para a realização do trabalho docente no ensino de empreendedorismo.

# 1 O PROCESSO DE ALINHAMENTO DO TRABALHO DOCENTE COM A BNCC

Ao estudar sobre a BNCC, foi possível refletir como a implementação da BNCC e do ensino de empreendedorismo estava alinhado à reforma trabalhista, ambas realizadas neste início do século XXI.

Infelizmente, acompanhado desse currículo empreendedor, está o prejuízo na educação pública no Ensino Médio pela diminuição da carga horária do Ensino de Filosofia, destacando o modelo de formação do educando para o mercado de trabalho a partir do currículo empreendedor da SEEDUC, para este novo mercado sem direitos trabalhistas, um mercado que busca descriminalizar o pejotismo.

E ao experienciar esse cenário com a reestruturação dos currículos, podemos fazer uma análise ao compará-los, e perceber a forma de como a carga horária das disciplinas foram arrumadas, a partir do agrupamento das disciplinas em áreas de conhecimento, e assim coordenar onde é e por quanto tempo as disciplinas podem ser ministradas a partir de cada currículo escolar, além da implementação dos itinerários formativos dentro desses respectivos currículos.

Cada etapa desta pesquisa contou também com a análise teórica de artigos, principalmente os encontrados no portal da Scielo, publicação em Diário Oficial da implementação do Novo Ensino Médio com carga horária das disciplinas em suas respectivas matrizes curriculares e a análise dos cursos ofertados pela SEEDUC para os professores alocados nas escolas, especialmente de empreendedorismo.

No entanto, também deixo o meu registro, baseado na minha experiência com a BNCC, na minha atuação docente no curso de empreendedorismo, nos cursos ofertados pela SEEDUC, tanto de empreendedorismo quanto da BNCC. E a partir dessas experiências, também fui pontuando os desafios que encontrei no ensino de Filosofia e Ciências Humanas após a implantação da BNCC.

## 1.1 CONTEXTUALIZANDO FATOS E FONTES DE PESQUISA:

O meu projeto de mestrado aos poucos foi se fundamentando com os textos selecionados para compor a contextualização dos objetivos da minha dissertação.

Conforme foram acontecendo às aulas e as orientações, aos poucos fui relacionando a minha dissertação ao meu próprio cotidiano na sala de aula.

Ao escrever sobre o tema que liga educação e trabalho, digo que ele não foi escolhido por mim no momento que escrevi o pré-projeto, mas que ele sempre esteve comigo, se originando na minha primeira monografia da Faculdade de História, confesso que foi como reviver cada etapa de meus estudos no ensino superior e cada TCC que fazia, e como cada um deles correspondiam também a uma parte dessa minha dissertação. Felizmente, cada pesquisa, cada texto estudado ao longo de uma graduação e cinco pós-graduações me auxiliaram a escrever essa pesquisa.

Ao experienciar as mudanças, tanto na esfera trabalhista quanto na educacional, sendo servidora na SEEDUC, tudo isso me proporcionou conhecimento empírico para a minha dissertação de Mestrado. A paciência, o carinho e o profissionalismo dos meus orientadores, Dra. Maria Cristina e Dr. Maicon Azevedo me ajudaram muito em cada etapa dessa pesquisa, uma vez que a minha trajetória não foi na mesma disciplina, pois minha graduação foi em História, as minhas pós-graduações foram em Geografia do Brasil, História do Brasil Contemporâneo, Ciências Políticas, Gestão Escolar e Empreendedorismo e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Organizar os textos os quais já tinha escrito há anos, com a minha atual experiência em sala de aula e os novos textos que fui apresentada ao longo do Mestrado, com o meu título provisório de “Os Desafios do Ensino de Filosofia no Novo Ensino Médio”, não foi tarefa fácil. Vivenciar uma nova política internacional e nacional e descrever sobre os seus impactos no mundo do meu trabalho resultou em muitas ideias a respeito sobre a educação brasileira neste início do século XXI.

Compreender que a BNCC não surgiu literalmente no século XXI e sim foi se descortinando ao longo do século XX, utilizando as Leis Diretrizes e Bases da Educação Nacional desde mil novecentos e setenta e um, pude considerar que os fatos não eclodiram de uma hora para outra. Houve sempre um projeto social em cada LDB.

Utilizo como exemplo que o governo militar promoveu um equilíbrio entre o ensino das universidades e escolas de I e II graus com o projeto capitalista. Com a lei 5.692/71, foram introduzidos novos cursos profissionalizantes nas escolas de II grau, formando mão-de-obra específica para o mercado de trabalho. Tornando explícito os objetivos gerais para proporcionar ao estudante a formação desejada pelo mercado e pelo governo, incluindo as suas potencialidades, qualificação para o trabalho e preparação para o exercício da cidadania.

No que tange ao currículo[10]:

> Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.
> § 1º Observar-se-ão as seguintes prescrições na definição dos conteúdos curriculares:
> I - O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas
>
> ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.
>
> II - Os Conselhos de Educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.
>
> III - Com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de materiais relacionadas de acôrdo com o inciso anterior.
> § 2º No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relêvo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira.
> § 3º Para o ensino de 2º grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins.
> § 4º Mediante aprovação do Conselho Federal de Educação, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimos de currículo prèviamente estabelecidos por aquêle órgão, assegurada a validade nacional dos respectivos estudos.

Além disso, permitiu-se verificar o papel da educação para a expressão do poder do estado capitalista no processo de desenvolvimento econômico a partir do golpe militar de mil novecentos e sessenta e quatro, estando a educação condicionada as regras de expansão. Neste contexto, o ensino de filosofia no II grau foi afastado dos currículos escolares. A partir desse ponto, também utilizei o texto de Moraes e Carminati (2000, p. 28) que afirmam que, no contexto da ditadura militar, "[...] a defesa de uma filosofia crítica era tida como subversão". Segundo a lei nº. 5.692, que reorganizou o Ensino de 1º e 2º graus, Art. 1º:

> "O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania."

[10]Disponívem em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html acesso 12 maio 2023.

Já após a Constituição Federal de 1988, nos anos noventa, foi instituída uma nova LDB, mesmo assim não configurou a obrigatoriedade do ensino de Filosofia e nem de Sociologia: no Ensino Médio, no currículo da educação básica após a lei 9.394/96, encontra-se no art. 36:

> Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:
> (...)
> § 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:
> (...)
> III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

A Educação Básica também pontua seus objetivos e fins:

> "Art. 21. A educação escolar compõe-se de:
> I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
> II - educação superior.
>
> Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores...
>
> Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:
> I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
> II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
> III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
> IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina...
>
> Art. 36 O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber..."

Tornando-se obrigatória mesmo só em 2008:

> A Lei nº 9.394/96dispõe:
> Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:
> (...)
> § 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:
> (...)
> III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.
>
> A Lei nº 11.684/08 altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.
> A Camâra de Educação Básica aprovou parecer e resolução que tratam da inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio:
>
> - Parecer CNE/CEB nº 38/2006, aprovado em 7 de julho de 2006 - Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio.
> - Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006 - Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
> - Parecer CNE/CEB nº 22/2008, aprovado em 8 de outubro de 2008 - Consulta sobre a implementação das disciplinas Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio.
> - Resolução CNE/CEB nº 1, de 18 de maio de 2009 - Dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei nº 11.684/2008, que alterou a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O embate para valorização do Ensino de Filosofia, assim como o de Sociologia é histórico no Brasil, principalmente entre a esfera pública e a esfera privada, e agora com a implementação do Novo Ensino Médio e a BNCC, retomamos novamente a esse embate na diminuição da carga horária das disciplinas de humanas, principalmente de Filosofia, pois essa nova reforma educacional resultou novamente a um perfil de ensino, o que permanece em apenas valorizar os mecanismos de mercado.

## 1.2 UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A REFORMA E OS REFORMADORES

A respeito da reforma educacional, selecionei textos e artigos que fundamentassem como o esvaziamento do currículo do Ensino Médio foi se configurando

neste início do século XXI. Segundo Marcelo Lima e Samanta Lopes Maciel (2018), explicam sobre esse esvaziamento e a flexibilização do currículo do Ensino Médio como resposta à crise do capital, com o argumento de um golpe político em dois mil e dezesseis a favor das elites neoconservadoras e neoliberais, qual teve o início de sua Reforma através da Medida Provisória n.º 746/2016, posteriormente com a lei 13.415/2017.

Já sobre a cultura digital, mundo digital e os novos conceitos do pensamento computacional utilizei o artigo escrito por Fabiana Alvarenga Filipe, Dayana dos Santos Silva e Áurea de Carvalho Costa (2021), no qual através de suas pesquisas, especificamente nacionais, explicam sobre a implementação das tecnologias digitais, asseguradas na Base Nacional Comum Curricular no Ensino Médio.

No caso do Currículo do Ensino Médio Inovador, mais especificamente sobre a Lei 13. 415, também tomei como base para meu estudo o artigo de Hernandes (2020) que esclarece a inovação no currículo e ampliação da carga horária sem um prévio diagnóstico dos impactos nas escolas públicas. Onde esse novo ensino médio é constituído de um Programa Ensino Médio Inovador. O autor também aponta sobre a corrente pedagógica elaborada pelo professor Saviani, a Pedagogia Histórico Crítica, que toma como apoio o materialismo histórico e dialético, além do entendimento da razão e do ser de educação escolar. As características supracitadas sinalizam o afastamento da escola de sua função social.

Já para a contextualização da reforma trabalhista, utilizei o artigo de Fernando Fontainha, Fernandes, Pedro de Araújo e Paulo Rodrigues, a Lei 13. 467/2017, no qual esclarecem que a reforma modificou mais de 120 artigos da CLT, incluindo percepção de direitos, aspectos processuais gerais, cálculo de verbas rescisórias, benefício da gratuidade de justiça, condenação, valores da causa, número de processos, causas e condenações. Tomando como objeto de análise o fluxo processual do tribunal regional do trabalho da primeira região, com recorte de dois mil e quinze a dois mil e dezenove.

Estes artigos, assim como os outros que constam na bibliografia, nos fizeram refletir também sobre os grupos privados de educação. Ao estudar a respeito de como mercado tem as suas oportunidades de investimento no setor educacional brasileiro para reformar a educação, a BNCC consolidou o processo de subordinação da educação brasileira ao mercado. De acordo com Freitas (2012), as propostas dos novos reformadores orientam a política educacional brasileira, trazendo marcas da privatização, combinando responsabilidade e meritocracia. Onde estas possuem evidências empíricas de que essas ideias influenciam as secretarias municipais e estaduais de educação.

Evidenciando os interesses de grandes empresários sobre a educação, principalmente a BNCC, e sobre a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Situação que atrai investimentos de empresas privadas para uma mão de obra compatível com os desejos do mercado neoliberal. Segundo Freitas:

> "No mundo neoliberal, a finalidade educativa da escola é vista como uma "oportunidade" que o aluno te para "competir" - independente das suas condições de vida. Ele deve ser "resili ente" na adversidade, pois daí advém o mérito." (2018, p. 114).

Entretanto, a respeito dos reformadores da educação, também utilizei o artigo de Karp (2012), o qual explica que as consequências políticas desses reformadores empresariais na educação são profundas, tomando como exemplo a educação americana, constituindo, a partir de então as formas de reação para combater esta proposta, juntamente com sindicatos organizados, acadêmicos, estudantes, pais, professores, eleitores e outros.

Consolido então, essa educação neoliberal com as palavras de Freitas "... as bases nacionais que regulam a formação do magistério tendem a ser pragmáticas e a diminuir a sua formação teórica..." (2018, p. 108), pois concordo que esta educação estão dentro dos moldes de mercado neoliberal, porque a BNCC trouxe conceitos empresariais para dentro da educação, formando um documento de puro interesse empresarial pela educação pública, como o instituto Ayrton Senna, instituto Unibanco, fundação Roberto Marinho, fundação Itaú Social, Fundação Lemann e outros. Os chamados reformadores empresariais da educação se articularam na construção da BNCC, estabelecendo as características que qualificam e controlam as condições de trabalho do professor, da escola e dos materiais didáticos, sendo agora ferramentas para aprofundar a lógica empresarial na gestão da escola pública.

Sobre o ensino de empreendedorismo, utilizei também o artigo de Campos, Parellada e Palma (2014), onde esclarecem que a pesquisa contou com técnicas de análise de artigos e de bibliometria para compreender como o pensamento empreendedor foi se tornando também uma disciplina, o empreendedorismo.

## 2 A ESQUEMATIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS

Conforme as competências descritas na BNCC, que é um documento[11] elaborado pelo Ministério da Educação, encontra-se as disciplinas divididas por áreas de conhecimento, a implementação de itinerários formativos, a diminuição da carga horária de disciplinas das áreas de Ciências Humanas e Sociais, Ciências Físicas e Biológicas, Artes, Educação Física, juntamente com o curso de empreendedorismo no Ensino Médio.

E especificamente, a disciplina de Filosofia é uma das mais prejudicadas em sua carga horária. Fato é que nesta "organização" de áreas de conhecimento, também conduz esse aluno a pensar como ele mesmo vai ser inserido no mercado de trabalho, fazendo-o acreditar ser o único responsável pela sua inserção no mercado de trabalho após a conclusão do Ensino Médio. Configurando o trabalho escolar como um instrumento de base para a utilização de um conhecimento pragmático e imediatista. Assim sendo, a política de adequar o aluno ao mercado atual, este mercado caracterizado pelas altas taxas de desemprego, empregos informais e subempregos, fatos que contribuem para a permanência da desigualdade social. Desta forma, ao promover a Reforma Trabalhista em dois mil e dezessete, respectivamente, promoveu a flexibilização[12] do trabalho e consequentemente a flexibilização do currículo educacional com a implementação da BNCC no mesmo ano, tornando evidente que a formação escolar deveria estar compatível com o novo mercado neoliberal. A BNCC também adaptou o uso de novas tecnologias, conforme o Ensino Médio vigente:

> "Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:
> I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
> II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
> III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
> IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (LEI 9.394/96)."

[11]Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em junho de 2022.
[12]Contratação de uma empresa prestadora de serviços específicos para realizar determinadas funções dentro da organização o contratante.

Assim, através da diminuição da carga horaria das disciplinas, como as de Ciências Humanas, organizadas por área de conhecimento, as quais não possuem a obrigatoriedade de todas as disciplinas serem ofertadas nos três anos de Ensino Médio pelas instituições de ensino e a implementação dos itinerários formativos, esse novo ensino se organiza também por quatro eixos, o empreendedorismo, o de mediação e intervenção sociocultural, a investigação científica e os processos criativos, os quais possuem um discurso duvidoso de criar oportunidades para os estudantes, a que só depende deles para entrar no mercado.

Para Hernandes (2020), a Lei 13. 415 estabelece a inovação no currículo e a ampliação da carga horária sem um prévio diagnóstico dos impactos nas escolas públicas. Onde esse novo ensino médio é constituído de um Programa Inovador, o qual também sinaliza o afastamento da escola de sua função social. Consequentemente, a juventude atual, está sendo moldada para crescer numa sociedade onde só ela, e apenas ela, é responsável pelo seu próprio trabalho, onde a precarização do trabalho e os direitos trabalhistas não fazem mais parte do mundo do trabalho.

Segundo Neves (2022), ao analisar que o capitalismo é destrutivo quando se trata de condições da exploração de trabalho no Brasil, relacionando-o à terceirização, precarização e à informalidade, para estruturar a esfera do trabalho em território brasileiro. Compreendendo assim, que a gestão do trabalho e a sua organização possui uma característica predominantemente flexível, consolidando a ideia de que os alunos acabam se formando, pensando que a sua sobrevivência é garantida por si, ignorando e desconhecendo toda uma estrutura política que orquestra as relações trabalhistas, fazendo-os pensar que o sucesso profissional e a sua entrada no mercado de trabalho dependem exclusivamente deles mesmos.

Assim, os prejudicam em perceber que a desigualdade social e as demissões em massa fazem parte de um projeto político, por entenderem que a precarização e a pejotização[13] não são um problema e sim uma oportunidade de empreender.

Deste modo, o que corresponde à flexibilidade, relaciona-se aos níveis de investimento por currículo escolar, por localidade e na introdução dos Itinerários Formativos e as Unidades Eletivas, as quais estão sendo ofertadas como opcionais.

[13]Pejotização é termo utilizado para descrever o ato de manter empregados através da criação de empresa pelos contratados.

Os denominados como Itinerários Formativos, se constituem com a realização de laboratórios, oficinas, clubes, observatórios, núcleos de estudos, entre outros. Essa estrutura tem como base as grandes áreas do conhecimento, como Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, as quais constituem apenas os componentes curriculares específicos às áreas de Linguagens e Matemática.

Figura 1:

| O que muda | Antigo ensino médio | Novo ensino médio |
|---|---|---|
| Carga horária | 800 horas anuais | 1000 horas por ano |
| Disciplinas | Português, Matemática, Biologia, Física, Química, Filosofia, Geografia, História, Sociologia, Educação Física, Artes, Língua Estrangeira e Literatura. | Obrigatórias: Língua Portuguesa, Matemática e Inglês.<br><br>Cinco áreas do conhecimento:<br><br>I – linguagens e suas tecnologias;<br>II – matemática e suas tecnologias;<br>III – ciências da natureza e suas tecnologias;<br>IV – ciências humanas e sociais aplicadas;<br>V – formação técnica e profissional. |
| Língua Inglesa | Não obrigatória | Obrigatória nos três anos de curso |
| Turno | Matutino, Vespertino ou Noturno | Proposta de escola em tempo integral. |

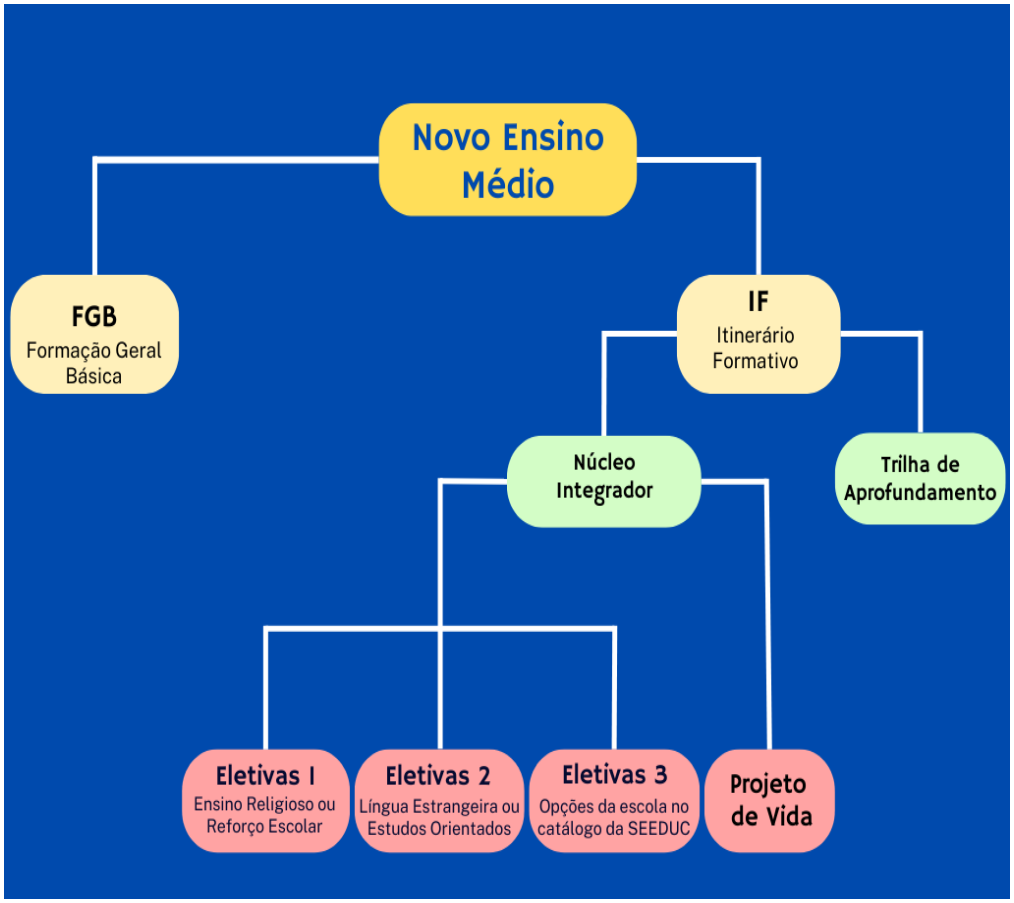
FONTE: Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna e Todos Pela Educação.

Porém, para estudantes indígenas, existe a garantia do ensino de suas línguas maternas de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases:

> Art. 32, § 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Entretanto, cada estado e município ficam responsáveis por organizar os seus currículos escolares, tendo a tabela BNCC como base:

Figura 2:




A Base foi definida conforme o que foi escolhido como essencial para os alunos, e assim parecer que houve a tentativa de melhorar a equidade e a igualdade durante o governo Temer, situação que não corresponde às reais necessidades, pois a partir do momento em que o investimento é selecionado por currículo e região, esta situação já evidencia a desigualdade.

A BNCC não assegura uma educação com sentido crítico. Mas possui uma lista de itinerários, implementados com o discurso da flexibilização. Com conteúdo que enfatiza o ensino do empreendedorismo para corresponder aos requisitos econômicos do capital, através da privatização do ensino. A BNCC é uma responsabilidade do MEC e do CNE, os quais têm o dever de contribuir com apoio técnico para as instituições de ensino em todo o Território Nacional, tanto no que diz respeito ao aprimoramento quanto na orientação do método de ensino aprendizagem para o Ensino Médio.

Porém, as secretarias de educação municipais e estaduais também devem contribuir devido à realidade local para a formação do currículo, ou seja, 60% serão dedicadas ao currículo base e os outros 40% para as disciplinas eletivas dos itinerários formativos, estando, claro, conforme a BNCC. O Novo Ensino Médio condiciona o aprendizado do estudante no fazer e não o prepara para o Ensino Superior, ou seja, foca no aprender fazendo, onde o professor torna-se um facilitador. E a diminuição da carga horária das disciplinas obrigatórias acabou por prejudicar os alunos na realização do vestibular.

A BNCC define os elementos obrigatórios e comuns a todas as escolas públicas ou privadas, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. E em abril de dois mil e dezoito o MEC passou para o Conselho Nacional de Educação (CNE) a última versão da BNCC, esta versão apresenta a carga horária total do Novo Ensino Médio de três mil horas, dividindo 1.800 para as disciplinas do currículo comum e 1.200 as disciplinas dos itinerários formativos. Uma vez que este NEM ainda se encontra sob revisão e que estas regras poderão ser modificadas.

Assim, as matérias do novo ensino médio estão organizadas em Linguagens e Suas Tecnologias, Matemática e Suas Tecnologias, Ciências da Natureza e Suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional, como consta no Portal do MEC. E apenas as disciplinas de português, matemática, constam nos três anos do Ensino Médio, como consta no quadro de horário da Secretaria Estadual de Educação.

## 2.1 OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS E AS RESTRIÇÕES DE MATÉRIAS

No ano de dois mil e vinte e dois, as escolas brasileiras particulares e públicas tiveram que adaptar as mudanças do Novo Ensino Médio, as quais trouxeram uma

reforma educacional, nacionalmente, com a ideia de flexibilizar a grade de horário e as disciplinas ofertadas aos estudantes.

O Novo Ensino Médio é o resultado da homologação BNCC, esta base é um documento, o qual direciona as competências que devem ser trabalhadas pelas escolas. A educação geral básica orienta as escolas para construir seus currículos. Esta reforma organiza os itinerários formativos em grupos de disciplinas com oficinas de projetos. Onde os estudantes podem escolher o que cursar durante todo o ensino médio. Com a inclusão de uma parte diversificada, representada pelos Itinerários Formativos:

> "O art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> Art. 36_. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017, sp)."

Esta nova ferramenta de currículo visa substituir um currículo único, classificado pelo governo Temer como um modelo mais flexível. Com um discurso de atender melhor às necessidades dos jovens, o conteúdo do Ensino Médio passou a ser organizado com diferentes arranjos curriculares, sendo escolhido o seu grau de importância conforme a comunidade escolar de cada local.

Deste modo, hoje os itinerários formativos, cujo aprofundamento encontra-se em cada área de conhecimento ou numa formação técnica e profissional, fazem com que a escola trabalhe de forma separada ou combinando os conhecimentos das duas por mais áreas. Em dois mil e dezoito, com a Resolução N.3/2018[14], foram atualizadas as Diretrizes Nacionais Curriculares para o Ensino Médio, incluindo os itinerários formativos no currículo escolar, definindo o conjunto de aprendizagens consideradas essenciais para todos os estudantes ao longo de sua formação na Educação Básica, estabelecendo:

> "Art. 10. Os currículos do ensino médio são compostos por formação geral básica e itinerário formativo, indissociavelmente.

[14]Disponíve em: http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file acesso em 17 junho de 2022.

> Art. 11. A formação geral básica é composta por competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e articuladas como um todo indissociável, enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local, do mundo do trabalho e da prática social, e deverá ser organizada por áreas de conhecimento:
> I - linguagens e suas tecnologias;
> II - matemática e suas tecnologias;
> III - ciências da natureza e suas tecnologias;
> IV - ciências humanas e sociais aplicadas."

Dentro dessa conjuntura, existe o discurso que as escolas possuem autonomia para escolher seus itinerários formativos, onde a sua estrutura e a forma que são ofertados aos educandos são definidas pelos sistemas de ensino, de acordo com suas possibilidades concretas, ou seja, o investimento governamental. Levando a um enrijecimento devido às restrições relativas às possibilidades de escolha do aluno.

Confirmando que as propostas de oferta de itinerários passam pelas condições da escola, se tem como ofertar ou não, se realmente existe investimento do governo ou não para implementar as disciplinas a serem escolhidas. Por isso há essa falsa ideia de flexibilidade, pois cada instituição tem a suas restrições próprias, como seus recursos humanos, disponibilidade de materiais e orçamento, fatores que vão além das necessidades da comunidade escolar.

O atual governo estadual procura incentivar a população a aderir à reforma do ensino através da mídia e do investimento nas propagandas, passando a informação sobre a liberdade de escolha, sobre os estudantes se aprofundarem através das áreas de conhecimentos específicos. Porém, não existe a obrigatoriedade de as escolas oferecerem todos os itinerários formativos, pois dependem de investimentos. O que acaba resultando em problemas que afetam as estruturas das escolas, como a falta de profissionais, causando limitação nos estudos dos alunos:

> "Alunos de escolas mantidas pelo Poder Público terão de se contentar com que o Estado, em tempos de ajuste fiscal, puder, quiser ou pretender lhes oferecer, excetuando-se português, matemática e inglês. Essa flexibilização pode empobrecer o currículo das escolas públicas no tocante ao conjunto de saberes das diversas ciências, da filosofia e da arte (Hernandes, 2019, p.5)."

Existe realmente a necessidade de se atender melhor a comunidade escolar, mas as condições necessárias para tal fim são repletas de muita dificuldade devido à falta de investimento do governo. Uma situação que difere das escolas particulares, as quais ofertam as disciplinas conforme o investimento familiar. Outro fator dentro da Reforma do Ensino Médio é que os estudantes também podem optar pela formação técnica e profissional. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

> "§5º Entende-se por itinerário formativo na Educação Profissional e Tecnológica o conjunto de unidades curriculares, etapas ou módulos que compõem a sua organização em eixos tecnológicos e respectiva área tecnológica, podendo ser:
> I - propiciado internamente em um mesmo curso, mediante sucessão de unidades curriculares, etapas ou módulos com terminalidade ocupacional;
> II - propiciado pela instituição educacional, mas construído horizontalmente pelo estudante, mediante unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos diferentes de um mesmo eixo tecnológico e respectiva área tecnológica;
> III - construído verticalmente pelo estudante, propiciado ou não por instituição educacional, mediante sucessão progressiva de cursos ou certificações obtidas por avaliação e por reconhecimento de competências, desde a formação inicial até a pós-graduação tecnológica".

No entanto, as escolas devem considerar a sua realidade ao escolher seus itinerários formativos, os quatro eixos estruturantes da BNCC, como os Processos Criativos, os quais foram criados com a desculpa de contribuir para a construção de experimentos e solução inovadora para a vida social, incluindo conhecimento sobre artes, cultura e fazer criativo; Mediação e Intervenção Sociocultural buscam centrar as questões humanas às questões culturais, na atuação socioambiental, ao planeta, para que assim, o aluno esteja motivado a solucionar seus problemas e os de sua comunidade; Investigação Científica toma como foco a investigação da realidade, com conhecimento de práticas científicas.

Para o caso do curso de empreendedorismo, os alunos devem entender que, ao longo de seus estudos, serão trabalhados em sala as iniciativas empreendedoras para desenvolver produtos e serviços, os quais concentram o conhecimento formal do aluno no contexto do trabalho. Fazendo-os pensar que o resultado do bom trabalho depende de inovação, autonomia, tecnologia, criatividade, entre outros. Assim como nas disciplinas

das áreas de conhecimento, no Ensino Médio Empreendedor também inclui novas disciplinas, como Projeto de Vida e Projeto de Intervenção e Pesquisa e projeto de Intervenção e Empreendedorismo. Já os itinerários são diversos, conforme o currículo e a escolha do estudante.

A disciplina Projeto de Vida tem por finalidade conduzir os estudantes a fazer suas próprias escolhas para o trabalho. Mesmo sendo uma atividade pedagógica obrigatória dentro do Novo Currículo do Ensino Médio, essa atividade não possui avaliação. O único critério de aprovação está na presença dos alunos e alunas em frequentar 75% das aulas do ano letivo todo. Os estudantes têm as atividades da disciplina Projeto de Vida em todos os anos do Ensino Médio.

Além de oficinas para os alunos praticarem seu conhecimento, baseado na ideologia do BNCC do aprender fazendo. Os alunos acabam por entender que eles poderão ser protagonistas. Entretanto, os encontros dos grupos terão orientadores educacionais para complementar e acompanhar o ensino deles. Isso se a escola tiver um Orientador Educacional, caso não tenha, como na minha atual escola, a orientação fica a cargo do professor mesmo.

Com o início da Reforma Educacional no ano de dois mil e dezoito, as novas disciplinas e o conhecimento dividido por áreas de conhecimento têm também por objetivo adequar os estudantes, a saber, sobre as habilidades necessárias para o novo perfil de trabalhador do século XXI. Já a disciplina que trata sobre o Mundo do Trabalho será apenas oferecida no primeiro ano do Ensino Médio, para que as atividades pedagógicas e reflexões sejam focadas especificamente nesta disciplina. Fazendo com que o professor reflita com os estudantes uma análise mais aprofundada sobre seus interesses profissionais. Onde ele deveria ter metodologias ativas para uma maior participação do aluno. Pois muitos professores ainda não se encaixaram nessas novas disciplinas, por suas próprias razões, não me cabe julgá-los, mas os compreendo perfeitamente porque não concordo com o NEM.

Com a disciplina Cultura e Tecnologias Digitais, essa disciplina deveria dar mais acesso aos estudantes ao aprendizado ligado à tecnologia, mais na realidade, poucas são as escolas que possuem ferramentas para tal fim, como, por exemplo, na minha, o CIEP-208, a sala que tem é chamada estação empreender, só pode ser usada pelos alunos matriculados no empreendedorismo.

Mas a ideia de introduzir as tecnologias digitais na educação se fortalece nas escolas com mais condições, como as privadas, devido aos impactos da tecnologia no

mundo, na atualidade e as suas potencialidades. Uma vez que o mundo atual está dividido em dois mundos, o real e o virtual, fato é que realmente os estudantes precisam se preparar para as novas formas de trabalho.

Portanto, o professor para ministrar essa aula deve estar atualizado, saber manusear os novos recursos tecnológicos para ensinar os alunos a ter noções sobre análise de dados, processos de recursos digitais, comunicação, lógica e uso dos recursos digitais. Fazendo-se necessário aprender sobre a linguagem digital.

E a disciplina que aborda a Iniciação Científica tem por objetivo ensinar os conceitos fundamentais das ciências, e desta forma, ampliar habilidades, as oportunidades de pensar científico, com conceitos de investigação, para motivar os alunos a participarem na realização de pesquisas científicas. Assim como, aprender a identificar um problema. Para isso, deve passar pela identificação de um problema e informações de fontes confiáveis, construir registros de cada etapa da pesquisa:

> "...Essas políticas e a nova formatação do tecnicismo têm impacto direto no trabalho docente. Com um maior controle do conteúdo a ser ensinado, por meio de bases nacionais curriculares e com um maior controle do próprio conteúdo da formação do professor por bases nacionais que regulam a formação do magistério..." (Freitas 2018,p:105 e 106).

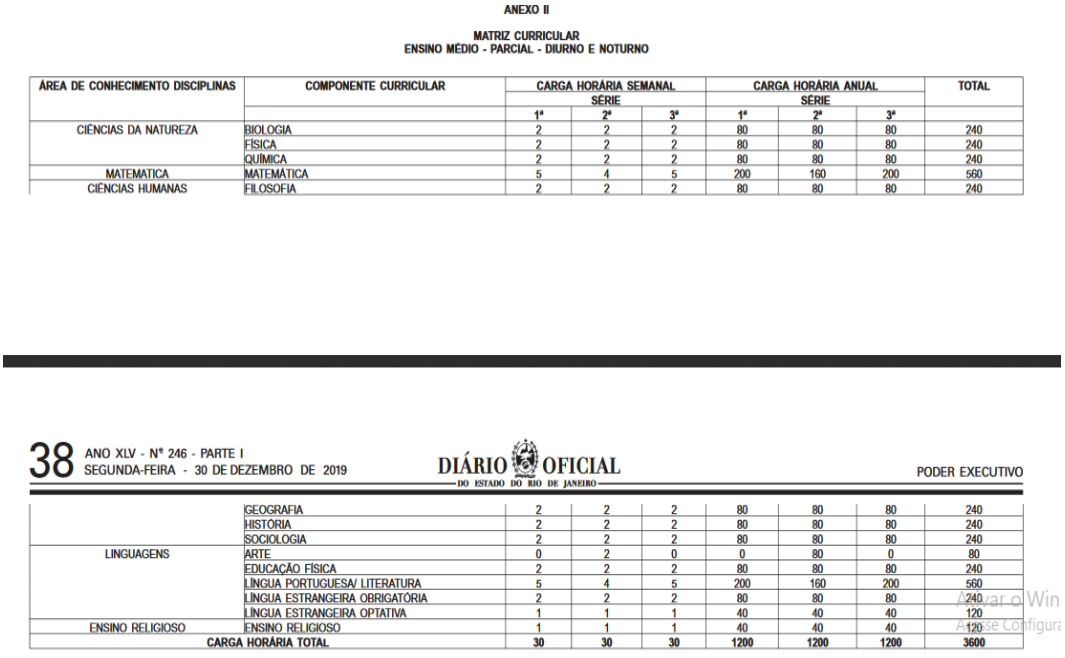
Assim, mediante esta flexibilização, a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro também estabeleceu as suas diretrizes para a Educação Básica neste estado. E conforme a Resolução da SEEDUC N.º 6035[15] de 28 de janeiro de 2022:

> "FIXA DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DAS MATRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
>
> "Art. 23 - O Novo Ensino Médio se comporá de Itinerários Formativos compostos por Núcleo Integrador, que é comum a todas as modalidades, e Trilhas de Aprofundamento das áreas de Conhecimentos: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Linguagens e suas Tecnologias, nas modalidades de ensino: Regular, Integral, Integrado, Articulado e Educação Profissional e Tecnológica (EPT)."

[15]Disponível em: https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/pdfs/resolucao-6035.pdf. Acesso 12 de julho de 2023.

## **2.2** A FLEXIBILIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS NAS MATRIZES CURRICULARES ATUAIS DA SEEDUC:

Figura 3: Antiga matriz curricular da SEEDUC antes da Reforma do Ensino Médio:



ANEXO II

MATRIZ CURRICULAR
ENSINO MÉDIO - PARCIAL - DIURNO E NOTURNO

| ÁREA DE CONHECIMENTO DISCIPLINAS | COMPONENTE CURRICULAR | CARGA HORÁRIA SEMANAL SÉRIE | | | CARGA HORÁRIA ANUAL SÉRIE | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1ª | 2ª | 3ª | 1ª | 2ª | 3ª | |
| CIÊNCIAS DA NATUREZA | BIOLOGIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | FÍSICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | QUÍMICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| MATEMATICA | MATEMÁTICA | 5 | 4 | 5 | 200 | 160 | 200 | 560 |
| CIÊNCIAS HUMANAS | FILOSOFIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |



| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | GEOGRAFIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | HISTÓRIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | SOCIOLOGIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| LINGUAGENS | ARTE | 0 | 2 | 0 | 0 | 80 | 0 | 80 |
| | EDUCAÇÃO FÍSICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | LÍNGUA PORTUGUESA/ LITERATURA | 5 | 4 | 5 | 200 | 160 | 200 | 560 |
| | LÍNGUA ESTRANGEIRA OBRIGATÓRIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | LÍNGUA ESTRANGEIRA OPTATIVA | 1 | 1 | 1 | 40 | 40 | 40 | 120 |
| ENSINO RELIGIOSO | ENSINO RELIGIOSO | 1 | 1 | 1 | 40 | 40 | 40 | 120 |
| CARGA HORÁRIA TOTAL | | 30 | 30 | 30 | 1200 | 1200 | 1200 | 3600 |

Ativar o Win
Acesse Configura

A partir dessa matriz, podemos observar que os alunos tinham todas as disciplinas obrigatórias nos três anos do Ensino Médio, pois eram estudos necessários para o vestibular. Os estudos de formação geral propiciavam a aprendizagem com conhecimentos essenciais para ingressar no Ensino Superior, assim, o ensino das Ciências Humanas desenvolvia a compreensão do significado da identidade, da sociedade e da cultura, que configuram os campos de conhecimentos de História, Geografia, Sociologia, e da Filosofia, necessários ao exercício da cidadania consciente, para cumprimento do que manda a letra da lei.

Com as atuais matrizes do Estado do Rio de Janeiro, iniciando com Ensino Médio que em muitas escolas não é concomitante com a Educação de Ensino Integral, podemos observar que as disciplinas de Ciências Físicas e Biológicas e as disciplinas de Ciências Humanas perderam tempos em anos específicos do Ensino Médio. No caso do Ensino Médio em Técnico em Administração, as disciplinas de Ciências Humanas não perderam

tempo de aula nos três anos do Ensino Médio, assim como as disciplinas de Ciências da Natureza, ou seja, caso o aluno queira ter acesso às disciplinas, terá que se matricular na Educação Integral em técnico em administração.

Figura 4:

MATRIZ CURRICULAR

ENSINO MÉDIO - EDUCAÇÃO INTEGRAL - TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO CONCOMITANTE

| ÁREA DE CONHECIMENTO/ NÚCLEO ARTICULADOR | COMPONENTE CURRICULAR | CARGA HORÁRIA SEMANAL | | | CARGA HORÁRIA ANUAL | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | SÉRIE | | | SÉRIE | | | |
| | | 1ª | 2ª | 3ª | 1ª | 2ª | 3ª | |
| CIÊNCIAS DA NATUREZA | BIOLOGIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | FÍSICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | QUÍMICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| MATEMÁTICA | MATEMÁTICA | 6 | 6 | 6 | 240 | 240 | 240 | 720 |
| CIÊNCIAS HUMANAS | FILOSOFIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | GEOGRAFIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | HISTÓRIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | SOCIOLOGIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| LINGUAGENS | ARTE | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 80 | 80 |
| | EDUCAÇÃO FÍSICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | LÍNGUA PORTUGUESA / LITERATURA | 6 | 6 | 6 | 240 | 240 | 240 | 720 |
| | LÍNGUA INGLESA | 4 | 4 | 2 | 160 | 160 | 80 | 400 |
| | LÍNGUA ESPANHOLA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| ENSINO RELIGIOSO | ENSINO RELIGIOSO | 1 | 1 | 1 | 40 | 40 | 40 | 120 |
| CIÊNCIA, CULTURA, TECNOLOGIA E TRABALHO | PROJETO DE VIDA E GESTÃO | 4 | 4 | 4 | 160 | 160 | 160 | 480 |
| | ESTUDOS ORIENTADOS | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | INTERPRETAÇÃO E REDAÇÃO | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | REFORÇO E RACIOCÍNIO LÓGICO | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| CARGA HORÁRIA TOTAL NÚCLEO | | 10 | 10 | 10 | 400 | 400 | 400 | 1200 |
| CARGA HORÁRIA TOTAL | | 45 | 45 | 45 | 1800 | 1800 | 1800 | 5400 |

O que não é diferente das escolas que ofertam o Ensino Médio FIC, Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, como a minha escola anterior, o Colégio Estadual Hélio Rangel, essa modalidade de ensino organiza o conteúdo dos estudantes para a inserção e reinserção de jovens e trabalhadores no mundo do trabalho. Geralmente, o FIC forma profissionais para os setores de serviços, indústrias,

economia e comércios, ensinando uma profissão específica como cabeleireiro, pintor e outros.

Figura 5:

**ENSINO MÉDIO - EDUCAÇÃO INTEGRAL - MODELO EM TEMPO INTEGRAL FIC**

| ÁREA DE CONHECIMENTO / NÚCLEO ARTICULADOR | COMPONENTE CURRICULAR | CARGA HORÁRIA SEMANAL | | | CARGA HORÁRIA ANUAL | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | SÉRIE | | | SÉRIE | | | |
| | | 1ª | 2ª | 3ª | 1ª | 2ª | 3ª | |
| CIÊNCIAS DA NATUREZA | BIOLOGIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | FÍSICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | QUÍMICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| MATEMÁTICA | MATEMÁTICA | 4 | 4 | 4 | 160 | 160 | 160 | 480 |
| CIÊNCIAS HUMANAS | FILOSOFIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | GEOGRAFIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | HISTÓRIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | SOCIOLOGIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| LINGUAGENS | ARTE | 0 | 2 | 0 | 0 | 80 | 0 | 80 |
| | EDUCAÇÃO FÍSICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | LÍNGUA PORTUGUESA / LITERATURA | 4 | 4 | 4 | 160 | 160 | 160 | 480 |
| | LÍNGUA ESTRANGEIRA OBRIGATÓRIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | LÍNGUA ESTRANGEIRA OPTATIVA | 1 | 1 | 1 | 40 | 40 | 40 | 120 |
| ENSINO RELIGIOSO | ENSINO RELIGIOSO | 1 | 1 | 1 | 40 | 40 | 40 | 120 |
| CIÊNCIA, CULTURA, TECNOLOGIA E TRABALHO**** | LÍNGUA PORTUGUESA - INTERPRETAÇÃO E REDAÇÃO | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | MATEMÁTICA - REFORÇO E RACIOCÍNIO LÓGICO | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| PARTE DIVERSIFICADA | FIC 1 | 4 | 0 | 0 | 160 | 0 | 0 | 160 |
| | FIC 2 | 4 | 0 | 0 | 160 | 0 | 0 | 160 |
| | FIC 3 | 4 | 0 | 0 | 160 | 0 | 0 | 160 |
| | FIC | 0 | 12 | 12 | 0 | 400 | 400 | 960 |
| CARGA HORÁRIA TOTAL | | 44 | 46 | 44 | 1760 | 1840 | 1760 | 5360 |

**MATRIZ CURRICULAR**
**ENSINO MÉDIO - EDUCAÇÃO INTEGRAL - MODELO EM TEMPO INTEGRAL COM ÊNFASE EM LÍNGUAS**

| ÁREA DE CONHECIMENTO DISCIPLINAS | COMPONENTE CURRICULAR | CARGA HORÁRIA SEMANAL | | | CARGA HORÁRIA ANUAL | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | SÉRIE | | | SÉRIE | | | |
| | | 1ª | 2ª | 3ª | 1ª | 2ª | 3ª | |
| CIÊNCIAS DA NATUREZA | BIOLOGIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | FÍSICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | QUÍMICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| MATEMATICA | MATEMÁTICA | 4 | 4 | 4 | 160 | 160 | 160 | 480 |
| | MATEMÁTICA - REFORÇO E RACIOCÍNIO LÓGICO | 2 | 1 | 2 | 80 | 40 | 80 | 200 |
| CIÊNCIAS HUMANAS | FILOSOFIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | GEOGRAFIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | HISTÓRIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | SOCIOLOGIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| LINGUAGENS | ARTE | 0 | 2 | 0 | 0 | 80 | 0 | 80 |
| | EDUCAÇÃO FÍSICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA | 4 | 4 | 4 | 160 | 160 | 160 | 480 |
| | LÍNGUA PORTUGUESA - INTERPRETAÇÃO E REDAÇÃO | 2 | 1 | 2 | 80 | 40 | 80 | 200 |
| | LÍNGUA INGLESA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | LÍNGUA ESPANHOLA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| ENSINO RELIGIOSO | ENSINO RELIGIOSO | 1 | 1 | 1 | 40 | 40 | 40 | 120 |
| NÚCLEO ARTICULADOR | INTEGRAÇÃO GLOBAL E INTERCÂMBIO VIRTUAL | 3 | 3 | 3 | 120 | 120 | 120 | 360 |
| | NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO LINGUÍSTICA- INGLÊS | 4 | 4 | 4 | 160 | 160 | 160 | 480 |
| | NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO LINGUÍSTICA- ESPANHOL | 4 | 4 | 4 | 160 | 160 | 160 | 480 |
| | PROJETO DE VIDA E EMPREENDEDORISMO | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| CARGA HORÁRIA TOTAL | | 46 | 46 | 46 | 1840 | 1840 | 1840 | 5520 |

Já o ensino integral com ênfases em línguas, o qual a sua grade está citada acima, também conta com todas as matérias de Ciências da Natureza e de Ciências Humanas em todos os três anos do ensino médio.

Porém, se compararmos com a matriz do Curso Normal, será possível observar que já existem ausências das disciplinas de Ciências Físicas e Biológicas como das disciplinas de Ciências Humanas ao longo dos três anos do Ensino Médio.

Figura 6:

**ANEXO III**

**MATRIZ CURRICULAR**
**CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO**

| ÁREA DE CONHECIMENTO | COMPONENTE CURRICULAR | CARGA HORÁRIA SEMANAL SÉRIE | | | CARGA HORÁRIA ANUAL SÉRIE | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1ª | 2ª | 3ª | 1ª | 2ª | 3ª | |
| CIÊNCIAS DA NATUREZA | BIOLOGIA | 2 | 2 | 0 | 80 | 80 | 0 | 160 |
| | FÍSICA | 2 | 0 | 2 | 80 | 0 | 80 | 160 |
| | QUÍMICA | 2 | 2 | 0 | 80 | 80 | 0 | 160 |
| MATEMÁTICA | MATEMÁTICA | 4 | 4 | 4 | 160 | 160 | 160 | 480 |
| CIÊNCIAS HUMANAS | FILOSOFIA | 2 | 0 | 0 | 80 | 0 | 0 | 80 |
| | GEOGRAFIA | 2 | 2 | 0 | 80 | 80 | 0 | 160 |
| | HISTÓRIA | 2 | 2 | 0 | 80 | 80 | 0 | 160 |
| | SOCIOLOGIA | 2 | 2 | 0 | 80 | 80 | 0 | 160 |
| LINGUAGENS DE INCLUSÃO | ARTE | 2 | 0 | 2 | 80 | 0 | 80 | 160 |
| | EDUCAÇÃO FÍSICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | LÍNGUA PORTUGUESA / LITERATURA | 4 | 4 | 4 | 160 | 160 | 160 | 480 |
| | LÍNGUA ESTRANGEIRA OBRIGATÓRIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | LÍNGUA ESTRANGEIRA OPTATIVA | 1 | 1 | 1 | 40 | 40 | 40 | 120 |
| ENSINO RELIGIOSO | ENSINO RELIGIOSO | 1 | 1 | 1 | 40 | 40 | 40 | 120 |
| LINGUAGENS DE INCLUSÃO | INTEGRAÇÃO DAS MÍDIAS E NOVAS TECNOLOGIAS | 2 | 0 | 0 | 80 | 0 | 0 | 80 |
| | TEMPOS PARA ÊNFASE NO PPP / LIBRAS | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 80 | 80 |
| FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO | HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO | 0 | 2 | 2 | 0 | 80 | 80 | 160 |
| | SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 80 | 80 |
| | PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO | 0 | 2 | 2 | 0 | 80 | 80 | 160 |
| | POLÍTICA EDUCACIONAL E ORG. DO SISTEMA DE ENSINO | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 80 | 80 |
| FORMAÇÃO COMPLEMENTAR | PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO | 0 | 2 | 2 | 0 | 80 | 80 | 160 |
| CONHECIMENTOS DIDÁTICOS METODOLÓGICOS | CONHECIMENTOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS EM EDUCAÇÃO INFANTIL | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | CONHECIMENTOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS EM ENSINO FUNDAMENTAL | 0 | 2 | 2 | 0 | 80 | 80 | 160 |
| | CONHECIMENTOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA | 0 | 2 | 0 | 0 | 80 | 0 | 80 |
| | CONHECIMENTOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 80 | 80 |
| PRÁTICAS | PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INICIAÇÃO À PESQUISA | 3 | 6 | 8 | 120 | 240 | 320 | 680 |
| | BRINQUEDOTECA | 1 | 0 | 0 | 40 | 0 | 0 | 40 |
| | ARTE EDUCAÇÃO | 0 | 1 | 0 | 0 | 40 | 0 | 40 |
| | PRÁTICAS PSICOMOTORAS | 0 | 1 | 0 | 0 | 40 | 0 | 40 |
| | VIDA E NATUREZA | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 40 | 40 |
| | ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 40 | 40 |
| | LINGUAGENS E ALFABETIZAÇÕES | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 40 | 40 |
| | CULTURAS | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 40 | 40 |
| CARGA HORÁRIA TOTAL | | 38 | 44 | 48 | 1520 | 1760 | 1920 | 5200 |

Só que no ano de 2022, também foi ofertado a matriz curricular do ensino integral cívico militar, é possível verificar que não há ausência, em nenhum dos três anos do

Ensino Médio, das disciplinas de Ciências Físicas e Biológicas e no caso das disciplinas de Ciências Humanas, mas é possível observar que somente há a diminuição da carga horária das disciplinas de Filosofia e Sociologia.

Figura 7:

**MATRIZ CURRICULAR**
**ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO INTEGRAL - MODELO EM TEMPO INTEGRAL CÍVICO MILITAR**

| ÁREA DE CONHECIMENTO DISCIPLINAS | COMPONENTE CURRICULAR | CARGA HORÁRIA SEMANAL SÉRIE | | | | CARGA HORÁRIA ANUAL SÉRIE | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 6º | 7º | 8º | 9º | 6º | 7º | 8º | 9º | |
| CIÊNCIAS DA NATUREZA | CIÊNCIAS | 4 | 4 | 4 | 4 | 160 | 160 | 160 | 160 | 640 |
| MATEMATICA | MATEMÁTICA | 6 | 6 | 6 | 6 | 240 | 240 | 240 | 240 | 960 |
| | MATEMÁTICA - REFORÇO E RACIOCÍNIO LÓGICO | 2 | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 80 | 320 |
| | GEOGRAFIA | 3 | 3 | 3 | 3 | 120 | 120 | 120 | 120 | 480 |
| | HISTÓRIA | 3 | 3 | 3 | 3 | 120 | 120 | 120 | 120 | 480 |
| LINGUAGENS | ARTE | 2 | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 80 | 320 |
| | EDUCAÇÃO FÍSICA | 4 | 4 | 4 | 4 | 160 | 160 | 160 | 160 | 640 |
| | LÍNGUA PORTUGUESA | 6 | 6 | 6 | 6 | 240 | 240 | 240 | 240 | 960 |
| | LINGUA PORTUGUESA - INTERPRETAÇÃO E REDAÇÃO | 2 | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 80 | 320 |
| | LÍNGUA INGLESA | 3 | 3 | 3 | 3 | 120 | 120 | 120 | 120 | 480 |
| ENSINO RELIGIOSO | ENSINO RELIGIOSO | 1 | 1 | 1 | 1 | 40 | 40 | 40 | 40 | 160 |
| | TEMÁTICA MILITAR | 2 | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 80 | 320 |
| | PROJETO DE VIDA | 2 | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 80 | 320 |
| | COMUNICAÇÃO E MÍDIAS EDUCATIVAS | 2 | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 80 | 320 |
| CARGA HORÁRIA TOTAL | | 42 | 42 | 42 | 42 | 1680 | 1680 | 1680 | 1680 | 6720 |

**MATRIZ CURRICULAR**
**ENSINO MÉDIO - EDUCAÇÃO INTEGRAL - MODELO EM TEMPO INTEGRAL CÍVICO MILITAR**

| ÁREA DE CONHECIMENTO DISCIPLINAS | COMPONENTE CURRICULAR | CARGA HORÁRIA SEMANAL SÉRIE | | | CARGA HORÁRIA ANUAL SÉRIE | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1ª | 2ª | 3ª | 1ª | 2ª | 3ª | |
| CIÊNCIAS DA NATUREZA | BIOLOGIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | FÍSICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | QUÍMICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| MATEMATICA | MATEMÁTICA | 6 | 6 | 6 | 240 | 240 | 240 | 720 |
| | MATEMÁTICA - REFORÇO E RACIOCÍNIO LÓGICO | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| CIÊNCIAS HUMANAS | FILOSOFIA | 1 | 1 | 1 | 40 | 40 | 40 | 120 |
| | GEOGRAFIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | HISTÓRIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | SOCIOLOGIA | 1 | 1 | 1 | 40 | 40 | 40 | 120 |
| LINGUAGENS | ARTE | 0 | 2 | 0 | 0 | 80 | 0 | 80 |
| | EDUCAÇÃO FÍSICA | 4 | 4 | 4 | 160 | 160 | 160 | 480 |
| | LÍNGUA PORTUGUESA/ LITERATURA | 6 | 6 | 6 | 240 | 240 | 240 | 720 |
| | LINGUA PORTUGUESA - INTERPRETAÇÃO E REDAÇÃO | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | LÍNGUA INGLESA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | LÍNGUA ESPANHOLA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| ENSINO RELIGIOSO | ENSINO RELIGIOSO | 1 | 1 | 1 | 40 | 40 | 40 | 120 |
| | TEMÁTICA MILITAR | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | PROJETO DE VIDA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | ESTUDOS ORIENTADOS | 3 | 3 | 3 | 120 | 120 | 120 | 360 |
| CARGA HORÁRIA TOTAL | | 44 | 46 | 44 | 1760 | 1840 | 1760 | 5360 |

**MATRIZ CURRICULAR**
**ENSINO MÉDIO - INTEGRAL - CÍVICO MILITAR VOCACIONADO ESPORTE**

| ÁREA DE CONHECIMENTO DISCIPLINAS | COMPONENTE CURRICULAR | CARGA HORÁRIA SEMANAL SÉRIE | | | CARGA HORÁRIA ANUAL SÉRIE | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1ª | 2ª | 3ª | 1ª | 2ª | 3ª | |
| CIÊNCIAS DA NATUREZA | BIOLOGIA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | FÍSICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | QUÍMICA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| MATEMATICA | MATEMÁTICA | 4 | 4 | 4 | 160 | 160 | 160 | 480 |
| CIÊNCIAS HUMANAS | FILOSOFIA | 1 | 1 | 1 | 40 | 40 | 40 | 120 |

E no caso das escolas de Ensino Médio Integral de Empreendedorismo, podemos observar que também há ausência em pelo menos algum ano no decorrer do curso das disciplinas de Ciências Físicas e Biológicas e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas,

como as disciplina de Biologia, Física, Química no terceiro ano, a disciplina de Filosofia apenas no primeiro ano, de Geografia História apenas no primeiro e segundo ano, Sociologia apenas no terceiro ano, artes apenas no segundo ano, e educação física apenas no primeiro e terceiro ano:

Figura 8:

NOVO ENSINO MÉDIO INTEGRAL - ITINERÁRIO EMPREENDEDORISMO

| ÁREA DE CONHECIMENTO | COMPONENTE CURRICULAR | CARGA HORÁRIA SEMANAL h/a | | | CARGA HORÁRIA ANUAL h/a | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | SÉRIE | | | SÉRIE | | | |
| | | 1ª | 2ª | 3ª | 1ª | 2ª | 3ª | |
| CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS | BIOLOGIA | 2 | 2 | 0 | 80 | 80 | 0 | 160 |
| | FÍSICA | 2 | 2 | 0 | 80 | 80 | 0 | 160 |
| | QUÍMICA | 2 | 2 | 0 | 80 | 80 | 0 | 160 |
| MATEMATICAE SUAS TECNOLOGIAS | MATEMÁTICA | 4 | 3 | 3 | 160 | 120 | 120 | 400 |
| CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS | FILOSOFIA | 2 | 0 | 0 | 80 | 0 | 0 | 80 |
| | GEOGRAFIA | 2 | 2 | 0 | 80 | 80 | 0 | 160 |
| | HISTÓRIA | 2 | 2 | 0 | 80 | 80 | 0 | 160 |
| | SOCIOLOGIA | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 80 | 80 |
| LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS | ARTE | 0 | 2 | 0 | 0 | 80 | 0 | 80 |
| | EDUCAÇÃO FÍSICA | 2 | 0 | 2 | 80 | 0 | 80 | 160 |
| | LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA | 4 | 3 | 3 | 160 | 120 | 120 | 400 |
| | LÍNGUA INGLESA | 2 | 0 | 2 | 80 | 0 | 80 | 160 |
| **CARGA HORARIA BNCC** | | **24** | **18** | **12** | **960** | **720** | **480** | **2160** |
| ITINERÁRIO INTEGRADO - EMPREENDEDORISMO | ELETIVA 1 - ENSINO RELIGIOSO / REFORÇO ESCOLAR | 1 | 1 | 1 | 40 | 40 | 40 | 120 |
| | ELETIVA 2 - LÍNGUA ESPANHOLA / ESTUDOS ORIENTADOS | 1 | 1 | 1 | 40 | 40 | 40 | 120 |
| | ELETIVA 3 - X/Y (CATÁLOGO) | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | PROJETO DE VIDA | 2 | 2 | 2 | 80 | 80 | 80 | 240 |
| | PROJETO DE INTERVENÇÃO E EMPREENDEDORISMO | 6 | 6 | 6 | 240 | 240 | 240 | 720 |
| | EDUCAÇÃO FINANCEIRA | 2 | 4 | 6 | 80 | 160 | 240 | 480 |
| | PROJETO DE PESQUISA | 2 | 4 | 6 | 80 | 160 | 240 | 480 |
| | LINGUAGENS APLICADAS ÀS TECNOLOGIAS | 2 | 4 | 6 | 80 | 160 | 240 | 480 |
| **CARGA HORARIA INTINERÁRIO FORMATIVO** | | **18** | **24** | **30** | **720** | **960** | **1200** | **2880** |
| **CARGA HORÁRIA TOTAL** | | **42** | **42** | **42** | **1680** | **1680** | **1680** | **5040** |

A modalidade de ensino empreendedor estabelece que o estudante deva desenvolver, ao longo dos três anos do Ensino Médio, as competências para tomar decisões, conhecer um pouco de finanças e consumo a partir de um viés empreendedor.

O ingresso de novas disciplinas no Ensino Médio, seja regular ou empreendedor, prejudica o estudante que deseja seguir para o Ensino Superior, devido à ausência das

disciplinas de Ciências Físicas e Biológicas e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas cobradas nos vestibulares.

Dificultando a aprovação dos alunos da rede estadual de educação do Rio de Janeiro em ingressar em qualquer vestibular e no ENEM. Sem matéria, sem professor, tornando-se duvidosa a palavra concomitante, uma vez que o ensino médio integral tem que ser concomitante com as disciplinas gerais, torna-se evidente uma falha neste quesito.

# 3 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O PROFESSOR DE FILOSOFIA

A segunda década do século XXI é marcada pela implementação da reformulação da lei educacional, a BNCC para a educação básica, com isso destacamos algumas problemáticas do Ensino de Filosofia, tanto as que englobam a formação, quanto à carga horária nas escolas e as práticas pedagógicas do docente, principalmente do professor de Filosofia, uma vez que o ensino de Filosofia foi reduzido sua carga horária em 2/3 na atual grade de disciplinas da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, pois só tem aula de Filosofia no primeiro ano. Como demonstrado no sistema do Quadro de Horários[16] da SEEDUC-RJ.

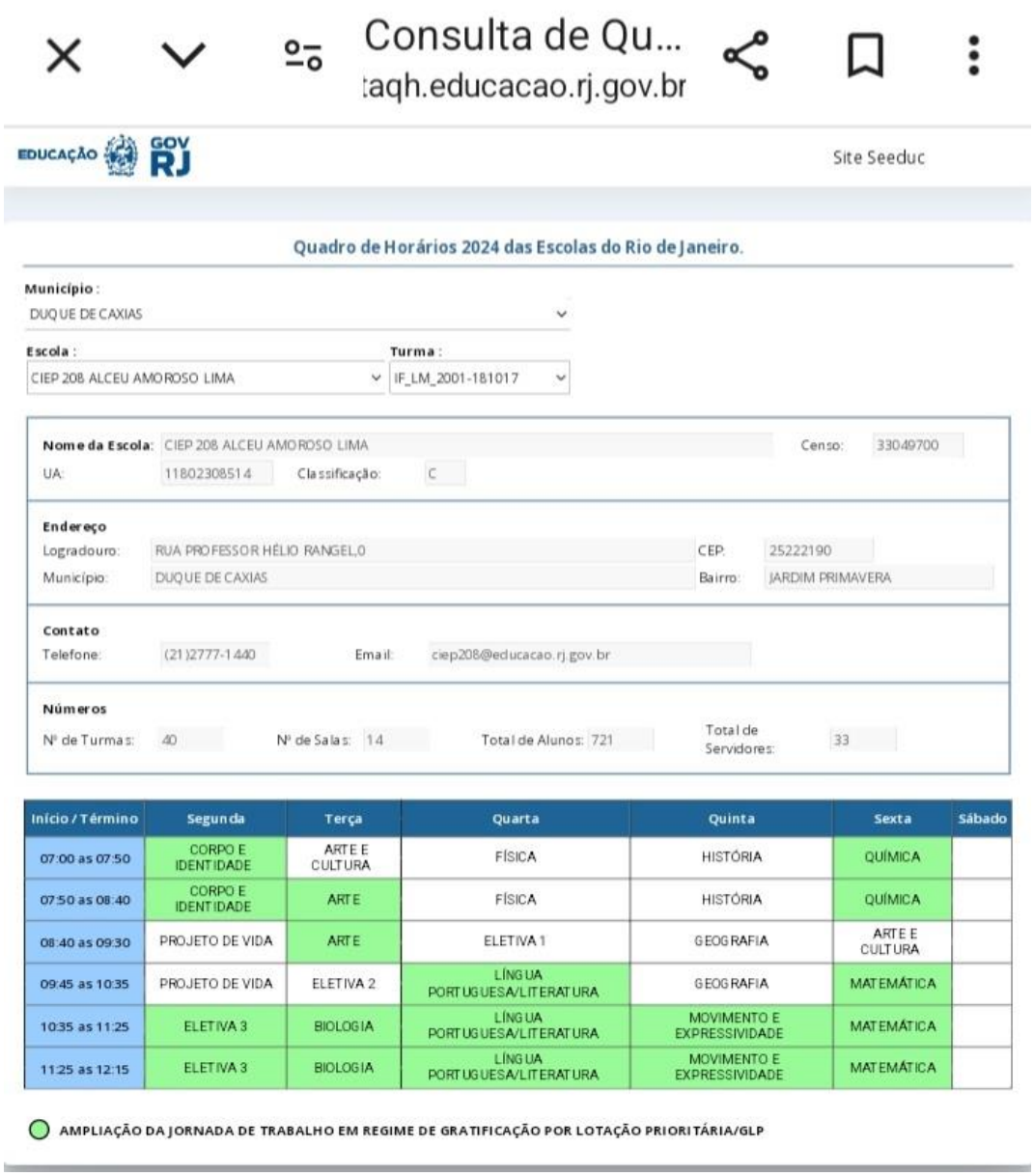
Figura 9: Quadro de Horário do 1º ano:




| Início / Término | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta | Sábado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 07:00 as 07:50 | ELETIVA 3 | EDUCAÇÃO FÍSICA | QUÍMICA | BIOLOGIA | FÍSICA | |
| 07:50 as 08:40 | ELETIVA 3 | EDUCAÇÃO FÍSICA | QUÍMICA | BIOLOGIA | FÍSICA | |
| 08:40 as 09:30 | MATEMÁTICA | LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA | GEOGRAFIA | LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA | FILOSOFIA | |
| 09:45 as 10:35 | MATEMÁTICA | LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA | GEOGRAFIA | LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA | FILOSOFIA | |
| 10:35 as 11:25 | PROJETO DE VIDA | HISTÓRIA | MATEMÁTICA | LÍNGUA INGLESA | ELETIVA 2 | |
| 11:25 as 12:15 | PROJETO DE VIDA | HISTÓRIA | MATEMÁTICA | LÍNGUA INGLESA | ELETIVA 1 | |

[16]Disponível em: https://consultaqh.educacao.rj.gov.br/ acesso em 18 de junho de 2022.

Figura 10: Quadro de Horário do 2º ano




| Início / Término | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta | Sábado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 07:00 as 07:50 | CORPO E IDENTIDADE | ARTE E CULTURA | FÍSICA | HISTÓRIA | QUÍMICA | |
| 07:50 as 08:40 | CORPO E IDENTIDADE | ARTE | FÍSICA | HISTÓRIA | QUÍMICA | |
| 08:40 as 09:30 | PROJETO DE VIDA | ARTE | ELETIVA 1 | GEOGRAFIA | ARTE E CULTURA | |
| 09:45 as 10:35 | PROJETO DE VIDA | ELETIVA 2 | LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA | GEOGRAFIA | MATEMÁTICA | |
| 10:35 as 11:25 | ELETIVA 3 | BIOLOGIA | LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA | MOVIMENTO E EXPRESSIVIDADE | MATEMÁTICA | |
| 11:25 as 12:15 | ELETIVA 3 | BIOLOGIA | LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA | MOVIMENTO E EXPRESSIVIDADE | MATEMÁTICA | |

O Ensino de Filosofia se torna um desafio. Além de exigir do docente a competência tecnicista, voltado para a valorização técnica e de reprodução, e de direcionar o professor, seja ele, de História, Geografia, Filosofia e Sociologia a fazer uma formação lato-senso para a área de conhecimento de Ciências Humanas, onde esse professor, com sua licenciatura específica se adaptem às outras disciplinas, o que a secretaria de educação chama de postura inovadora, enfatizando a flexibilidade.

## 3.1 CAPACITAÇÕES DE PROFESSORES DA SEEDUC NA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

No caso dos profissionais da educação, o governo estadual do Rio de Janeiro também promoveu cursos de capacitação para os professores da rede, para que estes estivessem alinhados com a BNCC. O curso de extensão A BNCC e o Novo Ensino Médio foi promovido pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), para que os professores da rede se qualificassem acerca das habilidades, dos conhecimentos, das técnicas em docência e da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, ofertando os Cursos de Especialização em Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Matemática e suas Tecnologias e Linguagens e suas Tecnologias, considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio com o uso das tecnologias educacionais e metodologias ativas. Figura 11:




Cursos

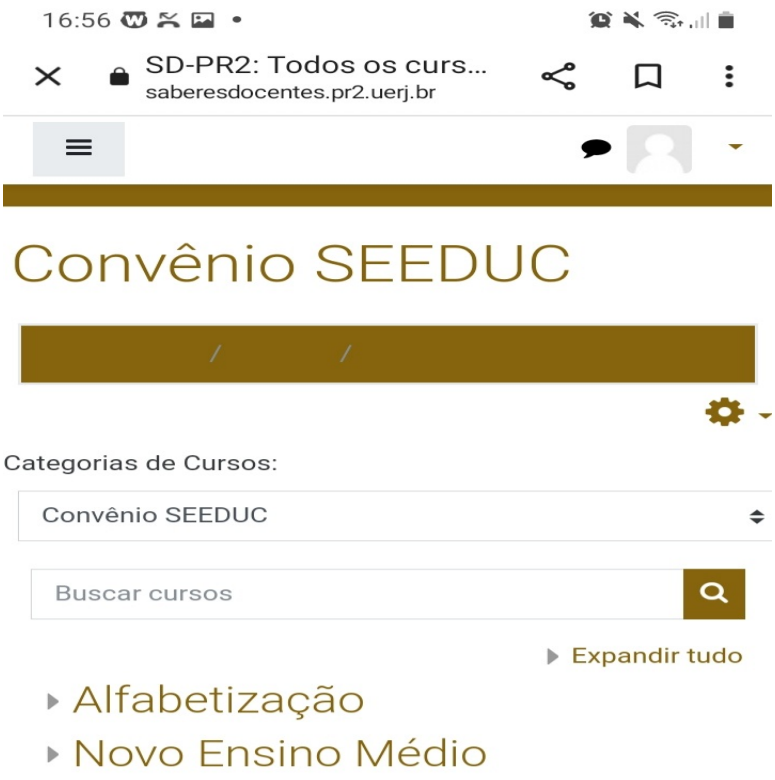


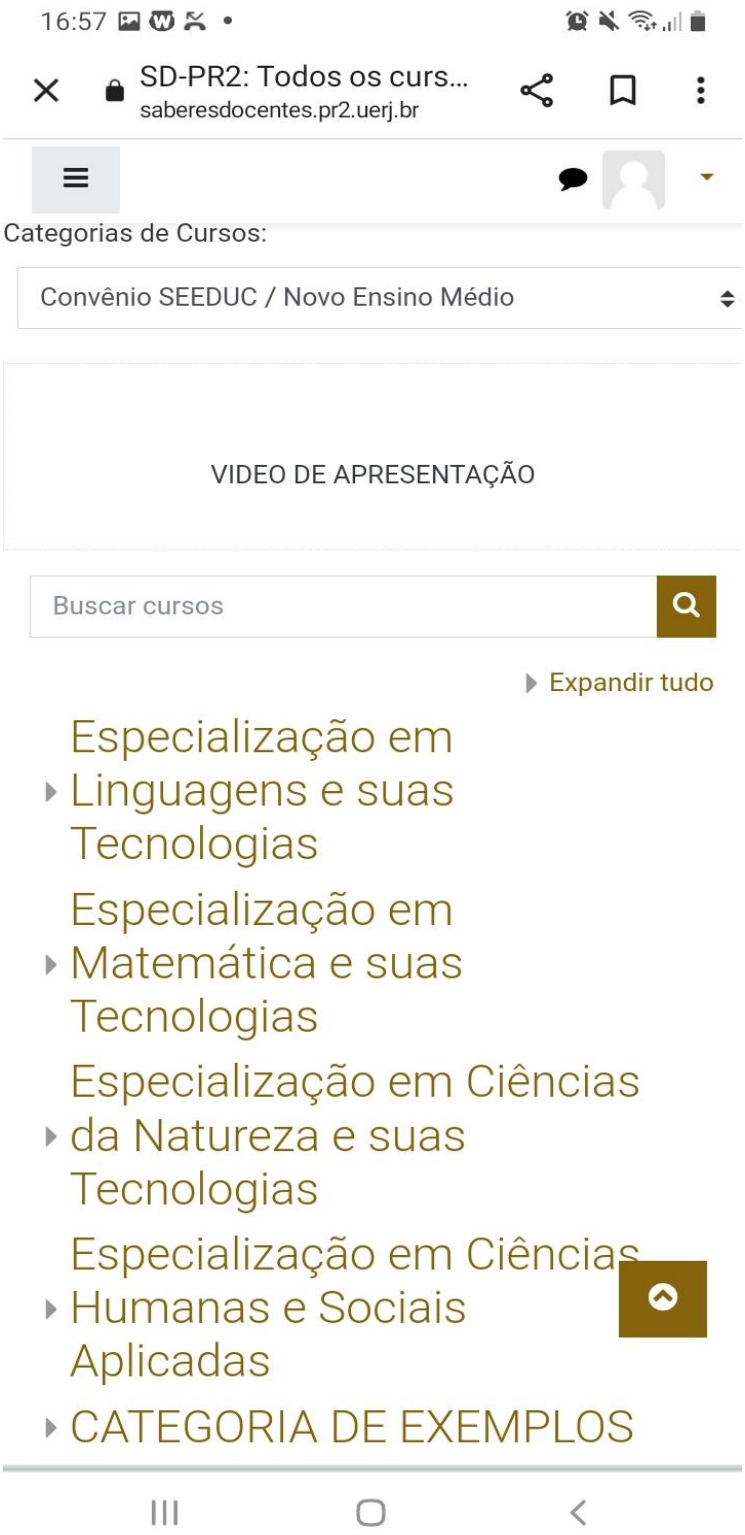

:

## Especialização da BNCC e o Novo Ensino Médio

O Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC/RJ, por meio da Superintendência de Desenvolvimento de Pessoas – SUPDP, torna público os Cursos de Especialização em Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Matemática e suas Tecnologias e Linguagens e suas Tecnologias, considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio com o uso das tecnologias educacionais e metodologias ativas.

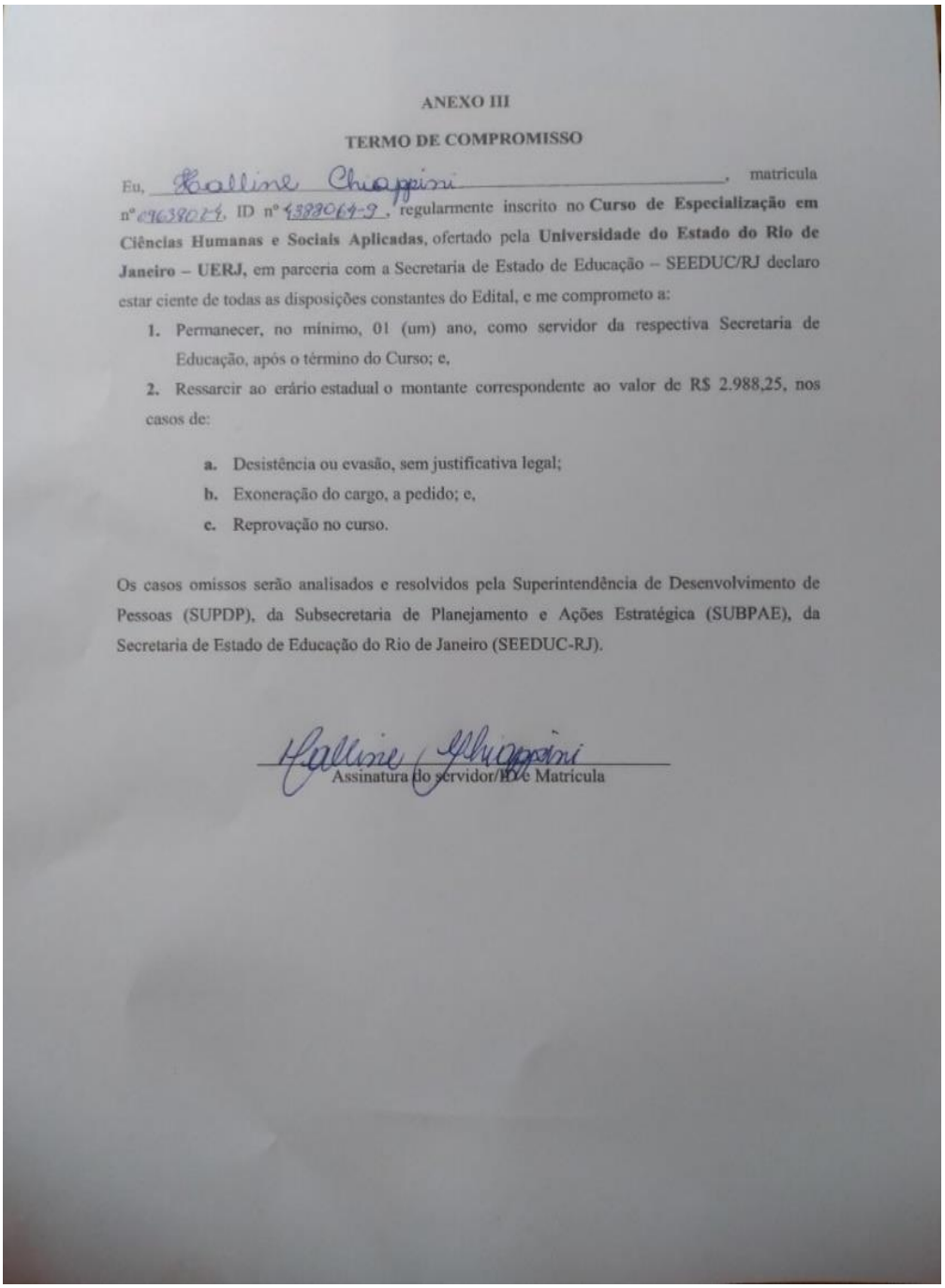
Figura 12:






Entretanto, este curso também contou com critérios e termos de compromisso para com os servidores:

Figura 13:



ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, Kalline Chiappini, matrícula nº 0963824-4, ID nº 4383064-9, regularmente inscrito no **Curso de Especialização em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, ofertado pela **Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ**, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC/RJ declaro estar ciente de todas as disposições constantes do Edital, e me comprometo a:

1. Permanecer, no mínimo, 01 (um) ano, como servidor da respectiva Secretaria de Educação, após o término do Curso; e,
2. Ressarcir ao erário estadual o montante correspondente ao valor de R$ 2.988,25, nos casos de:

   a. Desistência ou evasão, sem justificativa legal;
   b. Exoneração do cargo, a pedido; e,
   c. Reprovação no curso.

Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Superintendência de Desenvolvimento de Pessoas (SUPDP), da Subsecretaria de Planejamento e Ações Estratégica (SUBPAE), da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ).

Kalline Chiappini

Assinatura do servidor/ID e Matrícula

O processo também contou com a obrigatoriedade de permanecer por um ano como servidor na SEEDUC após o término do curso e com o pagamento de uma multa de R$ 2.988, 25 (dois mil novecentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos) em caso de desistência, exoneração de cargo e reprovação do curso. Portanto, através dos cursos de formação para professores a respeito da BNCC, a SEEDUC implementava os

conhecimentos específicos para os professores transmitir aos alunos. Tal cenário desencadeia custeio para adaptar a BNCC na educação, mas também associa a escola a fornecer um trabalhador conforme o perfil desejado das empresas.

A reforma da Educação flexibilizou a legislação brasileira, tanto na esfera trabalhista quanto nos direitos sociais. Desta maneira, é possível compreender como a reforma trabalhista, da Previdência e a terceirização atingiram a educação, impondo condições precárias aos cidadãos brasileiros.

Quando a SEEDUC oferta o lato sensu para o professor, a mesma também garante sua prioridade de escolha dos dias e horários de suas disciplinas onde o professor está lotado, como comprovado com a publicação do Diário Oficial de 5 de janeiro de 2022, RESOLUÇÃO SEEDUC Nº 6018 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021, DA ALOCAÇÃO DOS PROFESSORES NO QUADRO DE HORÁRIOS, Art. 13, § 12 e § 13:

> "§ 12 - Professores que participaram de formação e/ou especialização pela Secretaria de Estado de Educação ou em instituição externa para ministrar componentes curriculares diversificados, tais como disciplinas eletivas e/ou projetos pedagógicos para além da Base Nacional Comum, terão prioridade na alocação no componente sobre o qual enquadra a sua formação e/ou especialização, devendo permanecer, preferencialmente, em atividade por, no mínimo, 03 (três) anos.
> § 13 - Não falta de professor com formação e/ou especialização mencionada no parágrafo anterior, o componente curricular diversificado poderá ser atendido por outro docente desde que sejam considerados os critérios previstos nos incisos I e II do presente artigo e que o mesmo concorde em participar da formação em serviço."

Com atividades menos teóricas, uma vez que os alunos não têm mais livros para uso individual, os poucos livros que têm, dos anos anteriores, são guardados na biblioteca, e não são suficientes nem para uma turma completa, que tem em média quarenta alunos.

E os recursos escolhidos pelo MEC para utilizar em sala de aula para auxiliar no processo ensino-aprendizagem são as ferramentas digitais, como tablets, iPads e notebooks, que são ferramentas presentes nas escolas particulares, mas nas escolas estaduais de educação, não. Salvo aquelas que receberam dinheiro público para ser uma unidade classificada como Escolas de Novas Oportunidades (E-TECs), como o CIEP-035 Marechal Henrique Teixeira Lott, em Jardim Primavera, Duque de Caxias, porém o CIEP −035 oferta apenas o segundo segmento do Ensino Fundamental, ou seja, não tem

Ensino Médio. Só que, ao todo, mais 49 escolas foram escolhidas por todo o estado do Rio de Janeiro para receber algumas ferramentas digitais, num total de mais de 1230 escolas estaduais. A lista das escolas com currículos específicos está no site da SEEDUC.

Assim, nem todas as escolas foram beneficiadas com a tecnologia, para que os alunos recebam uma educação com mais acessibilidade à educação digital, tornando explícita a flexibilização de investimentos. Entretanto, o resultado mais prático possível para o desenvolvimento do novo modelo de trabalhador autônomo e sem direitos trabalhistas está implementado. Visando na diminuição da carga horária de disciplinas humanas e sociais e de ciências físicas, biológicas, aumenta-se o tempo dos itinerários formativos.

Ao lidar com esta nova realidade dada à área das Ciências Humanas, os professores que lecionam a disciplina de Filosofia têm o desafio de resistir e insistir em permanecer como disciplina nos três anos do Ensino Médio. A BNCC apenas considerou a disciplina de Filosofia como ciência efetiva apenas no primeiro ano do Ensino Médio. Dentro desta perspectiva, o conceito da transdisciplinaridade para o Novo Ensino Médio e o Novo curso de formação para o docente da área de Ciências Humanas propõe a consolidação da realidade imposta pela BNCC, com ensino baseado em métodos tecnicistas e tecnológicos, com a desculpa de preparar o aluno para a autonomia e consequentemente um trabalhador também desta categoria, porém, menos valorizado.

O alinhamento do Ensino de Filosofia com a nova Educação Básica tem como caminho de resistência o conhecimento da sua prática, o seu método de ensinar e o seu engajamento são para desenvolver e ampliar o alcance do ensino, se responsabilizando com compromisso moral e ético para com estudante e com o seu próprio trabalho com as pessoas, os profissionais que trabalham no ambiente escolar e com a sociedade foi retirado dos segundos e terceiros anos do Ensino Médio, dificultando o acesso dos alunos ao conhecimento filosófico. Essa situação fundamenta que a Lei 13.415/17, mesmo estabelecendo a inovação do currículo educacional, sinaliza claramente que a função social da escola está sendo suprimida, pois os organismos internacionais tomam uma direção neoliberal, e conseguiu orquestrar uma reforma do ensino brasileiro, conhecido como a BNCC, transparecendo ausências de iniciativas educacionais para combater as desigualdades sociais, preparando os alunos para um mercado de trabalho sem conhecimento de seus direitos trabalhistas. Dentro desses fatores, a implementação do Novo Ensino Inovador, o qual contempla um currículo neoliberal a favor da Reforma Trabalhista 13.467, também de 2017, juntamente com a ampliação da carga horária para

implementando os itinerários formativos, causou impactos na escola pública, como os impactos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. Portanto, descrever como os espaços da sala de aula têm que possuir uma característica específica, conforme a nova reforma educacional, como a flexibilidade e um ambiente que propicie o desenvolvimento das tecnologias móveis, um ambiente, que, claro, é mais propício em espaços privados.

Fato é que o currículo educacional brasileiro é controlado pela política, por programas técnicos estruturados no padrão específico do neoliberalismo, para direcionar o papel do profissional de educação, a remuneração, o desempenho de metas, sempre com a justificativa de melhorar a qualidade de ensino. Portanto, o campo do currículo comprova as tensões de luta pelo poder. Tendo como resultado que os atuais processos educativos correspondem com os interesses das elites neoconservadoras. Partindo do controle do trabalho dos professores e do ensino dos estudantes, através do desempenho e resultado das avaliações. O controle está centralizado na gestão e com a escolha das disciplinas hiperestruturadas. Sendo que essa flexibilização do currículo do Ensino Médio brasileiro é atualmente usada como resposta à crise do capital nesta segunda década do início do século XXI e que realmente busca é atacar e destruir o direito do trabalhador e da educação.

## 3.2 O ENSINO EMPREENDEDOR NO ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Em dois mil e vinte e um, foi aprovado o Projeto de Lei 2.944 da senadora Kátia Abreu (PP-TO), o qual assegura a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9.394/96, na qual passou-se a incluir os temas de empreendedorismo e inovação, com o discurso de fortalecer a educação empreendedora e inovadora, não apenas nos currículos da Educação Básica mais também no currículo da Educação Superior. Incluía então inciso nono no artigo 43, a respeito das finalidades da educação superior, sob a redação de:

> "IX – estimular o empreendedorismo e a inovação, inclusive por meio de programas e cursos específicos de formação de docentes

> nestas áreas, visando à conexão entre os conhecimentos técnicos e científicos e o mundo do trabalho e da produção. (BRASIL, 2021)".

Desta forma, o Ministério da Educação tem a possibilidade de realizar parcerias com o SEBRAE e assim capacitar os alunos para a disciplina de Empreendedorismo, que veio se transformando ao longo do tempo, pois projeto de educação não está apenas no Ensino Médio mais por todo Ensino Fundamental. O empreendedorismo e a inovação também partem de temas transversais com tratamento pedagógico peculiar da matéria, promovendo um tipo de autonomia apreciada apenas pelas transformações do mundo do trabalho, realizadas pela Reforma Trabalhista de 2017. Desta forma "O Congresso Nacional" decreta:

> Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a inclusão dos temas do empreendedorismo e da inovação nos currículos da educação básica e superior. Art. 2º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar com as seguintes alterações:
> "Art.26. .....
> § 1º-A. Os currículos referidos no caput incluirão o empreendedorismo e a inovação como temas transversais. ....." (NR)
> "Art.27. .....
> III – orientação para o trabalho, o empreendedorismo e a inovação, com atenção a competências como conhecimento e pensamento científico, crítico e criativo; ....." (NR)
> "Art.43. .....
> IX – estimular o empreendedorismo e a inovação, inclusive por meio de programas e cursos específicos de formação de docentes nessas áreas, *CD218487076900* Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original. Apresentação: 08/10/2021 16:07 - Mesa PL n.2944/20212 3 Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_6599 CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO PL 2944/2021 visando à conexão entre os conhecimentos técnicos e científicos e o mundo do trabalho e da produção." (NR) Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

## 3.3 A FORMAÇÃO EM EMPREENDEDORISMO DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

Já na Educação Superior, a inovação e o empreendedorismo incluem cursos específicos para unir produção e o mundo do trabalho. Visando à ausência de custas trabalhistas pelos empregadores, custas estas que estão diretamente ligadas ao desenvolvimento econômico, o discurso de retirá-las soa como se fosse melhorar os níveis de produtividade e inovação.

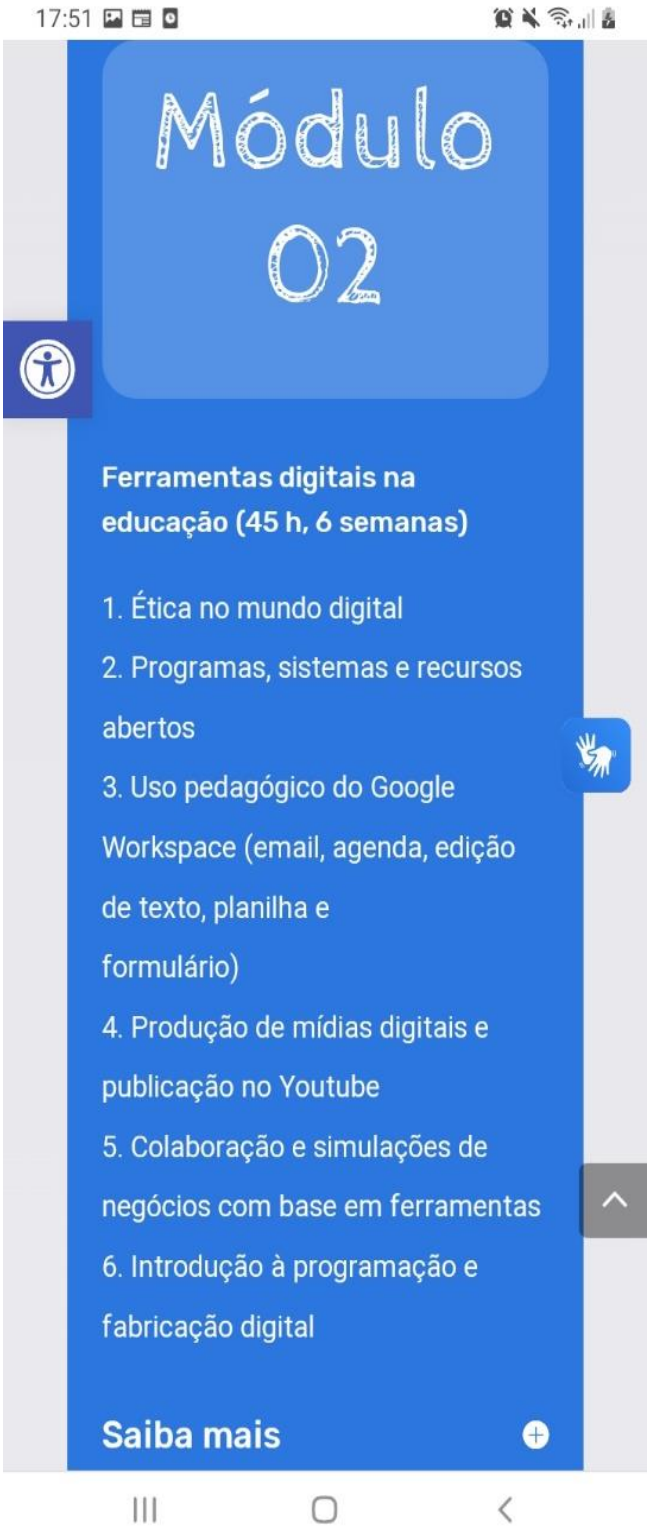
Em relação à formação dos docentes da SEEDUC que estão alocados dentro da escola de empreendedorismo, foi necessário optar por fazer uma pós-graduação específica, ficar sem a formação ou ir para outra escola. Além de um curso de extensão para a estação empreender, também fornecido com a UFF em parceria com a SEEDUC: Figura 14:




17:51
Secretaria de Educação
GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Cursos de Extensão
Estação Empreender pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
Curso de Extensão "Estação Empreender", na modalidade à distância, com carga horária de 90h + opcional de 15h, parceria da SEEDUC/RJ com a Universidade Federal Fluminense - UFF.
ATENÇÃO!
Se você é Professor ou profissional da equipe gestora das escolas integrantes do Programa de Fomento às Escolas de Educação Integral/Ministério de Educação (MEC) da SEEDUC/RJ, faça a sua inscrição para a 2ª turma do curso de extensão "Estação Empreender", que acontecerá de 04 de outubro a 19 de dezembro de 2021"
Inscrições até 30 de Setembro 2021
Para inscrição e mais detalhes sobre o curso, acesse o site:
http://estacaoempreender.uff.br/
Cursos de Especialização

Figura 15:


17:50
Módulo
01
Design e Ofícios Artesanais na Educação (45 h, 6 semanas)
1. Educação para o fazer (maker)
2. Experiência e conhecimento tácito aplicados à educação
3. Experiências educativas baseadas no fazer (maker)
4. Atividades artesanais como recurso pedagógico
5. Educação baseada em projetos
Saiba mais



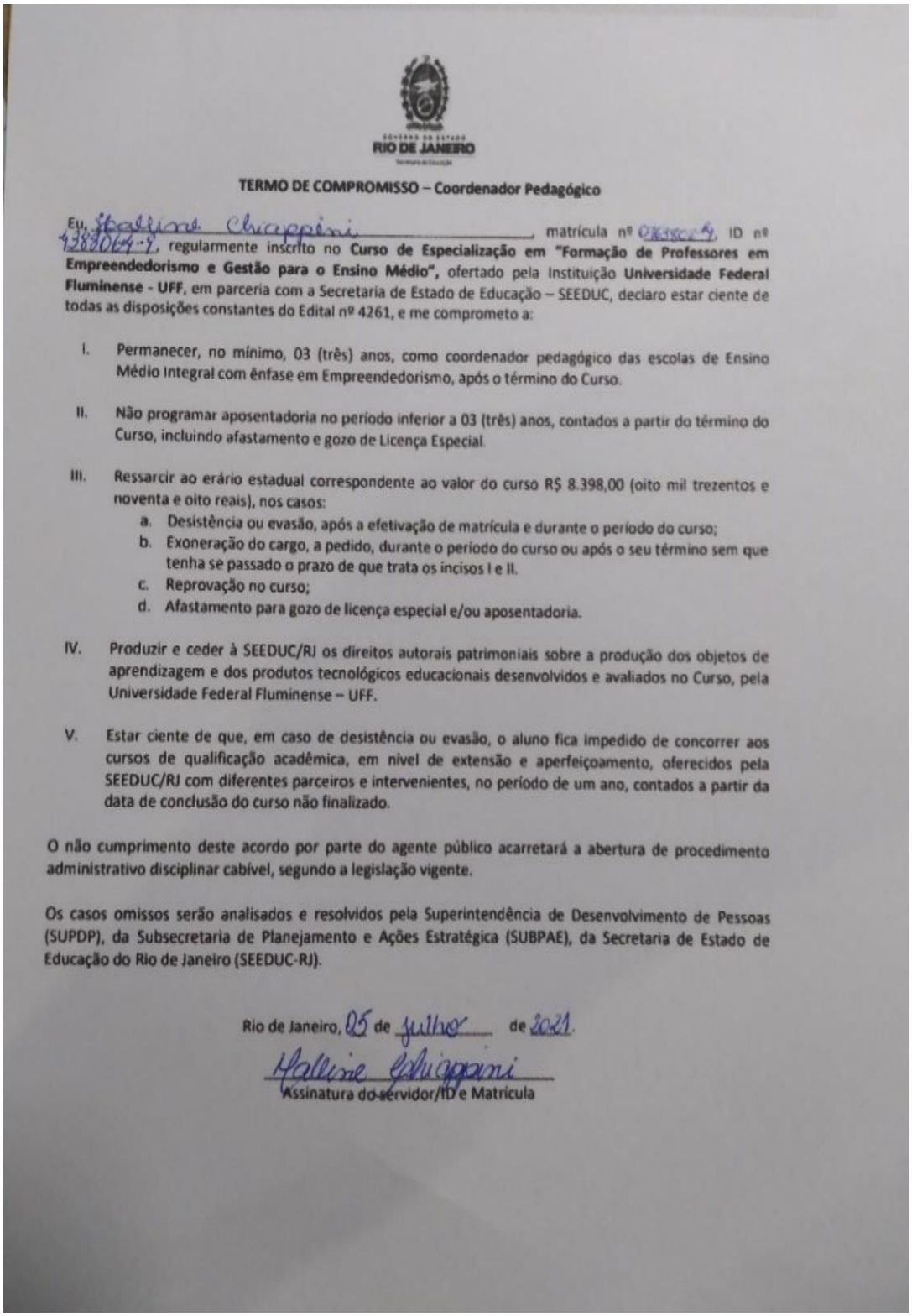

Com uma sala de aula específica, somente para os alunos do Ensino Médio Empreendedor, os alunos dessa modalidade de ensino podem realizar suas atividades manuais ligadas ao empreendedorismo, onde consta, no CIEP 208 Alceu Amoroso Lima, um computador, impressora e uma estação de fotografia.

Figura 16:




A prioridade da formação de turmas de empreendedorismo é tanta que a escolha no quadro de horário dos docentes é de quem realizará o curso de empreendedorismo, uma situação que causa discordância de opiniões devido ao docente ter o direito da sua escolha relacionada ao tempo em que entrou na escola, o contrário daquele professor que realizou a pós-graduação e dessa forma escolheu seu horário como prioridade. Colocando o professor ou professora que realizou o curso como prioridade na escolha do quadro de horário, escolhendo seus dias e seus horários e as matérias ligadas a este curso de formação do Ensino Médio como prioridade, fazendo com que os outros professores que chegaram primeiro na unidade de ensino só façam a escolha do seu horário depois daqueles professores que realizaram o curso de pós-graduação em Empreendedorismo e Gestão para o Ensino Médio, um curso de Lato senso, fornecido pela Universidade Federal Fluminense em parceria com a SEEDUC. Conforme já estava no termo de compromisso na inscrição do curso do FOREMP:

Figura 17:



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Educação

**TERMO DE COMPROMISSO – Coordenador Pedagógico**

Eu, Hallisne Chiappini, matrícula nº [illegible], ID nº 4289064-2, regularmente inscrito no **Curso de Especialização em "Formação de Professores em Empreendedorismo e Gestão para o Ensino Médio"**, ofertado pela Instituição **Universidade Federal Fluminense - UFF**, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, declaro estar ciente de todas as disposições constantes do Edital nº 4261, e me comprometo a:

I. Permanecer, no mínimo, 03 (três) anos, como coordenador pedagógico das escolas de Ensino Médio Integral com ênfase em Empreendedorismo, após o término do Curso.

II. Não programar aposentadoria no período inferior a 03 (três) anos, contados a partir do término do Curso, incluindo afastamento e gozo de Licença Especial.

III. Ressarcir ao erário estadual correspondente ao valor do curso R$ 8.398,00 (oito mil trezentos e noventa e oito reais), nos casos:
   a. Desistência ou evasão, após a efetivação de matrícula e durante o período do curso;
   b. Exoneração do cargo, a pedido, durante o período do curso ou após o seu término sem que tenha se passado o prazo de que trata os incisos I e II.
   c. Reprovação no curso;
   d. Afastamento para gozo de licença especial e/ou aposentadoria.

IV. Produzir e ceder à SEEDUC/RJ os direitos autorais patrimoniais sobre a produção dos objetos de aprendizagem e dos produtos tecnológicos educacionais desenvolvidos e avaliados no Curso, pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

V. Estar ciente de que, em caso de desistência ou evasão, o aluno fica impedido de concorrer aos cursos de qualificação acadêmica, em nível de extensão e aperfeiçoamento, oferecidos pela SEEDUC/RJ com diferentes parceiros e intervenientes, no período de um ano, contados a partir da data de conclusão do curso não finalizado.

O não cumprimento deste acordo por parte do agente público acarretará a abertura de procedimento administrativo disciplinar cabível, segundo a legislação vigente.

Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Superintendência de Desenvolvimento de Pessoas (SUPDP), da Subsecretaria de Planejamento e Ações Estratégica (SUBPAE), da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ).

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2021.

Hallisne Chiappini
Assinatura do servidor/ID e Matrícula

Cabendo aos professores que realizaram o curso, permanecer nas unidades escolares no mínimo por três anos, e caso desistissem do curso, ficassem reprovados,

quisessem se transferir, estavam impossibilitados nesse período, a não ser se pagassem a multa de R$ 8.398,00 (oito mil trezentos e noventa e oito reais).

O FOREMP[17] é um curso destinado a professores que trabalham em escolas integrantes do Programa de Fomento às escolas de Ensino Médio em Tempo Integral do Ministério da Educação e das escolas de fomento estaduais para os estudantes que escolheram este Ensino Médio. Além da pós-graduação também ocorreu I SEMINÁRIO INTERNACIONAL de EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO NO ENSINO MÉDIO- 5 DE SETEMBRO DE 2022:

Figura 18:



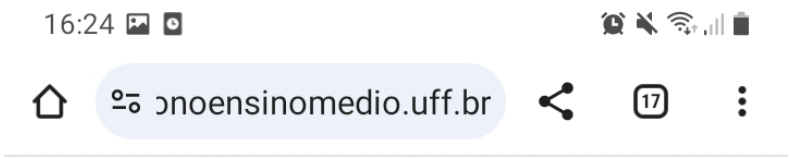

[17]Disponível em https://foremp.uff.br/https. Acesso em 17 de julho de 2022.

16:24

| | |
|---|---|
| **9:30** | Conferência Internacional (Tradução simultânea) |
| | **Um panorama internacional sobre educação para o empreendedorismo**<br>Palestrante: **Kåre Moberg**, pesquisador da Danish Foundation for Entrepreneurship – Young Enterprise |
| **10:30** | Painel Temático |
| | **Estratégias das redes estaduais de educação para implantação do itinerário formativo empreendedorismo no contexto da BNCC**<br>Coordenação: Sandra Mariano, UFF<br>Painelistas convidados:<br>· Ana Valéria, Subsecretária de Gestão de Ensino da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro<br>· Antoine Lousao, Secretário Municipal de Educação do Rio de Janeiro<br>· Maria Medeiros, Secretária Executiva de Educação Integral e Profissional de Pernambuco<br>· Júlia Sant'Anna, Ex-Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais |
| **12:00** | Intervalo para o almoço |
| **13:30** | Conferência Internacional (Tradução simultânea) |

16:24

| | |
|---|---|
| **12:00** | Intervalo para o almoço |
| **13:30** | Conferência Internacional (Tradução simultânea) |
| | **A contribuição da educação para o empreendedorismo na formação do jovem protagonista e socialmente responsável**<br>Palestrante: **Mohsen Tavakoli**, Burgundy School of Business (BSB), Dijon, França |
| **14:30** | Painel Temático |
| | **Experiências bem-sucedidas na implementação da educação pelo fazer**<br>Coordenação: Robson Cunha, UFF<br>Painelistas convidados:<br>· Regina Malta, FabLab, Gerente Geral de Educação da Firjan/SENAI-RJ/SESI-RJ<br>· Charles Pimentel, SESC-RJ e Fellow FabLearn Columbia University<br>· Betita Valentim, FabLab Recife |
| **15:45** | Coffee-break |
| **16:15** | Mesa Redonda |
| | **Vivências Docentes na Educação para o Empreendedorismo no Ensino Médio do Rio de Janeiro**<br>Coordenação: Joysi Moraes, UFF<br>Painelistas convidados:<br>· Adriana Furtado de Souza |




| | |
|---|---|
| **14:30** | Painel Temático |
| | **Experiências bem-sucedidas na implementação da educação pelo fazer**<br>Coordenação: Robson Cunha, UFF<br>Painelistas convidados:<br>· Regina Malta, FabLab, Gerente Geral de Educação da Firjan/SENAI-RJ/SESI-RJ<br>· Charles Pimentel, SESC-RJ e Fellow FabLearn Columbia University<br>· Betita Valentim, FabLab Recife |
| **15:45** | Coffee-break |
| **16:15** | Mesa Redonda |
| | **Vivências Docentes na Educação para o Empreendedorismo no Ensino Médio do Rio de Janeiro**<br>Coordenação: Joysi Moraes, UFF<br>Painelistas convidados:<br>· Adriana Furtado de Souza<br>· Alexandre Magno Almeida<br>· Cristiane Huais Zaganelli<br>· Maíra Penteado<br>· Luciana Torres |
| **17:00** | Encerramento |

## 3.4 EXPERIÊNCIA COM O EMPREEDEDORISMO E COM A BNCC EM SALA DE AULA

Em julho de dois mil e vinte e um, eu já estava como Coordenadora Pedagógica no CIEP 208 – Alceu Amoroso Lima, no bairro onde resido, Jardim Primavera, Duque de Caxias–RJ. Ingressei no curso de pós-graduação em Empreendedorismo ofertado pela SEEDUC para compreender melhor sobre o curso que estava sendo implementado. Só que no final do ano letivo, já matriculada no CEFET-RJ, pedi dispensa da função para retornar à sala de aula, uma vez que fui a única professora, até o momento, a realizar a pós-graduação e o curso de extensão correspondente ao currículo do CIEP. Já em sala de aula, sempre início conversando com os alunos sobre o ano letivo e o planejamento do ano inteiro. E pergunto o que os educandos esperam do curso. Eles deixam bem claro sobre o medo do desemprego e da fome, realmente acreditaram que só eles são os únicos responsáveis por se manterem num mercado de trabalho no qual os direitos trabalhistas aparecem, na visão deles, como algo distante da realidade em que estão inseridos.

Apesar de ser uma turma muito pequena (apenas com uma média de dez alunos por turma), os alunos não aceitam e não gostam do ensino integral, por isso a baixa procura e a transferência para o curso regular. Os poucos que permanecem tentam se dedicar, participam das atividades, pois são menos teóricas e mais práticas. E gostam das atividades realizadas pelo celular, ou seja, realmente se interessam por atividades tecnológicas. Os alunos matriculados no ensino de empreendedorismo sabem que também estudam sobre o intraempreendedorismo.

E a partir deste conhecimento, pensam que a maior probabilidade de realizar um trabalho não será de carteira assinada, e sim como CNPJ, ou seja, da forma que eles mais conhecem, como MEI[18]. Infelizmente, os alunos que estão matriculados no empreendedorismo não veem outra opção para ingressar no mercado de trabalho. No entanto, com a implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro, realizada através do Diário Oficial em 20 de maio de 2021 para o ano de 2022, alterou a carga horária das disciplinas, mexendo com a vida dos professores da SEEDUC e com a com o modo de cada um exercer seu trabalho.

[18]O Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e não tem participação em outra empresa como sócio ou titular.

Nesse cenário, muitos, como eu, tiveram que se realocar em outras escolas, pois devido à diminuição das disciplinas de Ciências Humanas, principalmente de Filosofia, nos tornamos excedentes e por isso tivemos a necessidade de encontrar outra escola para alocar a matrícula.

Dentro dessa realidade, recebemos informações, catálogos, reuniões para compreender o que era esse Novo Ensino Médio. E com muita dificuldade, conversas, debates, fomos nos ajustando a esse novo arranjo das disciplinas.

Além da inclusão das linguagens das tecnologias digitais, juntamente com a aplicação de recursos tecnológicos em cada disciplina. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, estabelece que:

> "Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)."

E conforme a competência geral 5, o uso e a criação dos TDICs:

> "Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva." (BNCC, 2018)."

No contexto desse Novo Ensino Médio, a educação digital trouxe consigo novos desafios, tanto para o processo de ensino-aprendizagem quanto para os que não possuem acesso. Ao entrar em sala de aula percebo que esse desafio não está apenas na falta de ferramentas próprias para o desenvolvimento desse tipo de conhecimento, mas nos próprios alunos, porque muitos deles ou não possuem um celular, ou somente têm celulares para conseguir realizar as atividades digitais:

> "O avanço tecnológico se colocou presente em todos os setores da vida social, e na educação não poderia ser diferente, pois o impacto desse avanço se efetiva como processo social atingindo todas as instituições, invadindo a vida do homem no interior de sua casa, na

> rua onde mora, nas salas de aulas com os alunos, etc. Desta forma, os aparelhos tecnológicos dirigem suas atividades e condicionam seu pensar, seu agir, seu sentir, seu raciocínio e sua relação com as pessoas. (DORIGONI; SILVA, 2007, p. 3).”

Dentro dessa conjuntura, a sala de aula é a sociedade mais tecnológica, ainda mais nesse mundo pós-pandemia, o que acabou trazendo mais desafios não só para professores e alunos, mas para toda a população.

Dentro dessa questão, o educador tem como foco também o seu planejamento, para desenvolver da melhor forma possível as suas atividades, para que o aluno, o qual deveria estar aprendendo, saiba também como pesquisar e registrar o que pesquisou. Assim, o professor tenta adequar a tecnologia aos seus métodos de ensino:

> “Cada docente pode encontrar sua forma mais adequada de integrar as várias tecnologias e os muitos procedimentos metodológicos. Mas também é importante que amplie que aprenda a dominar as formas de comunicação interpessoal/grupal e as de comunicação audiovisual/telemática. (Moran 2009, p. 32)”.

Antes da implementação da BNCC nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, tínhamos passado pela pandemia, a qual deixou a educação em pausa, mas acelerou a criação e o aumento de postos de trabalho remoto, transformando o mundo digital em negócio e dos mais diversos tipos e segmentos.

As demandas se concentraram muito em áreas da eletrônica, telecomunicações, informática, mecatrônica e outros, fazendo dessas profissões estarem em profundas transformações, dentro dessa perspectiva, é possível destacar os principais requisitos para um trabalhador home Office, o qual deve ter produtividade e flexibilidade.

Mas o que, na verdade, mais se evidenciou foi a melhoria dos lucros das grandes empresas, principalmente as de telecomunicações, reduzindo despesas na estrutura do local de trabalho e com o deslocamento do empregado, além da oportunidade de controlar o empregado remotamente.

Só que antes da pandemia, no ano de dois mil e dezessete, o Brasil já tinha realizado a sua reforma trabalhista e nela já se encontrava os artigos que asseguravam o teletrabalho, definido pela legislação, a fim de orientar os trabalhadores, por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

> "Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo. Parágrafo único. O comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho." (CLT, 2017, art. 75-b)".

Ensinar o aluno com um novo mundo digital, dentro do processo de ensino, está relacionado ao mundo do trabalho que também já se encontrava digital e os professores tendo que adaptar o ensino e as aulas práticas a esse novo cenário, não foi fácil, outro grande desafio que se apresentou foi o de analisar os riscos e as possibilidades para a introdução da tecnologia na educação. Uma vez que a tecnologia é uma ferramenta que pode ser utilizada para auxiliar o desenvolvimento do aluno no ensino e no mundo digital, juntamente com o desafio de realizar atividades nessa situação, procurei criar atividades e a fixação da matéria através do Google Formulários, já que os alunos se fixaram mais ainda nas telas dos celulares, visto que o desenvolvimento educacional, econômico e social está vinculado à ciência e à tecnologia, atravessando todos os níveis de escolarização e em toda a sociedade. Para o educando se desenvolver, ele também necessita de um amparo familiar. Só que a maioria dos alunos da rede estadual de ensino vive numa situação de vulnerabilidade e não possui condições de ter as ferramentas, pontos que evidenciam a desigualdade na educação, principalmente entre os alunos de escolas públicas e particulares. Mas também posso escrever que a Educação Digital está sendo tão importante neste século XXI, não apenas para a formação da Educação Básica, mas para o Mercado de Trabalho e o Ensino Superior, pois muitos cursos estão sendo ofertados à distância: a denominada EaD.

Atualmente, muitas pessoas ainda têm dificuldade no ensino, em associar o espaço real com o ambiente virtual, pois é preciso ter domínio tecnológico e ter acesso a computadores, celulares, aplicativos e os alunos também precisam compreender os textos das plataformas digitais, pois é visível o despertar do interesse dos alunos quando podem e tem condições de utilizar os aparelhos tecnológicos em sala. O processo político pedagógico com viés tecnológico não atende às populações mais humildes. O desafio também está em diminuir o impacto dos diferentes níveis educacionais devido aos distintos níveis de investimento na educação, para não aumentar cada vez mais as

diferenças entre os níveis. Em sala de aula, também procurei promover a leitura, a reflexão, a pesquisa e a aplicação de atividades avaliativas através do Google Forms.

### 3.4.1 Atividades realizadas pelo GOOGLE FORMS

Ao considerar as atividades realizadas em sala de aula como instrumentos para apreciar o desenvolvimento, a autonomia e a aprendizagem dos alunos da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro atualmente. A aplicação de atividades através do Google Forms[19] foi possível também despertar o interesse dos alunos pelo ensino de Ciências Humanas através desta ferramenta. Os alunos estão usando cada vez mais os seus celulares, então utilizei essa ferramenta para auxiliar na aplicação de atividades, pesquisas, testes e avaliações. Fato é que o avanço tecnológico promoveu modificações no mundo do trabalho e consequentemente a flexibilização do currículo educacional. Este avanço também acabou resultando na reconfiguração do ambiente escolar de indivíduos compatíveis ao mercado internacional e nacional neste século XXI. As aulas de Ciências Humanas têm uma função importante em cada uma das disciplinas que compõem essa área de conhecimento, Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Cada uma tem a sua especificidade, para que os educandos possam interpretar e analisar melhor a realidade social. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394, aprovada em 20 de dezembro de 1996, regulamentou a base nacional comum para a Educação Básica:

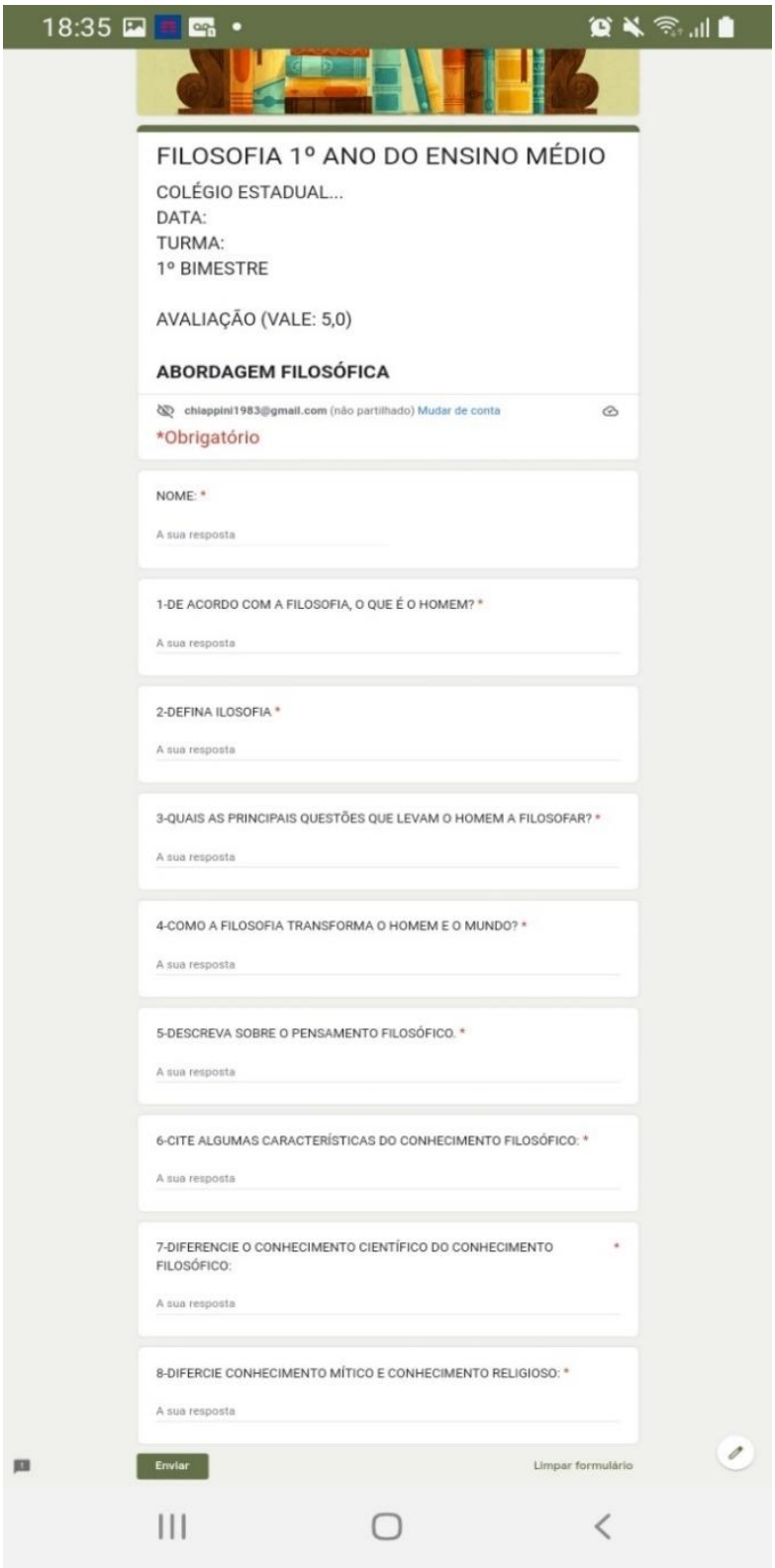
> Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

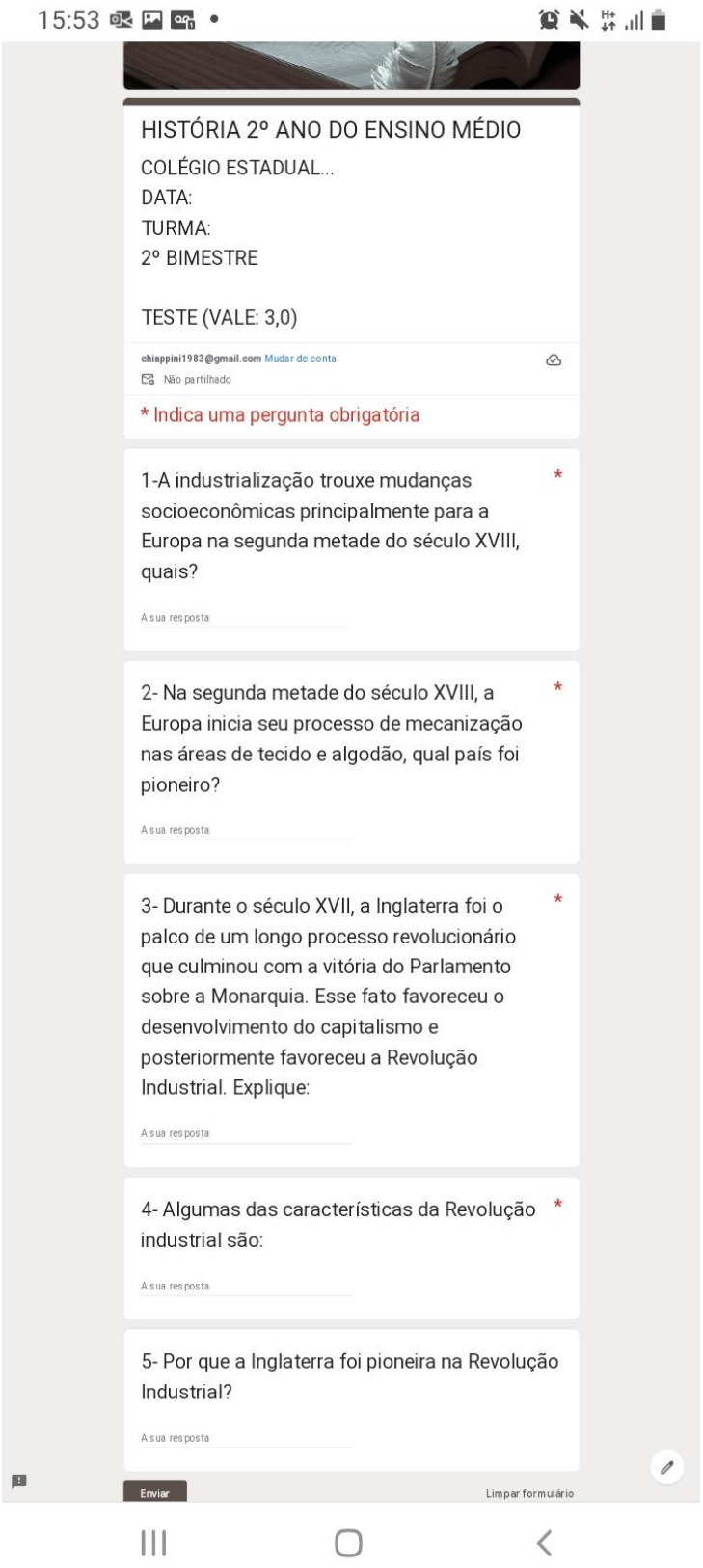
Com a flexibilização do currículo educacional, essa formação escolar ficou compatível com o mercado atual, porque avanços tecnológicos acabaram configurando novas formas de produzir e de trabalhar, sobrecarregando as mudanças o Ensino Médio brasileiro ao adaptar o aluno ao novo perfil de trabalhador neste tempo.

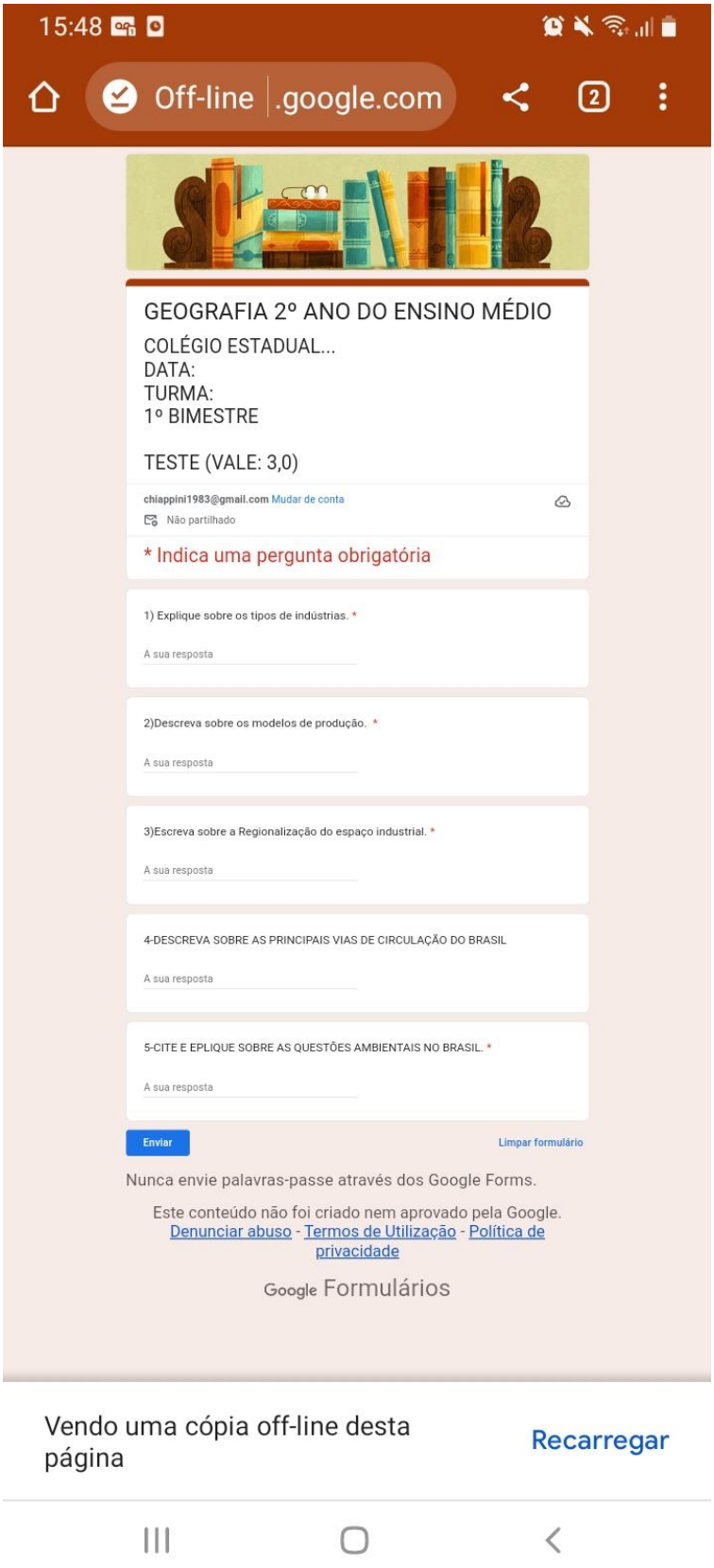
[19]É um aplicativo do Google para gerenciar formulários de registro, podendo realizar atividades de pesquisa e elaborar questionário.

Faz-se então necessário o equilíbrio entre o trabalho e a capacitação, fatores que geraram as alterações para um novo modelo de educação, para preparar o aluno para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho.

Figura 19: Atividades e Avaliações com Google Forms:




15:53
HISTÓRIA 2º ANO DO ENSINO MÉDIO
COLÉGIO ESTADUAL...
DATA:
TURMA:
2º BIMESTRE
TESTE (VALE: 3,0)
chiappini1983@gmail.com Mudar de conta
Não partilhado
* Indica uma pergunta obrigatória
1-A industrialização trouxe mudanças socioeconômicas principalmente para a Europa na segunda metade do século XVIII, quais? *
A sua resposta
2- Na segunda metade do século XVIII, a Europa inicia seu processo de mecanização nas áreas de tecido e algodão, qual país foi pioneiro? *
A sua resposta
3- Durante o século XVII, a Inglaterra foi o palco de um longo processo revolucionário que culminou com a vitória do Parlamento sobre a Monarquia. Esse fato favoreceu o desenvolvimento do capitalismo e posteriormente favoreceu a Revolução Industrial. Explique: *
A sua resposta
4- Algumas das características da Revolução industrial são: *
A sua resposta
5- Por que a Inglaterra foi pioneira na Revolução Industrial?
A sua resposta
Enviar
Limpar formulário


15:48
Off-line | .google.com
GEOGRAFIA 2º ANO DO ENSINO MÉDIO
COLÉGIO ESTADUAL...
DATA:
TURMA:
1º BIMESTRE
TESTE (VALE: 3,0)
chiappini1983@gmail.com Mudar de conta
Não partilhado
* Indica uma pergunta obrigatória
1) Explique sobre os tipos de indústrias. *
A sua resposta
2)Descreva sobre os modelos de produção. *
A sua resposta
3)Escreva sobre a Regionalização do espaço industrial. *
A sua resposta
4-DESCREVA SOBRE AS PRINCIPAIS VIAS DE CIRCULAÇÃO DO BRASIL
A sua resposta
5-CITE E EPLIQUE SOBRE AS QUESTÕES AMBIENTAIS NO BRASIL. *
A sua resposta
Enviar
Limpar formulário
Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.
Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.
Denunciar abuso - Termos de Utilização - Política de privacidade
Google Formulários
Vendo uma cópia off-line desta página
Recarregar


15:53
SOCIOLOGIA- 3º ANO DO EN...
docs.google.com
SOCIOLOGIA- 3º ANO DO ENSINO MÉDIO
COLÉGIO ESTADUAL...
DATA:
TURMA:
1º BIMESTRE
AVALIAÇÃO (VALE: 5,0)
chiappini1983@gmail.com Mudar de conta
Não partilhado
* Indica uma pergunta obrigatória
1-Como se pode conceituar a Sociologia? *
A sua resposta
2-Para que a Sociologia pode ser utilizada? *
A sua resposta
3-Quando a Sociologia surgiu como disciplina? *
A sua resposta
4-Qual era o objetivo dos sociólogos ao estudar a sociedade no século XVIII?
A sua resposta
5-Para que os sociólogos estudam a sociedade hoje? *
A sua resposta
6-Diferencie e exemplifique: *
a)Conhecimento científico:
b)Senso comum.
A sua resposta
Enviar
Limpar formulário
Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.
Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.
Denunciar abuso - Termos de Utilização - Política de privacidade
Google Formulários

# 4 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional é um quesito para a conclusão desse Mestrado Profissional em Filosofia e Ensino no CEFET-RJ. Com o título de "O TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS DE EMPREENDEDORISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: OS DESAFIOS DO ENSINO DE FILOSOFIA NO NOVO ENSINO MÉDIO". Porém, com meus orientadores, Prof. Dra. Maria Cristina Giorgi, Prof. Dr. Maicon Jeferson da Costa Azevedo e juntamente com o Prof. Dr. Fabio Sampaio, pude registrar aqui um produto educacional que eu mesma já uso em sala de aula. Além das aulas de Ciências Humanas, também leciono Projeto de Vida nas turmas de empreendedorismo no CIEP 208- Alceu Amoroso Lima, onde estou com a minha matrícula atualmente. E já utilizo esse recurso em minhas aulas, desde quando assumi as turmas de empreendedorismo, pois também leciono para as turmas de formação de geral.

O meu recurso, é um Mapa Conceitual para as aulas de Projeto de Vida nas turmas de Empreendedorismo. Fiz esse recurso devido à necessidade de um planejamento específico, o qual entrelaça os conteúdos e atividades de Projeto de Vida, Filosofia e Empreendedorismo, pelos quais pesquisei na internet e não os encontrei. O que encontrei foram planejamentos separados, mas não um plano de curso que tivesse os eixos que mais precisava. Os eixos aos quais me refiro são os que demonstro em minhas aulas, os quais são os conteúdos da própria disciplina, a elaboração do Projeto da turma, o conteúdo filosófico, destacando o mundo do trabalho e a ligação com o empreendedorismo, do intraempreendedorismo e com as Leis Trabalhistas.

Este produto educacional é uma proposta do que já realizo em sala para me organizar. Um tipo de organograma para ilustrar os temas e as atividades para desenvolver. Para tornar mais prático, não só meu plano de curso, como meu planejamento diário com as turmas. Ao dividir em eixos, divido também os temas por bimestre, para possibilitar uma fácil leitura ao descrever os tópicos escolhidos e na organização do plano de curso. Tendo como Objetivo Geral ser uma fonte de pesquisa para o professor de Filosofia elaborar seu plano de curso unindo os conhecimentos filosóficos a disciplina de Projeto de Vida dentro do curso de empreendedorismo, possuindo assim um valor estratégico interligando Filosofia, Projeto, conteúdo do Projeto de Vida e Empreendedorismo em cada bimestre do ano. Este produto educacional é um método pedagógico simples, para organizar bem os conteúdos selecionados. O trabalho docente, seja na rede estadual de educação do Rio de Janeiro, ou em outra, como nos

particulares, exige estratégias para alcançar os objetivos. E no caso do Projeto de Vida, no curso de empreendedorismo, este objetivo é ensinar aos estudantes como pesquisar, transcrever, debater, trabalhar no projeto e concretizá-lo. Temos um ano letivo apenas para realizar esse trabalho. Então, os conteúdos devem ser selecionados.

Dentro desse contexto, destaco o conteúdo filosófico que compreende especificamente a esfera do trabalho para compreenderem melhor sobre a realidade que estão inseridos. As aulas são ministradas com conteúdo da disciplina, destacadas no Eixo 1, a elaboração do Projeto pela turma, destacada no Eixo 2, contextualização filosófica sobre o trabalho, destacado do Eixo 3 e a contextualização do Empreendedorismo, Intraempreendedorismo, MEI, CLT e Reforma Trabalhista de 2017, destacada no Eixo 4. Os tópicos são trabalhados por etapas.

A etapa 1: Identificar os pontos já selecionados pela SEEDUC para abordar também durante as aulas de Projeto de Vida, juntamente com a elaboração do projeto e relacionar com o trabalho pelo olhar da Filosofia e Empreendedorismo.

Na etapa 2: Reunir os conteúdos necessários para a elaboração da pesquisa, discutir sobre a sua importância para o mercado de trabalho.

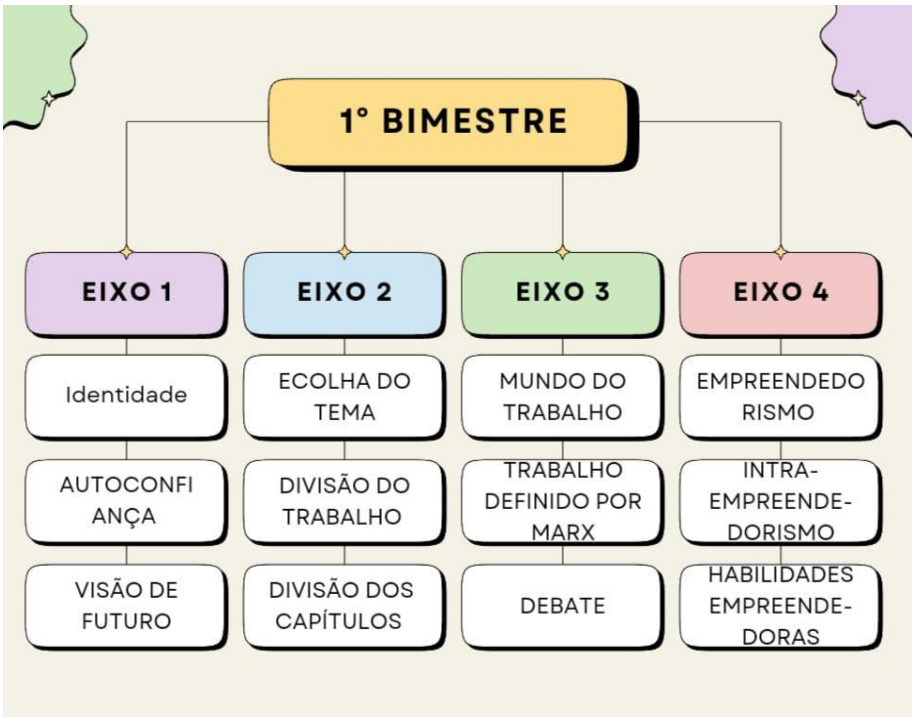
Na etapa 3: Relacionar e refletir sobre o mercado de trabalho a partir de conceitos formados por filósofos selecionados para explicar sobre a importância do trabalho para o mercado, a política e a economia.

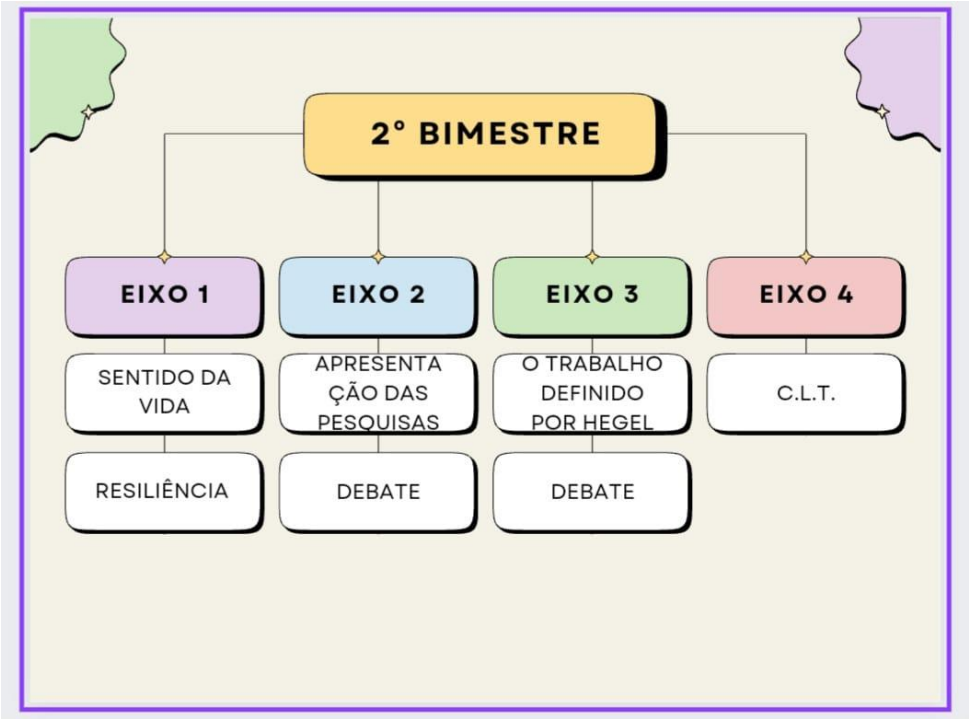
E na etapa 4: Conhecer e discutir sobre a CLT, a Reforma Trabalhista, 13.467/17, MEI, Pejotismo e relacionar com o Empreendedorismo e o Intraempreendedorismo. Além de finalizar o projeto.

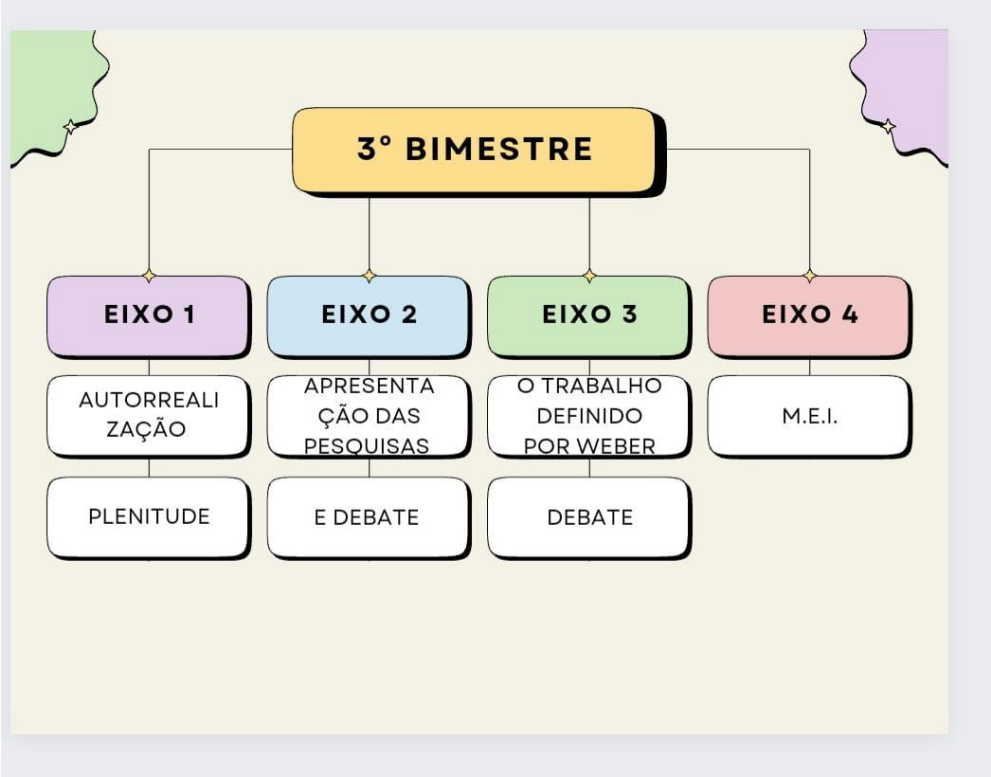
Durante as aulas de Projeto de Vida, a SEEDUC-RJ orienta que também sejam trabalhados os temas como identidade, autoconfiança, visão de futuro, resiliência e outros, tentando nortear conteúdos com competências e valores. Já sobre a união entre os conteúdos de Projeto e Vida e Empreendedorismo, eu destaco os pontos relativos a essa matéria, sobre as habilidades empreendedoras, como Identificação de Oportunidades, Inovação, Plano de Negócios, Gestão de Recursos, Gestão Financeira e Mentalidade Empreendedora. No caso do Intraempreendedorismo, discutimos nas aulas que essa "modalidade" está relacionada à prática empreendedora numa empresa em que o "empreendedor" não é o dono da empresa, mas o seu trabalho é realizar a função de "empreendedor" e executar as suas habilidades empreendedoras já destacadas no início deste parágrafo.

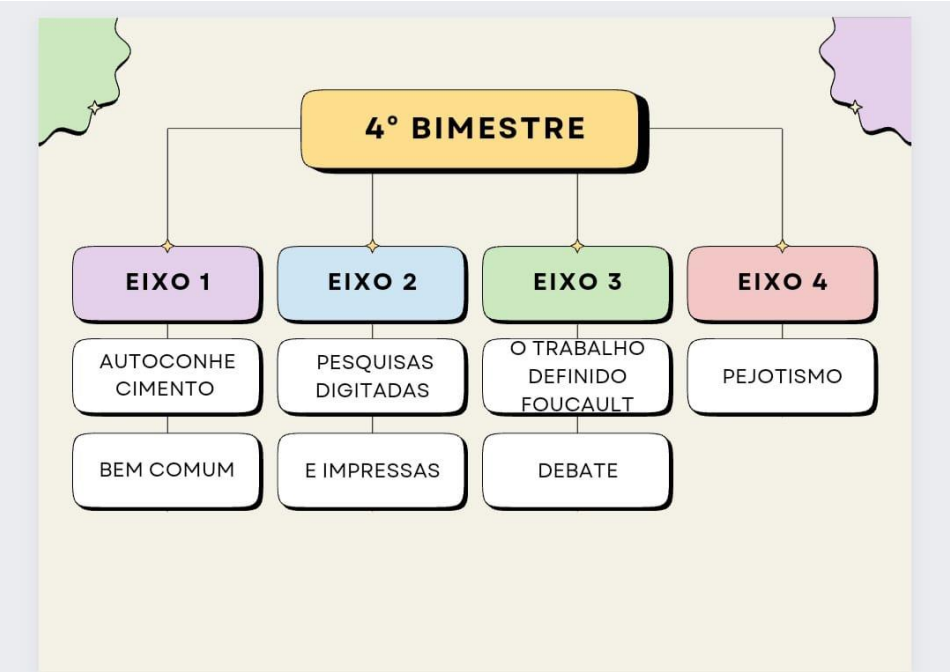
Em relação ao Projeto dos estudantes, primeiro eles escolhem um tema, um trabalho que relacione profissão e empreendimento, depois dividimos os títulos da pesquisa referente ao tema escolhido. Debatemos em cada etapa de pesquisa. Posteriormente, eles digitam e o trabalho é impresso no fim do ano. No entanto, durante as aulas, já que discutimos sobre o trabalho, fazemos uma ligação com a Filosofia e como alguns filósofos definem o trabalho, como Marx, Hegel, Weber e Foucault. Principalmente Foucault, e bem no quarto bimestre, pois este incrível filósofo conceitua essa relação de trabalho nesse mundo pós-moderno. E sobre a inclusão da disciplina de empreendedorismo no Ensino Médio, também pesquisamos e discutimos sobre a Reforma Trabalhista de dois mil e dezessete que influenciou essa "modalidade" de trabalho no Brasil e consequentemente no ensino, principalmente a partir de dois mil e vinte e um, como já está escrito no capítulo três. Além de relacionar o Empreendedorismo, o intraempreendedorismo e Pejotismo. Sobre o Pejotismo, fazemos uma breve reflexão no próximo capítulo.

Figura 20: Eixos para auxiliar na construção do Plano de Curso




2° BIMESTRE
EIXO 1
SENTIDO DA VIDA
RESILIÊNCIA
EIXO 2
APRESENTAÇÃO DAS PESQUISAS
DEBATE
EIXO 3
O TRABALHO DEFINIDO POR HEGEL
DEBATE
EIXO 4
C.L.T.


3° BIMESTRE
EIXO 1
AUTORREALIZAÇÃO
PLENITUDE
EIXO 2
APRESENTAÇÃO DAS PESQUISAS
E DEBATE
EIXO 3
O TRABALHO DEFINIDO POR WEBER
DEBATE
EIXO 4
M.E.I.




- A partir do mapa conceitual, faço o meu plano de curso:

Tabela 1: 1º BIMESTRE

| TEMA | CONTEÚDO | AÇÕES |
|---|---|---|
| -Introdução ao Projeto de Vida.<br>-Qualidades.<br>-Dificuldades.<br>-O Trabalho. | Cidadania.<br>-Filosofia e trabalho.<br>-Marx.<br>-Empreendedorismo e Intraempreendedorismo<br>-Habilidades Empreendedoras. | -Estudar sobre cidadania.<br>-Escolha do Projeto com a turma.<br>-Refletir sobre o ensino de Empreendedorismo e Intraempreendedorismo.<br>-Debate sobre as habilidades empreendedoras.<br>-Refletir como Marx define o trabalho. |

Tabela 2: 2º BIMESTRE

| TEMA | CONTEÚDO | AÇÕES |
|---|---|---|
| -O jovem e o mundo do trabalho. | -Sentido da Vida.<br>-Resiliência.<br>-Hegel.<br>-C.L.T. | -Rodas de conversa sobre as competências socioemocionais desse bimestre.<br>-Apresentação dos grupos selecionados para apresentarem seus capítulos.<br>-Refletir como Hegel define o trabalho.<br>-Conhecer a C.L.T., a Reforma Trabalhista 13.467/2017 a partir da leitura e debate. |

Tabela 3: 3º BIMESTRE

| TEMA | CONTEÚDO | AÇÕES |
|---|---|---|
| -Jovens protagonistas | -Autorrealização.<br>-Plenitude.<br>-Weber.<br>-M.E.I. | -Rodas de conversa sobre as competências socioemocionais desse bimestre.<br>-Apresentação dos grupos selecionados para apresentarem seus capítulos.<br>-Refletir sobre como Weber define o trabalho.<br>-Definir sobre o M.E.I. |

Tabela 4: 4º BIMESTRE

| TEMA | CONTEÚDO | AÇÕES |
|---|---|---|
| -Os Jovens e as desigualdades. | -Autoconhecimento.<br>-Bem Comum.<br>-Foucault/Neoliberalismo.<br>-Pejotismo. | -Rodas de conversa sobre as competências socioemocionais desse bimestre.<br>-Apresentação da pesquisa impressa.<br>-Conhecer e refletir sobre a definição de Foucault a respeito da influência do neoliberalismo sobre o empreendedorismo.<br>-Compreender sobre o pejotismo para evitar mais desigualdades na esfera trabalhista. |

Ao lecionar na disciplina de Projeto de Vida dentro do curso de empreendedorismo nesse novo ensino médio, percebi como ficou evidente a necessidade da disciplina de filosofia para essa modalidade de ensino. Quando tratamos de mercado, o ensino de filosofia auxilia na compreensão, não apenas das relações trabalhistas e da evolução do mercado, mas nessa nova modalidade de trabalhador do século XXI, o trabalhador por cnpj.

Fazendo-se necessário a presença do professor de filosofia para explicar aos alunos do ensino médio, principalmente do ensino empreendedor, sobre o mercado capitalista e como esse mercado veio se desenvolvendo principalmente após a revolução

industrial no século XVIII, e como ele está se configurando e se fundamentando na atualidade dentro do cenário político econômico brasileiro.

A importância de ensinar filosofia no curso de empreendedorismo não é restrita, muito pelo contrário, é abrangente. Uma vez que a filosofia estimula a reflexão sobre o mercado, o pensamento crítico de como esse mercado se estabelece dentro das relações entre consumidores e produtores, e o questionamento dos impactos do empreendedorismo sobre a vida dos trabalhadores brasileiros.

Ao ensinar filosofia com viés econômico, dentro do curso de empreendedorismo, percebo como os estudantes se sentem incentivados, e compreendendo melhor como formular a sua argumentação e interpretação sobre o mercado que eles querem atuar/trabalhar. Contribuindo assim para o desenvolvimento de habilidades de análise, amadurecimento intelectual e principalmente a autoconfiança nas tomadas de decisões conscientes que o mercado empreendedor requer.

Além disso, com o estudo da filosofia, mesmo essa disciplina voltada para o mercado empreendedor, ela não deixa de refletir sobre as questões morais e éticas relacionadas principalmente com os valores humanos, com uma sociedade mais justa e igualitária.

Quando trago para a sala de aula alguns filósofos que tratam das relações de trabalho, do mercado, da política econômica dos países, como Max e Hegel e outros filósofos já citados acima, no exemplo de plano de curso que eu utilizo em minhas aulas, evidencio cada vez mais a importância de estudar esses filósofos, e como eles têm um papel importante na explicação do mercado devido às questões fundamentais da existência humana, assim como as nossas relações sociais e econômicas. Entretanto, ao estudar os filósofos que também são a favor do mercado direcionado pelo capital, como por exemplo Adam Smith, facilito para os alunos compreensão e reflexão sobre as bases teóricas e éticas do mercado.

Portanto, os filósofos também questionam e criticam as estruturas de mercado, depois levantam as questões da desigualdade e da exploração do trabalhador devido à falta de ética existente entre muitas práticas de mercado, como o processo de concentração de mercado, estruturado pela economia de escopo e a economia de escala, concentrando o mercado, fazendo com que o custo da produção seja baixo, anulando qualquer tipo de concorrência.

Dentro dessas questões, os alunos também precisam conhecer sobre o processo de contratação de mercado, e a defesa da concorrência.

Por mais que o curso de empreendedorismo procure incentivar a inovação de mercado no Brasil, a importância de compreender sobre essas falhas do mercado auxilia os alunos a perceberem de que forma uma empresa maior, de grande porte, pode querer utilizá-lo como pejotista.

Entretanto, é muito importante ter uma análise crítica sobre essas falhas de mercado e o pejotismo dentro do empreendedorismo.

Dentro das aulas eu promovo o debate saudáveis sobre as relações econômicas e a busca de alternativas mais justas a partir da compreensão da diferença entre retirada do trabalhador informal e a pejotização desse trabalhador, que oferece a sua força de trabalho através do seu CNPJ.

Apesar de a disciplina projeto de vida estat estruturada em projetos que apenas vislumbrem os modelos de negócios das camadas mais humildes, destaco aqui a importância de os alunos diferenciarem o pejotismo e o empreendedorismo.

O empreendedorismo fomenta o comércio local, se desenvolvendo para estadual, regional e principalmente dentro do cenário nacional. Trazer para a sala de aula discussão sobre alguns filósofos, isso acaba por contribuir numa compreensão mais profunda do comportamento humano e do comportamento econômico, pois tais comportamentos influenciam decisões econômicas individuais e coletivas.

Essa compreensão, a partir das aulas de filosofia específicas para o ensino de empreendedorismo, pode ajudar a explicar os fenômenos do mercado e a desenvolver estratégias mais eficientes de regulação e políticas públicas. E desta forma, explicar sobre a natureza do mercado, a distribuição de recursos, justiça e injustiça econômica. Além também de refletir sobre como as ações humanas e as suas motivações que impulsionam as transações comerciais.

A falta da disciplina de filosofia, que é uma matéria especial e importante para ensinar sobre os fundamentos filosóficos relacionados à economia de mercado, implica em consequências prejudiciais aos trabalhadores que não têm esse conhecimento, causando consequências, estas classificadas como perdas de seus direitos.

Com a ausência do professor e da disciplina de filosofia por todos os três anos do ensino médio, principalmente o ensino médio empreendedor, essa condição facilita a consolidação de um mercado que é composto de trabalhadores sem conhecimento de seus direitos e como funciona o próprio mercado. Facilitando assim a formação de uma classe de trabalhadores pejotistas a serviço apenas da manutenção da concentração de renda dos grandes empresários.

## 5 PROJETO DE SOCIEDADE

Ao analisar que um projeto de sociedade não acontece de uma minuto para outro, o projeto neoliberal foi se configurando através do tempo, atingindo não somente o mercado e as finanças, mas as políticas econômicas, a cultura, a sociedade e a educação. E o que tento nesse capítulo é entender melhor como um projeto de sociedade no Brasil veio se desenhando dentro deste novo liberalismo nesse início do século XXI.

É importante observar como a política de proteção econômica das grandes empresas constrói a ideia de um país com menos direitos trabalhistas. Uma vez que a prática neoliberal é o mercado, e claro, o consumo. Dentro deste cenário, reflito que neste início do século XXI, os cidadãos foram sendo orquestrados, principalmente por propagandas, a não se verem mais como trabalhadores e sim como empreendedores. Para tentar compreender essa política também é necessário compreender sobre a racionalidade da lógica neoliberal, para isso podemos também analisar que o neoliberalismo consiste em ditar as regras para a liberdade de consumo, fazendo com que as pessoas fiquem subordinadas a um capitalismo financeiro, o qual propõe "(...) reformar o Estado e enformar a sociedade" (FOUCAULT, 2012, p. 160).

Foucault nos ajuda a compreender que essa racionalidade, no mercado, possui um viés neoliberal, capaz de transformar a sociedade atual e construir uma nova sociedade, para que essa política econômica neoliberalista dê certo, partimos desse entendimento, é necessário que as pessoas pensem a partir da lógica de mercado dentro da sua própria vida pessoal.

Ao construir essa nova sociedade, torna-se também necessário entender que o neoliberalismo necessita de ferramentas jurídicas e políticas dentro das instituições governamentais para transformar de forma subjetiva os cidadãos, para que eles pensem que a vida deles tem que ser conduzida pela economia, e é evidente que um cidadão que pensa através desse viés e como a sua vida tem que ser conduzida através da economia de mercado, este cidadão é muito mais fácil de ser controlado:

> "O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (Dardot e Laval 2016, p. 17)."

Dentro dessa perspectiva, facilita compreender o caráter neoliberalista, formado por uma política intervencionista e utilitarista, configurando normas capazes de conduzir uma lógica política não apenas para o mercado, mas para as pessoas:

> "O modelo fundamental das relações humanas nessa sociedade é o empreendimento que expressa o empreendedorismo" dos seres humanos construindo a fonte de liberdade pessoal e social e cuja organização mais desenvolvida é a empresa" (Freitas 2018, p. 31)."

E dentro desse caráter profundamente político, o intervencionismo governamental cria normas não apenas para a área econômica, mas para a política, a cultura, entre outras. É importante considerar o princípio da concorrência, sendo o que rege o espírito do mercado, esse pensamento de competir sempre foi direcionado para as relações humanas e sociais, o que acaba se impondo a todas as instituições e consequentemente as pessoas, as quais passam a pensar que precisam estar sendo competitivas a todo o momento. Uma situação que leva a um funcionamento para a sociedade com normas estruturadas numa espécie de competitividade constitucional, a partir do momento em que esta lógica neoliberal de mercado condiciona não apenas o sistema econômico, mas passou a estruturar também o sistema político-social tanto da Europa, onde iniciou essa lógica de mercado desde os anos trinta, mas também dos países da América Latina, incluindo o Brasil:

> "Enquanto princípio geral de governo, a competitividade representa precisamente a extensão da norma neoliberal a todos os países, a todos os setores da ação pública, a todos os domínios da vida social [...] sob o pretexto de tornar a oferta mais "competitiva", e à concorrência entre os assalariados dos países europeus e dos outros países do mundo, o que acarreta deflação salarial e desigualdades crescentes (Dardot; Laval, 2016, p. 29)."

Porém, é evidente como esse mercado neoliberal fez os países dependentes desse mesmo sistema, o qual é capaz de controlar até mesmo as linhas de políticas públicas, para que as pessoas sejam sempre competitivas. A pessoa vendo desta maneira um modelo empresarial de gerir negócios, e assim levando este modelo às pessoas tornando-as empreendedores de si, responsáveis pelo seu próprio trabalho, seus riscos e seus resultados, como se estes não conseguissem associar toda uma estrutura de sistema

neoliberal dentro do próprio mercado e das relações trabalhistas, pois o neoliberalismo das multinacionais impõe que os governos devem proteger esta política neoliberalista, implantando nas pessoas uma forma de pensar que ele mesmo tem que ser visto como um capital, e por isso deve-se pensar como uma empresa, fazendo uma relação subjetiva entre seu valor e sua existência com um capital de mercado, ou seja, você deve se autovalorizar, sempre uma situação que evidencia o enraizamento do conceito de capital humano.

Portanto, este cenário ideológico passou a estruturar as políticas de educação, de jornais, não só do Brasil, mas do mundo inteiro, causando uma transformação orientada, orquestrada, organizada, pelas empresas internacionais, pois estas empresas ainda consideravam as escolas como uma barreira para comprometer essa continuidade do sistema neoliberal, ou seja, quando essa política neoliberal for introduzida ainda dentro do sistema escolar, consequentemente passará e passou realmente a controlar o modo de pensamento da escola para estar enquadrada nos moldes do capitalismo neoliberal:

> "...a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho. No léxico liberal, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional. De outro lado, é importante também utilizar a educação como veículo de transmissão de ideias que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço da alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho, mas também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal. (Silva, 1998, p.12)"

E assistir os alunos com uma ideia de que somente eles mesmos poderiam se autovalorizar, e estando o aluno dentro desse pensamento, ele não associa uma estrutura política jurídica e econômica de desigualdade social, nem como a sua educação está sendo influenciada e nem como se realiza o controle de sua formação cidadã para este Novo Mundo de trabalho.

Atualmente, neste início de século XXI se descortinou na sociedade a reforma trabalhista de 2017, promovida pelo então presidente golpista Michel Temer, garantida pelo espaço deixado com a pandemia da Covid. Proporcionando também as ferramentas para modificar não apenas a BNCC já instituída em 2017 quanto às consequentes mudanças da própria BNCC nesse período de pós-pandemia.

Fatores que me permitem analisar como o futuro trabalhador é visto como um capital rentável, num mercado de trabalho onde o emprego é precário e sem direitos trabalhistas, e a educação como um espaço formal para construir esses novos trabalhadores, vistos agora como empreendedores, fazendo da escola uma fábrica, não apenas de material humano, ou seja, recursos humanos para as indústrias, mas com seres humanos e internalizar subjetividades neoliberais relacionando o seu capital humano, como ferramenta da livre concorrência de mercado, sem entender que a principal ferramenta é ele.

Todavia, a prática neoliberal consiste num fator muito importante, na ideia do estado mínimo, com uma intervenção mínima possível do estado e que esse estado seja forte o suficiente para manter uma ordem de mercado baseada na concorrência. Uma vez que esta lógica global possui normas de atividades políticas para funcionar da melhor maneira, e alguma dessas normas é fazer do cidadão um sujeito capitalista, é mantendo a dependência de dívidas com relação às instituições internacionais, além de regras dentro do sistema bancário que favoreça as grandes empresas, condicionando assim um sistema institucional, político e jurídico que sejam capazes de respeitar esse sistema neoliberal e que permaneçam constantemente dentro desse sistema. Assim sendo, o estado passa a funcionar absorvendo as características empresariais para a sua gestão pública, importando regras de gestão de empresas internacionais para estabelecer não somente a política e a economia dentro do território nacional, mas a relação entre a sociedade e o estado. Tomando como exemplo de construção de uma sociedade onde o indivíduo se enxerga não como trabalhador, os quais possuem direitos trabalhistas, mais como um sujeito capitalista, tendo essa ideia bem subjetiva na sua perspectiva de vida, foi e em dois mil e dezessete, que o então presidente Michel Temer transformou tantos indivíduos em ferramentas para modificar a cultura e a política e assim criar uma sociedade de empreendedores sujeitos ao neoliberalismo:

> "A carteira de trabalho é o maior símbolo da classe C como ato consumado, e o concurso público é o seu platônico objeto de desejo. Os "por conta própria" são os outros protagonistas fundamentais do mercado de trabalho brasileiro da classe C, mas da classe E também. Verdadeiros capitalistas sem capital. E sem políticas públicas de apoio também como a do crédito produtivo popular (Neri, 2011, p.168)."

Com base nessa situação é possível refletir como a ideia de que esta nova sociedade seria capaz de inovar o mercado brasileiro, implementando políticas monetárias e fiscais desiguais, favorecendo as grandes empresas e as classes mais abastadas, mas isso não compõem todos os fatores que nos levam a criticar essas normas governamentais, estas também se enriquecem quanto os resultados das políticas neoliberalistas a toda uma nação, com empregos informais, precarizados, com ausência de direitos trabalhistas e uma educação que, infelizmente, está condicionada a manter essa situação.

Ao fazer uma breve análise das reformas neoliberais das últimas três décadas no Território Nacional Brasileiro podemos destacar que o objetivo do sistema capitalista neoliberal sempre foi de diminuir o controle do mercado pelo estado. Dentro desse contexto da ideologia neoliberal, o seu discurso sempre esteve vinculado à ideia de que toda reforma seria para melhorar a eficiência do país, atacando não apenas os trabalhadores da rede privada, retirando aos poucos os direitos trabalhistas, mas também os direitos na administração pública, utilizando como mecanismo a ideia do estado mínimo para reforçar medidas neoliberais causando impactos severos na administração pública, outro fator foi à reforma previdenciária e a reformas trabalhistas, a redução de investimentos públicos e a privatização de empresas estatais, a partir dos anos noventa.

Ao voltar um pouco no tempo, na Ditadura Militar, a economia brasileira tinha um problema, a inflação, pois também sofria com o avanço tecnológico dos países ocidentais devido à indústria brasileira estar defasada:

> "A matriz emergente de inserção internacional do Brasil os anos 1990 assumiu o processo de globalização e a adoção de políticas neoliberais como paradigma de desenvolvimento, que seria capaz de permitir a superação da crise econômica e da estagnação dos anos 1980. (Silva, 2005, p. 02)."

Diante desse cenário, é possível compreender a luta pela continuidade no poder, pela classe dominante sobre os trabalhadores, quais sempre mantinham um discurso de que os direitos trabalhistas quebram a economia do país, dentro desse cenário se elege Fernando Collor de Mello, um presidente que mantinha o discurso que iria combater os marajás, porém, esses marajás eram os servidores públicos, que por ele era desclassificado, dizendo que eles tornavam a máquina pública inchada e lenta, e para que

tivesse uma melhor organização e eficácia era necessário combatê-los, criando uma nova moeda, abrindo o mercado nacional para as empresas internacionais, implementando a sua política econômica e mudando as leis trabalhistas.

Situação que desagradou muitos brasileiros, agravando ainda mais com o confisco das poupanças, resultando no impeachment de Fernando Collor de Mello. Assim sendo, assume o então vice-presidente Itamar Franco, que tem seu governo como ministro da fazenda o senador Fernando Henrique Cardoso, o qual alinhou o Plano Real, conseguindo então estabilizar a economia do país:

> "Itamar praticou, sob pretexto da interinidade, aquela ambiguidade que o caracterizou desde o início do seu governo: quanto mais fala no "social", na "miséria e sofrimento de milhões de compatriotas", conforme a peça final do discurso em que anunciou o seu plano econômico, mais implementa um projeto com traços de continuidade do Projeto Collor: critica a fome e concede mais de um bilhão de dólares aos usineiros; fala em um projeto autônomo e independente, mas dá continuidade às privatizações escandalosas [...]. (Antunes, 2005, p. 21)".

Um governo marcado por inúmeras privatizações, com uma política econômica que apenas reforçou o neoliberalismo no Brasil. Posteriormente, com a entrada do então presidente Fernando Henrique Cardoso. "FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial. (Fiori,1997, p. 14)." Com o pretexto de fazer o país prosperar, absorvendo outra ferramenta neoliberalista, promovendo a reforma da previdência e a reforma trabalhista criando o fator previdenciário do trabalhador da rede privada e criando a idade mínima para o servidor público se aposentar, reduziu 20% dos funcionários públicos de nível estadual e federal por meio da aposentadoria antecipada e por demissão.

Tornando evidente que o estado ganhou outra característica, a de um estado investidor e regulador, ou seja, um estado desenvolvimentista, porém as normas reguladoras condicionaram o funcionamento de novas empresas que passaram a existir dentro do território nacional, extinguindo as companhias estaduais e implementando as companhias privadas, como, por exemplo, as de telefonia (telemig, telesp, telerj e claro a Telebrás) e os bancos (Banestado, Banerj, Banespa e outros). Além de privatizar a Companhia de Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e

a Embraer e de implementar a terceirização de trabalhadores dentro de vários serviços do estado, e claro, abrir o mercado nacional para as empresas estrangeiras.

Já no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, no início do século XXI, o então presidente tinha uma postura contrária à ideologia neoliberal durante as eleições presidenciais de 2002. Porém, em 2003 e durante o seu governo, mesmo tendo conseguido estabilizar a economia, reduzir a pobreza e a desigualdade social, além de promover o crescimento econômico do país, não foi possível conter a força do mercado neoliberal, então, em contrapartida, acabou com aposentadoria integral dos servidores federais, aumentou a idade mínima para aposentadoria, além de cobrar 11% do salário dos aposentados. Entretanto, esse projeto neoliberalista, destaca:

> "A concepção econômica de conjunto dessas Diretrizes pode talvez ser chamada de "social-desenvolvimentista". Combina uma retomada das propostas desenvolvimentistas com uma maior preocupação com a distribuição de renda e principalmente com a defesa [de] uma maior participação dos trabalhadores e do povo na direção do processo, bem como uma maior ênfase no caráter nacional do projeto de desenvolvimento. Aponta, além disso, a necessidade de uma "ruptura global" com o modelo existente [...]. Assim, embora sua formulação seja mais moderada do que o "programa democrático e popular" tradicional do PT, essa concepção pode ser considerada como uma versão desse programa [...]. (Neto, 2003, p.182)."

Um cenário político que deu continuidade durante o governo Dilma, mesmo melhorando e fortalecendo o agronegócio, que sempre foi um setor de bastante influência na política brasileira, realizou reformas também dentro da previdência em dois mil e treze, pois nesse governo foi criado um fundo privado para aposentadoria tanto para servidores públicos como para trabalhadores da rede privada, instaurando a conta para aposentadoria, através do cálculo do tempo de contribuição e com a idade que estariam os trabalhadores, para homens e mulheres poderem se aposentar.

Com o decorrer do tempo, a crise do neodesenvolvimentismo[20] se instalou e alguns setores da burguesia se alinharam ao campo político neoliberal e derrubaram o governo. Entretanto, foi visível que no governo Temer o impacto do sistema neoliberalista foi muito maior.

[20]Uma política que insiste em continuar com as características do capitalismo neoliberal neste início do século XXI.

Os grandes empresários internacionais viram no então presidente Michel Temer a grande chance de promover as reformas que tanto desejavam. Ao implementar as reformas conforme os interesses políticos, Mota escreve:

> "O carro chefe dessa ofensiva é a Contra Reforma do Estado e das Políticas Públicas. Mas outras medidas reforçam o desmonte da nação, tais como a banalização das diretrizes técnicas e normativas de funcionalidade do aparelho do Estado - caso notório do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE) que monitoram a preservação do meio ambiente. Também se anota a profusão de militares como gestores de órgãos estatais e a supressão dos parcos mecanismos de participação da sociedade civil, como conselhos e fóruns, sob uma ardilosa engenharia passivadora das classes subalternas, e quando necessário, o uso de meios coercitivos e estilo bonapartista. (2019, p.139)."

Temer aumentou mais uma vez a idade mínima para se aposentar, aumentou o tempo de contribuição, mudou as relações de trabalho no Brasil, tornando-o mais precário, abrindo mais espaço para o trabalho informal, introduzindo o trabalho intermitente, enfraquecendo o sindicato e colocou o trabalhador, sozinho, para negociar com seu empregador, dentro dessa política apresenta, não encontro conceitos mais uma política de controle financeiro através do mercado.

## 5.1 DESCRIMINALIZAÇÃO DO PJOTISMO

Ao considerar o Brasil um país periférico e dependente, o governo neoliberal de Temer criou as condições para que o trabalhador fosse obrigado a aceitar estar adequado às novas demandas de relações sociais de produção, uma situação que não consegue disfarçar as severas perdas de direitos e garantias para os trabalhadores, para que estes não procurassem mais empregos, condicionados a pensar em oportunidades, mais colocando o risco em suas próprias contas:

> "O apagamento do termo "trabalhador" e sua substituição por "colaborador", "empreendedor", ou "associado", por exemplo, nas empresas e organizações, são um indício da forma como o

> neoliberalismo oculta as relações de trabalho em seus esforços de renomeação da categoria (Safatle, Junior e Dunker ,2021, p. 247)."

Esta conjuntura trouxe alterações na recente Reforma Trabalhista com a Lei n.º 13.467/2017, incorporando na sociedade e na economia pontos fundamentais na relação de trabalho devido ao dinamismo tecnológico, como o deslocamento de mão de obra entre setores e funções específicas, a flexibilização do regime de trabalho, as alterações nos requisitos de capacitação, a melhora na segurança no trabalho e a disseminação de novas plataformas e de relacionamento entre trabalhador e empregador.

Interligando as relações de trabalho com a competitividade internacional e nacional, gerando assim novos perfis de emprego para um trabalho considerado mais produtivo, com um falso discurso de que o Brasil possa competir no cenário internacional com as outras economias do mundo.

Os fatores capazes de tornar cada vez mais flexível o trabalho, proporcionando maior mobilidade do trabalhador e a sua acessibilidade, não estando apenas restringidos a um espaço específico para a realização do seu trabalho, da sua função e de suas atividades profissionais, esses quesitos se tornaram vinculados à digitalização, viabilizada pela internet de alta velocidade e pelos aparelhos móveis, juntamente com tecnologias da nuvem. Estes facilitaram a flexibilização externa, ou seja, a mão de obra externa de trabalhadores, terceirizados, através das plataformas.

A terceirização[21] pode ser classificada como uma ferramenta para o empregador realizar contratos de trabalho e prestação de serviço com trabalhadores que não fazem parte do corpo de funcionários da empresa. Situação que apresenta vantagens econômicas para os empregadores, tendo acesso a trabalhadores especializados em tarefas peculiares sem a necessidade de mantê-lo em tempo integral.

Já a flexibilização interna está relacionada aos regimes de trabalho dos próprios empregados, envolvendo jornadas flexíveis, distinguindo as áreas internas da empresa para a realização específica das tarefas.

[21]Terceirização é a contratação de serviços por meio de empresa, intermediária (interposta) entre o tomador de serviços e a mão-de-obra, mediante contrato de prestação de serviços. A relação de emprego se faz entre o trabalhador e a empresa prestadora de serviços, e não diretamente com o contratante (tomador) destes.

Obtendo, a partir de então, modelos parciais de jornadas de trabalho, ou seja, mais limitada e distinta, promovendo a propagação do conhecimento e aproveitamento dos instrumentos e recursos de dentro da empresa.

Com a flexibilização espacial, o local de trabalho pode-se encontrar fora da estrutura física da empresa, podendo o trabalhador realizar um teletrabalho, por exemplo. Este trabalho à distância reduz o tempo e o deslocamento do trabalhador em relação à produção de seu trabalho. A flexibilização permite conciliar, na visão das grandes empresas, os interesses do empregador, o qual visa os resultados, mas mantém um discurso de que o trabalhador apenas deseja harmonizar a vida pessoal e profissional. As mudanças nos direitos trabalhistas, tornando-os mais flexíveis conforme o modelo de trabalho firmado, a segurança jurídica apenas para o empregador, colaboraram para ampliar as modalidades de contrato de trabalho. Essa maior flexibilidade na relação entre empregado e empregador, assegurada pelos efeitos da reforma, gerou mais uma crise, resultando em mais subempregos.

Dentro dessa perspectiva, encontramos uma característica bem peculiar dos empregadores no Brasil, a tentativa forçada em se aproveitar da Reforma Trabalhista deste início de século para descriminalizar o pejotismo. A pejotização é a denominação do ato de manter empregados através da criação de empresa pelos contratados. Essa relação entre trabalhador e empregado é alterada, passando a ser praticada através do contrato de trabalho entre a empresa e seus empregados.

Essa prática faz com que o empregador consiga falsear a relação de trabalho, para reduzir os direitos do empregado, trazendo benefícios financeiros apenas ao empregador. Embora a Reforma Trabalhista estabeleça mudanças nas relações de trabalho, a pejotização ainda é considerada crime.

Uma vez que está claro na CLT os atributos que caracterizam o empregado e conforme a jurisprudência, mesmo após a Reforma, esta prática permanece contrária à legislação vigente. Mas, em contrapartida, a reforma concede possibilidades para a sua descriminalização.

> "Art. 442-B. A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no ~~art. 3o desta Consolidação~~ (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)."

A contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços a uma empresa é ilegal, mas a terceirização é legal e aceita no mercado. A contratação de autônomos, se for realizada de forma correta, não desrespeita a lei. O Brasil possui poucas vagas de emprego formal, muitos desempregados e regras trabalhistas, as quais são classificadas pelos empregadores como prejudiciais aos negócios.

A pejotização acontece quando a empresa que precisa de um determinado serviço decide demitir seus funcionários, os quais estão contratados pelo regime da CLT, e escolhe pela contratação de Pessoas Jurídicas, só que estas estão representadas na forma de única Pessoa Física, mas continuam prestando serviços somente para este empregador, com horário definido, de forma não eventual.

As mudanças na substituição de sua mão-de-obra por contratação pelo viés da pessoa jurídica resultam em demissões em massa, corte nas aposentadorias e nos direitos trabalhistas. Tornando uma forma de ludibriar a Justiça. A relação contratual de PJ é vantajosa apenas para o empregador, pois nesta relação trabalhista não há vínculo empregatício e, portanto, não constitui encargos e nem direitos aos trabalhadores.

O que caracteriza vínculo empregatício, fazendo com que a contratação de Pessoas Jurídicas seja classificada como ilegal, está na prestação de serviços de forma contínua, com subordinação, recebendo os mesmos valores de um salário conforme a função/produção realizada. Estas são as características que demonstram vínculo empregatício independente da forma de contratação pela Justiça. E assim, a pejotização é considerada fraude pela CLT:

> "Art. 9º - Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação."

As características do vínculo empregatício estão evidenciadas pelos princípios da pessoalidade, periodicidade, subordinação e onerosidade. Descrito no Artigo 3º:

> "Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
> Parágrafo único - Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual."

Quando a Justiça do Trabalho define a relação de emprego, o contratante assume todos os encargos que deveria ter realizado o pagamento ao trabalhador, além do 13º, férias e tributos. Porém, também responde pelo código Penal:

> Art. 203 - Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, de dois contos a dez contos de réis, além da pena correspondente à violência.

A Reforma Trabalhista possibilitou o aumento da Pejotização pela contratação de empresas para realização de uma atividade em particular. Possibilitando a manutenção desse tipo de contrato entre empresas sem arriscar ter qualquer despesa maior. Garantindo uma maior segurança jurídica para as empresas contratantes.

Com a tentativa de destruir os direitos trabalhistas, o projeto de sociedade neoliberalista toma como ferramenta as relações de trabalho. Tendo em vista que o objetivo de garantir apenas os direitos das grandes empresas, as relações entre trabalhadores e empregadores se modificou, retirando os direitos dos trabalhadores de sua jornada e segurança no trabalho.

Portanto, a proteção contra a discriminação do trabalhador e a permanência de promover a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para combater as formas de exclusão da classe trabalhadora são importantes para os alunos compreenderem sobre a valorização do trabalho como direito fundamental, assim como a realização pessoal e social. Para garantir condições dignas de trabalho, dentro de um ambiente considerado saudável, que respeita os direitos do trabalhador e estimula o desenvolvimento profissional, é necessário que este trabalhador tenha conhecimento da funcionalidade do mercado e de seus direitos, mesmo que seja trabalhador por CNPJ.

Com aulas mais específicas, dentro da disciplina de projeto de vida, ou melhor, dentro da disciplina de filosofia, a qual deveria existir nos três anos do ensino médio, em especial no ensino empreendedor para que os alunos, futuros trabalhadores/empreendedores, entendam que as relações trabalhistas têm que promover o respeito aos direitos, promoção do diálogo, acima da negociação. Porém, para negociar, para discutir sobre o valor do trabalho, o conhecimento da lógica de mercado tem que ser

primordial. Ou então, esse trabalhador/empreendedor se tornará um pejotista sem o menor conhecimento da sua condição.

Por isso a necessidade de se manter as disciplinas de Ciências Humanas, em especial a disciplina de Filosofia nos três anos do Ensino Médio, principalmente no ensino de empreendedorismo. Os alunos precisam compreender sobre o mercado e as relações trabalhistas, ainda mais neste mercado tecnológico, neoliberal e neodesenvolvimentista. Compreender que esta modalidade de trabalho, que não é a de trabalhador por CTPS, mas também tem seus direitos. Desta maneira, com conhecimento, o aluno poderá entender quando uma pessoa contratar seus serviços, irá contratá-lo realmente como empreendedor ou se vai estar tentando condicioná-lo ao pejotismo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho busca a análise, a compreensão dos novos desafios do trabalho docente, principalmente do professor de filosofia nas escolas estaduais do Rio de Janeiro atualmente. As orientações teóricas e práticas da Reforma do Ensino Médio, com a BNCC, formaram um novo rearranjo no ensino de Ciências Humanas, principalmente no ensino de Filosofia. Da forma como está organizado, prejudica a maioria dos estudantes e os professores, pois com as políticas educacionais e a implementação do curso de empreendedorismo no Ensino Médio estão direcionadas apenas a formar uma classe trabalhadora que não conhece os seus direitos:

> "A reforma empresarial da educação concebe ao magistério da mesma forma que concebe a escola, inserido em um livre mercado competitivo, e neste cenário, os salários são tornados dependentes dos resultados esperados, sem direitos a estabilidade no emprego e tanto quanto possível sem sindicalização" (Freitas,2018, p. 109)."

Conforme o desenvolvimento dessa pesquisa, pude demonstrar como a BNCC está alinhada com a Reforma Trabalhista de dois mil e dezessete. Esta situação alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, para criar um modelo de educação conforme a dominação social burguesa, como resposta à crise econômica do mercado neoliberal, para a formação do novo trabalhador, adaptado às novas tecnologias e tendo características autônomas. Situação esta para a qual esperamos melhorias.

Dentro da nova esfera educacional, o desafio não está apenas no professor em encontrar formas digitais para aplicar as atividades, mas demonstrar através da leitura, atividades em grupo e individuais para aprimoramento para o aluno, pois esse mesmo aluno também tem dificuldades em realizar as atividades com o uso de ferramentas digitais.

Embora os alunos da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro já estejam acostumados com a internet e aplicativos de celular, eles também encontram obstáculos quando o assunto é pesquisar, coletar dados e responder questões, principalmente as relacionadas às aulas de Ciências Humanas.

Portanto, a realidade das novas tecnologias da educação reflete as novas formas de trabalho e emprego que condicionaram a implementação da Reforma Trabalhista de dois mil e dezessete.

Atualmente, o dinamismo das relações sociais se esbarra frente ao caráter burocrático, o qual é capaz de limitar a CLT:

> "(...)maneiras particulares de dividir e sistematizar as tarefas e o tempo entre grupos de trabalhadores; as especializações decorrentes e as qualificações exigidas; as seqüências, os ritmos e cadências; a padronização e a autonomia; a participação do trabalhador na programação e o locus de realização das tarefas. (Siqueira 199,p 40)."

No entanto, o que realmente se consolida são os efeitos da diminuição dos direitos do trabalhador, um retrocesso à CLT desde os anos de mil novecentos e quarenta, que impede a real evolução do mercado de trabalho brasileiro. A flexibilização do trabalhador apenas inseriu uma nova norma na lei, e seus efeitos entre as partes contratantes desconsideram os direitos dos trabalhadores. Desta forma, os ajustes foram realizados conforme os interesses e vontades apenas dos empregadores.

O caminho para o atual trabalhador aceitar a reforma está além da imposição da Lei, está também na educação. O atual aluno, que será o futuro trabalhador, está tendo despertado o desejo de procurar saber e entender como é trabalhar de forma autônoma sem questionar a ausência de seus direitos, para mantê-los conformados, evidenciado na diminuição da carga horária das disciplinas de Ciências Humanas. Visto que a educação está sendo usada como uma ferramenta para inclinar os futuros trabalhadores para esta condição, tendo os reformadores da educação à desfaçatez de denominar esta situação de desenvolvimento, além do governo, investir alto em propagandas, com a ausências das aulas de filosofia, facilita o educando considerar o pejotismo como uma característica natural no mercado e na sociedade, pois não sabe reconhecer a diferença desta situação. O discurso da atual política nacional a favor da BNCC torna prioritário para a Educação Básica produzir trabalhadores que classificam como normal e evoluída esta situação, tornando contraditório o discurso de emprego e renda. Uma vez que o trabalhador autônomo ganha por produção e não tem garantias de um emprego regularizado, mas ainda possui direitos que muitos empresários insistem em negligenciar.

A reforma da educação, juntamente com a implementação do curso de empreendedorismo, pode ser considerada como uma ferramenta para que a reforma trabalhista de dois mil e dezessete seja aceita pela sociedade. Uma vez que a reforma trabalhista também influenciou as modificações nas matrizes curriculares do curso de empreendedorismo, que ensina aos alunos a trabalharem por CNPJ, mas não têm as disciplinas de Ciências Humanas para destacar como acontecem as relações trabalhistas nesta atual modalidade de trabalhadores, para não serem desrespeitados em relação aos seus direitos.

Podendo assim, averiguar que nesta segunda década do século XXI marca um currículo educacional de nível médio de acordo com esse novo modelo de empregado, o qual trabalha apenas por nota fiscal. A Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro implementou o currículo de empreendedorismo, o que fortalece os alunos a entenderem que eles são os únicos responsáveis por si, e vão se inserindo na sociedade sem segurança de um trabalho registrado. Esta nova modalidade de ensino, o ensino empreendedor[22], demonstra os vínculos entre o setor produtivo e a educação, gerando um novo conceito de trabalho, no qual os alunos, futuros trabalhadores, estarão condicionados a aceitar trabalhar nesta nova modalidade, o que não representa concorrência e nem encargos trabalhistas para as grandes empresas e multinacionais.

O atual Ensino Médio Empreendedor induz o aluno a pensar sobre a importância da inovação, como se somente ele fosse capaz de operar uma ação criadora e inovadora. Nesse início de Século XXI, o empreendedorismo passou a ser um tema de interesse não apenas para o setor de finanças, economia e política, mas também para as áreas das ciências sociais, a qual buscou traçar as características de um empreendedor, conforme o seu comportamento e razões, a fim de compreender os motivos que conduzem um indivíduo a realizar um empreendimento.

Fato é que o capitalismo evidencia constantes crises e por conta disso o sistema é considerado um sistema dinâmico, tal situação abre uma desculpa a respeito à importância do empreendedorismo e suas inovações, como se pudessem superar as crises governamentais, onde este indivíduo empreendedor deve ser dotado de um espírito de gestão, o qual deve sempre buscar oportunidades, mudanças e encontrar estratégias para ter um empreendimento bem-sucedido.

[22]O termo empreendedor está relacionado diretamente aos indivíduos que trabalham por conta própria no processo de troca de mercadorias.

O que não passa de um discurso neoliberal, com uma ideologia dos setores dominantes, apenas para servir a eles mesmos.

Porém, a garantia de subsistência a partir de empreendimentos próprios só existe se tiver uma base material existente, uma situação muito diferente da realidade da maioria dos trabalhadores, não só do Rio de Janeiro, mas de todo o Território Nacional. Esperamos por essa mudança, melhorias nas garantias dos trabalhadores/empreendedores no Brasil, porque uma coisa que o trabalhador não precisa é de correr muitos riscos e incertezas do mercado.

E estando o trabalhador também subordinado a plataformas de trabalho, as quais funcionam como ferramentas para intermediar as suas ocupações e precarizar sua situação, este a todo o momento controlado pela falsa ideia da liberdade de escolha.

Assim, essa reforma educacional, chamada de Novo Ensino Médio, modificou o currículo, a carga horária, diminui o tempo das disciplinas de Ciências Humanas, prejudicando ainda mais as aulas de Filosofia. Essa flexibilização do ensino por áreas de conhecimento, a partir da Base Nacional Comum Curricular também prejudicou ainda mais a inserção do aluno no ensino superior e a formação tanto de estudantes quanto dos professores da rede estadual do Rio de Janeiro nesse início da segunda década do século XXI.

Além disso, se tivermos o retorno das disciplinas de Ciências humanas, será muito bom para todos os estudantes em todo Ensino Médio, principalmente filosofia no ensino de empreendedorismo, pois também contribui para a compreensão das teorias econômicas. Uma vez que os fundamentos filosóficos referentes a essas teorias também explicam sobre suas implicações e consequências, pois além de também fornecer um contexto histórico e crítico para entender o desenvolvimento do mercado ao longo do tempo, ao estudar sobre as diferentes correntes filosóficas que influenciaram a formação e evolução do mercado, como o liberalismo, o marxismo, e a influência dos avanços tecnológicos como ferramenta do mercado neoliberal, fica evidente que a disciplina de filosofia tem um papel importante para o aluno amadurecer a sua compreensão do mercado.

A disciplina de filosofia nos três anos do ensino médio empreendedor é uma ferramenta útil para explicar e compreender o empreendedorismo e as suas diferentes perspectivas. Ajudando os alunos a analisar as motivações, as éticas e os valores vinculados ao empreendedorismo, assim como, seus impactos sociais e econômicas dessa

modalidade de trabalho, e seus possíveis efeitos no desenvolvimento econômico, na desigualdade social e na distribuição de recursos.

A disciplina de filosofia também pode investigar e analisar sobre os valores, a justiça, a sustentabilidade e o bem-estar estão também relacionadas ao empreendedorismo. A abordagem reflexiva e crítica são para explicar como os recursos destinados a empreendedores também podem interferir na distribuição de renda e a geração de riqueza.

A filosofia também ajuda a refletir e debater sobre as diferentes teorias e abordagens econômicas, contribuindo para o desenvolvimento de novas ideias e soluções para os desafios econômicos enfrentados pelas sociedades, uma característica muito importante para o perfil empreendedor de acordo com a política governamental brasileira neste início do século XXI. Assim, os alunos podem estudar também sobre os possíveis impactos das decisões econômicas nas vidas das pessoas e no funcionamento das instituições.

# 7 **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005 [1993].

ALVES, D. J. A filosofia no ensino médio: ambiguidades e contradições na LDB. Campinas: Autores Associados, 2002.

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

AMADEO, E. J. & CAMARGO, J.M. (1990) Relações entre capital e trabalho no Brasil: percepção e atuação dos atores sociais. Texto para Discussão n º 243. Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Economia.

AMARAL, Mirian Maia do; SANTOS, Rosemary dos. Coreografias didáticas e inovações pedagógicas contemporâneas para uma educação emancipadora. Educar em Revista 2020, novembro 2022. Scielo Brasil.

Araújo, Tânia Maria de; Lua, Iracema. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional 2021, novembro 2022. Scielo Brasil.

ARISTÓTELES. A política. Bauru, SP: Edipro, 1995.

Armando Boito Jr, ...[et, al.]. O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

AULER, D.; BAZZO, W. A. Reflexões para a implementação do movimento CTS no contexto educacional brasileiro. Ciência & Educação, Bauru, v. 7, n. 1. p. 1-13, 2001.

BAGNO, Marcos. Pesquisa na Escola o que é como se faz. 21 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

Barbosa, Alexandre Lucas de Araújo; Anjos, Ana Beatriz Leite dos; Azoni, Cíntia Alves Salgado. Impactos na aprendizagem de estudantes da educação básica durante o isolamento físico social pela pandemia do COVID-19. CoDAS 2022, novembro 2022. Scielo Brasil.

BARBOSA, Flaviany Gomes de Moura Botelho. Encaminhamentos Pedagógicos Sócios Interacionistas para o Ensino Fundamental I. Monografia de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

BARCELLOS, M. E; SOUZA, E. G; FONTANA, L. R; TOLEDO, S. W; JUNIOR, C. B.. A reforma do Ensino Médio e as desigualdades no Brasil. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. v.2, n.13, p. 118-136.

BARROS, Ana Paula Rodrigues Magalhães de; MALTEMPI, Marcus Vinicius. Um Olhar para a (Re) Constituição de Práticas Culturais de Estudantes com a Internet em um Ambiente Híbrido. Bolema: Boletim de Educação Matemática._ Ago 2022, novembro 2022. Scielo Brasil.

BLOOM, B.S; *et al.* Taxionomia dos objetivos de educacionais: domínio cognitivo. Porto Alegre: Editora Globo, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ Acesso em maio de 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em maio de 2022.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed 2001.

BRITO, Eliana Póvoas Pereira Estrela. (IN) SUBORDINAÇÕES CURRICULARES: "DESACELEREM O MUNDO QUE EU QUERO DESCER". Educação & Sociedade 2021, novembro 2022. Scielo Brasil.

CARMINATI, C. J. Professores de filosofia: crise e perspectivas. Itajaí: Univali, 2006.

CARVALHO, Marlene. Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. 6 ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2009.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. "O tempo é o senhor da razão"? A política externa do governo Collor, vinte anos depois. 2014. 238 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHAUI, M. Introdução à História da Filosofia. Dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CONTE, Elaine; Martini, Rosa Maria Filippozzi . **As Tecnologias na Educação: uma questão somente técnica?** Educação & Realidade Dez 2015, Volume 40 Nº 4 Páginas 1191 – 1207.

DIESEL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. Revista Thema, v. 14, n. 1, 2017.

DORIGONI, G. M. L.; SILVA, J. C. da. Mídia e Educação: o uso das novas tecnologias no espaço escolar. Portal Dia a Dia Educação, [Curitiba], p. 1-18, 2007. 2 v. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1170-2.pdff>. Acesso em: 20/11/2021.

DOSEA, G. S.; ROSÁRIO, R. W. S.; SILVA, E. A.; FIRMINO, L. R.; OLIVEIRA, A. M. S. Métodos ativos de aprendizagem no ensino online: a opinião de universitários durante a pandemia de COVID-19. Interfaces Científicas, v. 10, n. 1, 2020.

ETZKOWITZ, HENRY; ZHOU, CHUNYAN. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. Estudos Avançados Mai 2017, Volume 31 Nº 90 Páginas 23 – 48. Scielo Brasil.

FERNANDES JUNIOR, ALVARO MARTINS; ALAMEIDA, FERNANDO JOSÉ DE; ALMEIDA, SIDERLY DO CARMO DAHLE DE. A pesquisa brasileira em Educação sobre o uso das tecnologias no Ensino Médio no início do século XXI e seu distanciamento da construção da BNCC Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação Set 2021, Volume 29 Nº 112 Páginas 783 – 803.

FILIPE, Fabiana Alvarenga; SILVA, Dayane dos Santos; COSTA, Áurea de Carvalho. Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação Set 2021, Volume 29 Nº 112 Páginas 783 – 803. novembro 2022. Scielo Brasil.

FERREIRA, L. S. Educação, paradigmas e tendências: por uma prática educativa alicerçada na reflexão. Revista Iberoamericana de Educación, v. 1, p. 1-10, 2003.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. 51ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.

_____. (1996). Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

FREITAS, Luiz Carlos de. A Reforma Empresarial da Educação: Nova direita, velhas ideias. -- 1ed. — São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, M. C. L.; FRANÇA, C.E. História da Sociologia e sua inserção no ensino médio. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Sociologia na Universidade Federal de Dourados, Dourados, v. 3, nº 5, p. 39-55, 2016.

FIORI, José. L Ajustes e milagres latinoamericanos. In: Os Moedeiros Falsos: 65-78. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GADOTTI, M. Educação e poder: Introdução à pedagogia do conflito. 14. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GALVÃO, A. M. A crise da ética: o neoliberalismo como causa da exclusão social. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HERNANDES. P. R.. A reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar. UFSM Educação. Santa Maria. v. 44.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 19 ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, Otavio. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JUS.BRASIL. Disponível em https://www.jusbrasil.com.br/artigos/pejotizacao-entenda-o-que-e-e-como-afeta-os-trabalhadores/2180094778. Acesso em: 20 de julho de 2022.

MOURA. JANAYNNA DE. Armadilha da identidade e crítica ao empreendedorismo social: a
exploração da opressão. Revista Katálysis Ago 2022, Volume 25 Nº 2 Páginas 252 – 26.

KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela (org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de letras,1995.

Kneller, George. Introdução à filosofia da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

KUENZER. A. Z. Trabalho e Escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, no. 139, p.331-354.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

LÉVY, P. As tecnologias das inteligências: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro, 1993.

LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LIBÂNEO, J. C. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992. p. 1-16.

LIPOVETSKY, G. “A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo”. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. (Tradução de E. Jacy Monteiro). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LUCKESI, C. C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.

MACHADO, Aline Alvares; AMARAL, Marília Abrahão. Uma análise crítica da competência cultura digital na Base Nacional Curricular Comum. Ciência & Educação (Bauru) 2021, Volume 27 elocation e21034.

MANZANO, José Carlos Mendes; GORDO, Nívia. A autonomia da escola como contribuição à redução do fracasso escolar. São Paulo: Summus, 1997.

MARTINS, Jorge Santos. O trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio. 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

MEYER, J.B. (1995) Instituições e a Flexibilidade no Mercado de Trabalho e o Caso Brasileiro. Monografia de graduação. Rio de Janeiro: FEA/UFRJ.

MIZUKAMI, M. da G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, M. C. M.; CARMINATI, C. J. SEAF: a filosofia sem medo. Revista de Filosofia SEAF, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 9-32, nov. 2000.

MORAN, J. M. As múltiplas formas de aprender. Revista atividades & experiências, São Paulo, jul. 2005.

MOTA. A. E. A cultura da crise, e as ideologias no ultraneoliberalismo brasileiro. In: CISLAGHI. J.; F. E DEMIER, Felipe. (Orgs). Neofascismo no poder (ano I) análises e críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro.2019. Cap. 6, p. 135-148.

MOTTA, R. (2014). Inovação e aprendizagem na educação básica. Ciência e Natura, Centro de Ciências Rurais e exatas UFSM. Santa Maria. 36. Ed. Especial Recuperado em 26 out. 2018.

MOURA, M. A. Educação científica e cidadania: abordagens teóricas e metodológicas para a formação de pesquisadores juvenis. Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 2012.

NAVARRO, KOEPSEL, ELIANA CLÁUDIA; OLIVEIRA , GARCIA, SANDRA REGINA DE; SILVA, CZERNISZ, ELIANE CLEIDE DA. A TRÍADE DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: LEI Nº 13.415/2017, BNCC E DCNEM. Educação em Revista 2020, novembro 2022. Scielo Brasil.

NAZÁRIO, Murilo Eduardo; SANTOS, Wagner dos; FERREIRA Neto, Amarílio. Netnografia da reforma curricular do ensino médio brasileiro. Revista Brasileira de Educação 2021, novembro 2022. Scielo Brasil.

NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

NETO, J. M. B. Da campanha ao governo Lula – uma análise das mudanças no programa econômico do PT. In: PAULA, J. A. (Org.). A Economia Política da Mudança. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

OLIVEIRA, Ana Paula da Silva Conceição. Práticas pedagógicas inspiradas no sociointeracionismo: em busca de uma educação a distância significativa. 2014. Disponível em: http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/165.pdf.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Piaget – Vygotsky: Novas contribuições para o Debate, Rio de Janeiro: Ática, 2012.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sóciohistórico. São Paulo: Scipione, 2006.

PÁDUA Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa Abordagem teóricoprática. Campinas: Papirus, 1996. RICHARDSON, Roberto. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PARANÁ. Antologia de textos filosóficos. Curitiba: SEED, 2009.

PINTO, SAMILLA NAYARA DOS SANTOS; MELO, SAVANA DINIZ GOMES. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: REPERCUSSÕES DA BNCCEM NO CURRÍCULO MINEIRO. Educação em Revista 2021, Volume 37 elocation e34196.

PLANALTO.GOV.BR. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acesso em julho de 2022.

PLATÃO. A República. (tradução Leonel Vallandro). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (org.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. São Paulo: Autêntica, 2021.

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas - SP, Autores Associados, 2008.

SCHLEMMER, Eliane; Felice, Massimo Di; SERRA, Ilka Márcia Ribeiro de Souza. Educação OnLIFE: a dimensão ecológica das arquiteturas digitais de aprendizagem. Educar em Revista 2020, novembro 2022. Scielo Brasil.

Secretaria do Estado de Educação do Rio de Janeiro. Disponível em: http://consultaqh.educacao.rj.gov.br/ConsultaQHIGestao.aspx. Acesso em junho de 2022.

SILVA, André Luiz Reis da. A Política Externa Brasileira e a Matriz Neoliberal de Inserção Internacional (1990-2002). In: SEGUNDAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA. Porto Alegre. 2005.

SILVA. Tomaz Tadeu. Liberdades Reguladas: A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.

TEIXEIRA, A. Filosofia e educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 32, n. 75, p. 14-27.

TFOUNI, L.V. Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso. Campinas, Pontes, 1988.

_____. Letramento e alfabetização. São Paulo, Cortez, 2002.

WINNICOTT, D. W. (1983a). O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artes Médicas. (Bibliografia Hjulmand: 1965b).

# 8 ANEXOS:

**1-** Resolução da SEEDUC Nº 6035 de 28 de janeiro de 2022:

individuais de cada unidade de internação, incluindo o período de internação provisória.

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º -** O currículo da Educação Básica deve objetivar o desenvolvimento, pelos estudantes, de saberes cognitivos e não cognitivos, necessários para o exercício da cidadania, o sucesso na escola, na família, no mundo do trabalho e nas práticas sociais atuais e da vida adulta.

**Parágrafo Único** - A proposta curricular deverá ser adaptada ao desenvolvimento dos discentes, utilizando recursos didáticos diversificados e processos de avaliação adequados, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar e pressupostos inclusivos.

**Art. 2º -** A par do desenvolvimento de saberes cognitivos correspondentes, predominantemente, aos conhecimentos e habilidades relativos aos componentes das Áreas de Conhecimento, os Projetos Pedagógicos e os currículos dos cursos devem ser organizados de modo a integrar, de forma deliberada e intencional, o desenvolvimento de saberes socioemocionais, predominantemente referentes a valores, atitudes e emoções, assim como a habilidades, com pensamentos, sentimentos e comportamentos.

**Art. 3º -** Para efeito destas diretrizes, entendem-se os conceitos de:

**I.** - Saberes, como competência para articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, e atitudes, valores e emoções, necessários para responder de maneira original e criativa a desafios planejados ou inusitados, requeridos pela prática social do cidadão e pelo mundo do trabalho;

**II.** - Saberes cognitivos, como a capacidade mental para adquirir conhecimento e generalizar a aprendizagem a partir do conhecimento adquirido, incluindo a capacidade de interpretar, refletir, raciocinar, pensar abstratamente, assimilar ideias complexas e desenvolver habilidades para resolver problemas;

**III.** - Saberes não cognitivos, como a incorporação de padrões duradouros de valores, atitudes e emoções que refletem a tendência para responder aos desafios de determinadas maneiras em determinados contextos.

**Art. 4º -** Como referência, e considerando as características, interesses, expectativas e necessidades dos seus estudantes, as escolas devem considerar, entre outros, os seguintes agrupamentos de saberes e suas definições, que sintetizam e combinam as aprendizagens cognitivas e não cognitivas:

**I.** - Autoconhecimento: compreender a si mesmo, conhecendo seus limites e potencialidades, podendo rever sua trajetória e estabelecer seu projeto de vida, bem como atuar em seu entorno social;

**II. -** Colaboração: atuar em sinergia e responsabilidade compartilhada, respeitando diferenças e decisões comuns;

**III.** - Comunicação: compreender e fazer-se compreender em situações diversas, respeitando os valores e atitudes envolvidos nas interações;

**IV.** - Criatividade: ser capaz de fazer novas conexões a partir de conhecimentos prévios e outros já estruturados, trazendo contribuições de valor para si mesmo e para o mundo;

**V.** - Responsabilidade: refere-se à perseverança e eficiência na busca de objetivos, mesmo em situações adversas;

**VI.** - Pensamento Crítico: saber analisar e sintetizar ideias, fatos e situações, assumindo posicionamentos fundamentados;

**VII.** - Resolução de Problemas: ser capaz de mobilizar-se diante de um problema, lançando mão de conhecimentos e estratégias diversos para resolvê-lo;

**VIII.** - Abertura para o novo: ter interesse e persistência para explorar, experimentar, aprender e reaprender sobre si, o outro e o mundo.

**Art. 5º -** A Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio é constituída por 4 (quatro) Áreas do Conhecimento formadas pelos seguintes componentes curriculares:

**I.** - Linguagens e suas Tecnologias:

**a)** Arte;
**b)** Educação Física;
**c)** Língua Portuguesa;
**d)** Língua Inglesa;
**e)** Língua Materna, para populações indígenas;

**II.** Matemática e suas Tecnologias;

**III.** Ciências da Natureza e suas Tecnologias:
**a)** Ciências Biológicas ou Biologia;
**b)** Física;
**c)** Química;

**IV.** Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:
**a)** Filosofia;
**b)** Geografia;
**c)** História;
**d)** Sociologia.

**Parágrafo Único** - No caso da modalidade de Ensino Fundamental - Anos Finais existe uma quinta Área de Conhecimento - Ensino Religioso, que busca tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida.

**Art. 6º -** A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao estudante, nos termos do § 3º, do art. 26, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

**I.** - Que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
**II.** - Maior de trinta anos de idade;
**III.** - Que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
**IV.** - Amparado pelo Decreto Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;
**V.** - Que tenha prole.

**Art. 7º -** A Parte Diversificada (Itinerário Formativo ou Núcleo Articulador) é componente obrigatório do currículo escolar, devendo estar organicamente articulada à Base Nacional Comum Curricular, tornando o currículo um todo significativo e integrado.

**Parágrafo Único** - O planejamento da Parte Diversificada (Itinerário Formativo ou Núcleo Articulador) constará do Projeto Político-Pedagógico da escola, priorizando o exercício da autonomia e retratando a identidade da unidade escolar.

**Art. 8º -** A Língua Inglesa configura-se como parte obrigatória da área de Linguagens e suas Tecnologias, tanto para o ensino Fundamental quanto para o Médio. A Língua Espanhola será ofertada como eletiva no Itinerário Formativo do Ensino Médio. No planejamento escolar, está definido como ação pedagógica com os estudantes não optantes pela Língua Espanhola, a oferta de Estudos Orientados em caráter optativo.

**Parágrafo Único** - A partir do 6º ano do Ensino Fundamental será ofertada a Língua Inglesa, em todas as modalidades, conforme definido na Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.

**Art. 9° -** No âmbito de todo o currículo escolar, deverão ser inclusos:

**I.** - Os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental - nos termos da Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei Federal n° 9.795, de 27 de abril de 1999, e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambientais estabelecidas pela Resolução n° 02, de 15 de junho de 2012 - de forma integrada aos conteúdos obrigatórios, conforme estabelecido pela Lei Federal n° 12.608, de 10 de abril de 2012, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

**II.** - Aspectos da história e da cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, em especial nas áreas de conhecimento de Linguagens e Ciências Humanas, nos termos da Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003;

**III.** - A música, como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, conforme estabelecido pela Lei Federal n° 11.769, de 18 de agosto de 2008;

**IV.** - A educação alimentar e nutricional, nos termos da Lei Federal n° 11.947, de 16 de junho de 2009, e a educação em direitos humanos, nos termos do Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto n° 7.037, de 21 de dezembro de 2009;

**V.** - Conteúdos relativos aos direitos humanos e a prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente, em conformidade com a Lei Federal nº 13.010, de 26 de junho de 2014, a educação financeira e fiscal, como conteúdo para o Ensino Médio, visando desenvolver uma consciência ética para consigo e para com a co-

## CAPÍTULO IV
## DO NOVO ENSINO MÉDIO

**Art. 21** - O Novo Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, conforme matrizes no Anexo III, têm como finalidades:

**I.** - A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

**II.** - O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

**III.** - A compreensão de saberes como competência para articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções, necessários para responder de maneira original e criativa a desafios, requeridos pela prática social do cidadão e pelo mundo do trabalho;

**IV.** - A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina, com o objetivo de promover diferentes leituras do mundo e estimular o exercício da criticidade.

**Art. 22** - O currículo do Novo Ensino Médio observará as seguintes diretrizes:

**I.** - Destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

**II.** - Adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

**III.** - Domínio dos princípios científicos e tecnológicos que compõem o contexto contemporâneo das relações sociais e do mundo do trabalho;

**IV.** - Conhecimento das formas contemporâneas de linguagem que atendem as demandas contemporâneas indispensáveis ao trabalho, ao convívio social e ao aprendizado permanente.

**Parágrafo Único** - Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados, observando a legislação em vigor, de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando demonstre:

**Art. 23** - O Novo Ensino Médio se comporá de Itinerários Formativos compostos por Núcleo Integrador, que é comum a todas as modalidades, e Trilhas de Aprofundamento das áreas de Conhecimentos: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Linguagens e suas Tecnologias, nas modalidades de ensino: Regular, Integral, Integrado, Articulado e Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

**Art. 24** - O Núcleo Integrador é composto por: Eletiva 1, Eletiva 2, Eletiva 3 e Projeto de Vida, tendo carga horária total de 240 horas anuais.

**Art. 25** - A oferta de eletivas será anual e adotará a seguinte configuração:

**I.** - Eletiva 1, que contemplará a oferta de Ensino Religioso ou Reforço Escolar, conforme Lei Estadual nº 8.585, de 25 de outubro de 2019, que modificou a Lei Estadual nº 3.459, que dispõe sobre Ensino Religioso confessional nas escolas da rede pública do Estado do Rio de Janeiro;

**II.** - Eletiva 2, que contemplará a oferta de Língua Espanhola ou Estudos Orientados;

**III.** - Eletiva 3, que será de escolha da unidade escolar dentro de um grupo de opções elencadas em um Catálogo disponibilizado pela SEEDUC-RJ;

**IV.** - O Projeto de Vida será ofertado como um componente c
dentro do Núcleo Integrador, contudo é importante que ele
balhado também de forma transversal em cada um dos dem
ponentes curriculares.



**Parágrafo Único** - a fim de possibilitar um maior arranjo, no qual estejam presentes a diversificação e experimentação para os estudantes da rede, a Eletiva 3 ofertará, exclusivamente, um arranjo no qual as ementas serão alteradas semestralmente, mantendo-se, contudo, a configuração das turmas com duas propostas no mesmo eixo.

**Art. 26** - A escolha das eletivas a serem ofertadas será feita pelas próprias unidades escolares, que deverão observar:

**I.** - O perfil dos professores a serem alocados em cada componente;
**II.** - As condições de infraestrutura disponíveis na unidade escolar;
**III.** - A diversidade dos estudantes que compõem a turma.

**§ 1º** - Todas as turmas de cada componente curricular eletivo deverão ser ministradas no mesmo dia e horário, visto que será necessário garantir o espaço em que ocorrerão as aulas.

**§ 2º** - A criação destas turmas deverá ser o mesmo número das ofertadas em cada série, assim como, o número de vagas oferecidas deverá atender aos limites preestabelecidos para cada sala/curso.

**§ 3º** - Estas turmas poderão conter estudantes de mais de uma turma original, mas de mesma série, garantindo o direito de aprendizagem.

**§ 4º** - Os casos que diferirem das disposições deste artigo deverão ser analisados e autorizados pela Superintendência Pedagógica desta Secretaria.

**Art. 27** - A trilha de aprofundamento é a parte que compõe o Itinerário Formativo que possibilita o aprofundamento de uma área de conhecimento de escolha do estudante. Nas escolas de tempo regular, serão ofertadas:

**I.** - Trilha de Linguagens e suas Tecnologias
**II.** - Trilha de Matemática e suas Tecnologias
**III.** - Trilha de Ciências da Natureza e suas Tecnologias
**IV.** - Trilha de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

**Parágrafo Único**: A Unidade Escolar poderá ainda, ofertar Trilhas de Aprofundamento Integradas, ou seja, aquelas que contêm componentes curriculares de mais de uma área de conhecimento.

**Art. 28** - No Ensino Médio de horário parcial diurno, ampliado e integral, a hora aula será equivalente a 50 (cinquenta) minutos.

**Art. 29** - No Ensino Médio de horário parcial noturno a hora aula, será equivalente a 45 (quarenta e cinco) minutos.

## CAPÍTULO IV
## DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

**Art. 30 -** A educação integral reconhece oportunidades educativas que vão além dos conteúdos compartimentados do currículo tradici ticulando as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cu perspectiva da emancipação humana, a partir da promoção de ções pedagógicas, conforme Anexo IV.



**Art. 31 -** Os modelos de educação integral devem propiciar a flexibilização curricular, com espaços e tempos próprios para estudos e atividades que permitam itinerários formativos diversificados para melhor responder à heterogeneidade e à pluralidade de condições, interesses e aspirações dos estudantes, conforme indica o Parecer CNE/CP de nº 11/2009.

**Art. 32 -** A organização curricular deve ter, como eixos, dois macrocomponentes, a saber:

**I. -** Áreas de Conhecimento, para desenvolver e dar sentido, predominantemente, à aprendizagem cognitiva, integrando as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular;

**II. -** O Núcleo Integrador é composto por: Eletiva 1, Eletiva 2, Eletiva 3 e Projeto de Vida, tendo carga horária total de 240 horas anuais, que desenvolve, predominantemente, a aprendizagem não cognitiva dos estudantes, mediante o desenvolvimento do protagonismo e a realização de projetos.

**Art. 33 -** O macrocomponente compõe a Parte Diversificada da matriz, organizando estratégias, situações, oportunidades, espaços e tempos próprios para a promoção de atividades que propiciem o desenvolvimento do protagonismo e realização de projetos de pesquisa e de intervenção relacionados com os saberes das Áreas de Conhecimento, associando o conhecimento do estudante à prática e ao seu projeto de vida.

**Art. 34 -** A operacionalização da educação integral ocorrerá mediante os modelos de arranjo curricular em curso na Rede Estadual do Rio de Janeiro, a saber: Tempo Integral Inovador, Tempo Integral Articulado com Educação Profissional, Tempo Integral à Educação Profissional, Tempo Integral Intercultural, Tempo Integral Vocacionado ao Esporte, Tempo Integral com ênfase em Esporte e Linguagens, Tempo Integral com curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), Tempo Integral com ênfase em Línguas, Tempo Integral Cívico-Militar, Tempo Integral Cívico-Militar Vocacionado ao Esporte, Ensino Fundamental em Tempo Integral e Tempo Integral em Administração Concomitante.

**§ 1º -** As escolas de tempo integral, com maior carga horária, e que já possuem modelo pedagógico diferenciado, terão suas matrizes alteradas e adaptadas, para as seguintes trilhas:

**I. -** Trilha de Eletrotécnica
**II. -** Trilha Curso Normal Médio
**III. -** Trilha de Técnico em Programação de Jogos Digitais
**IV. -** Trilha de Técnico em Multimídia
**V. -** Trilha de Técnico em Administração
**VI. -** Trilha de Técnico em Agropecuária
**VII. -** Trilha de Técnico em Telecomunicações
**VIII. -** Trilha de Técnico em Edificações
**IX. -** Trilha de Técnico em Hospedagem
**X. -** Trilha de Técnico em Informática
**XI. -** Trilha de Técnico em Panificação
**XII. -** Trilha de Transporte Aquaviário
**XIII. -** Trilha de Técnico em Produção de Áudio e Vídeo
**XIV. -** Trilha de Técnico em Química
**XV. -** Trilha de Formação Qualificada (Formação Inicial e Continuada - FIC)
**XVI. -** Trilha de Portos
**XVII. -** Trilha Inovadora
**XVIII. -** Trilha de Linguagens (Línguas/Esporte/Música)
**XIX. -** Trilha Cívico Militar
**XX. -** Trilha de Esporte
**XXI. -** Trilha de Empreendedorismo
**XXII. -** Trilha de Tecnologia, Sustentabilidade, Arte e Esporte (Escola Criativa e de Oportunidades - ECO)

**§ 2º -** Para as unidades escolares de Ensino Fundamental Integral as nomenclaturas serão mantidas em sua forma original, a saber:

**I.** - Ensino Fundamental - Anos Finais Integral - Intercultural - México;
**II.** - Ensino Fundamental - Anos Finais Integral - Ênfase em línguas;
**III.** - Ensino Fundamental- Anos Finais Integral - Cívico-militar.
**IV.** - Ensino Fundamental - Anos Finais Integral - Educação Integral
**V.** - Ensino Fundamental - Anos Finais Integral - Tecnologia, Sustentabilidade, Arte e Esporte (Escola Criativa e de Oportunidades - ECO)

**Art. 35 -** No Ensino Médio e Fundamental da Educação Integral, a hora aula será equivalente a 50 (cinquenta) minutos.

## CAPÍTULO V
## ITINERÁRIO INTEGRADO - CURSO NORMAL -FORMAÇÃO D PROFESSORES

3 /

**Art.36 -** O Itinerário Curso Normal Formação de Professores, é uma modalidade do Ensino Médio e tem como objetivo formar professores para atuar no exercício do magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, inspirado nos princípios e ideais estabelecidos pela Lei nº 9.394/96.

**Art. 37 -** A duração do Itinerário Curso Normal Formação de Professores será de 03 (três) anos letivos, com a hora aula equivalente a 50 (cinquenta) minutos, conforme o Anexo V.

**Art. 38 -** A proposta curricular do Itinerário Curso Normal Formação de Professores deverá assegurar a constituição de valores, conhecimentos e competências gerais e específicas necessárias ao exercício da atividade docente.

**Art. 39 -** O currículo do Itinerário Curso Normal Formação de Professores, tendo em vista a articulação entre as áreas de conhecimento, será constituído por:

**I. -** Base Nacional Comum Curricular, que tem como objetivo assegurar a formação básica, propiciando ao estudante a construção dos conhecimentos e competências previstos para a última etapa da educação básica;

**II. -** O Núcleo Integrador é composto por: Eletiva 1, Eletiva 2, Eletiva 3 e Projeto de Vida, tendo carga horária total de 240 horas anuais, que desenvolve, predominantemente, a aprendizagem não cognitiva dos estudantes, mediante o desenvolvimento do protagonismo e a realização de projetos;

**III. -** Formação Profissional, que tem como escopo a construção de competências e habilidades específicas para a preparação dos futuros professores, por meio dos componentes curriculares: Tecnologia Educacional, Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação; Política e Direito aplicado à Educação, Psicologia da Educação e a Psicomotricidade, Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização e Letramento, Fundamentos teóricos e Metodológicos da Ludopedagogia e a Educação Infantil, Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino Fundamental, Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial e Inclusiva/Libras, Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos, Práticas Pedagógicas e Iniciação à Pesquisa, Ateliê Pedagógico - Integração Teoria e Prática (Ciência, Diversidade e Arte) e Laboratório de Métodos e Técnicas de Avaliação da Aprendizagem;

**IV.** - Práticas, instituídas desde o início do curso, com o objetivo de propiciar o contato com ambientes de aprendizagem, possibilitando ao estudante vivenciar situações do mundo do trabalho e construir conhecimentos a partir da reflexão permanente sobre a prática.

**§ 1º -** As unidades escolares que oferecem o Itinerário Curso Normal Formação de Professores deverão fazer constar em seus Projetos Políticos Pedagógicos o planejamento de Práticas Pedagógicas e Iniciação à Pesquisa, favorecendo também o uso das tecnologias aplicadas à educação em ambientação virtual;

**§ 2º -** A avaliação no componente curricular Práticas Pedagógicas e Iniciação à Pesquisa ocorrerá em conformidade com a regulamentação estadual vigente, devendo ser observado o cumprimento obrigatório da carga horária de cada etapa do estágio supervisionado.

**Art. 40 -** O Laboratório de Métodos e Técnicas de Avaliação da Aprendizagem deverá ser ministrado, preferencialmente, por professores das disciplinas pedagógicas. Não havendo disponibilidade, seguem-se os professores da Base Nacional Comum Curricular, de acordo com a formação do docente compatível com a ementa do componente curricular e validada pela Inspeção Escolar, ressaltando, a obrigatoriedade de atribuição de lançamento de notas.